

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROTESTANTES PENTECOSTAIS EM GOIÂNIA: DISCURSO E AÇÃO POLÍTICA

Autor: Itelvides José de Moraes

Brasília, 2007

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROTESTANTES PENTECOSTAIS EM GOIÂNIA: DISCURSO E AÇÃO POLÍTICA

Autor: Itelvides José de Moraes

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Dr^a Deis Elucy Siqueira (UnB)

Brasília, março de 2007
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

PROTESTANTES PENTECOSTAIS EM GOIÂNIA: DISCURSO E AÇÃO POLÍTICA

Autor: Itelvides José de Moraes

Orientadora Dr^a Deis Elucy Siqueira (UNB)

Prof.^a Dr^a Deis Elucy Siqueira (UNB)

Prof. Dr. Eurico Antonio Gonzales Cursino dos Santos (UNB)

Prof^a Dr^a. Maria Francisca Pinheiro Coelho (UNB)

Prof^a Dr^a. Maria Therezinha Ferraz Negrão de Mello (UNB)

Prof^a Dr^a. Terezinha Maria Duarte Mendes (UFG)

Prof^a Dr^a Lourdes Maria Bandeira (UNB)

Agradecimentos I:

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), que financiou os estudos na Universidade de Brasília

Agradecimentos II

À Professora Dra. Deis Elucy Siqueira, amiga e orientadora. Aos professores Eurico A. Cursino dos Santos, Maria Francisca Coelho, Lourdes M. Bandeira, Terezinha M. Duarte e Maria Therezinha F. Negrão pela gentileza da aceitação do convite para a Banca. No caso dos professores Eurico e Maria Francisca os agradecimentos se estendem às contribuições efetuadas ainda no momento de qualificação do projeto.

E a todos que de alguma forma contribuíram para o andamento desse trabalho.

Dedicatória

Para Eliane, Rosachiara e Luiza

SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA:

Não há como se vê encaixe perfeito da coisa nos nomes. Eles dizem de menos, por um lado, e dizem demais, por outro. A coisa surge como um conjunto de significações que inverte seu sentido conforme, na troca de nomes, se muda de ângulo ou se vira o objeto. Cada nomenclatura revela um aspecto, projeta uma face, deforma de um jeito. Mesmo quando a intenção não é desqualificar, o que enrijece o uso é o sistemático descuido em tomar a parte pelo todo e supor que os termos são intercambiáveis, sinônimos. Não são. Eles se cruzam, se entrelaçam, mas não se recobrem perfeitamente. Nem recobrem por inteiro a coisa, que continua indomável.

Antônio Flávio Pierucci (Ciladas da Diferença)

RESUMO

No âmbito das ciências humanas, com destaque para a sociologia política e religiosa contemporânea, principalmente a partir de pesquisas na cidade de Goiânia, nos anos entre 1970 e 2006, com esse trabalho se pretende contribuir para o aprofundamento das análises sobre a relação entre protestantismo pentecostal, cidadania e política no Brasil contemporâneo.

Para tanto se fez utilização da estratégia teórico/metodológica de Jürgen Habermas e Max Weber. Do primeiro se utilizou sobremaneira os conceitos de ação comunicativa e ação estratégica. Utilizados em conjunto com o papel de destaque que as teorias da linguagem e discurso de Habermas dão à relação entre o indivíduo que profere uma sentença e o meio social em que esse está inserido. A utilização de Weber teve como pano de fundo a teoria da ação. Com destaque para as formas de dominação e para o conceito de carisma. Esse último presente tanto em líderes religiosos quando em líderes políticos.

A análise em primeiro plano se voltou para os discursos de líderes políticos e líderes religiosos dentro do pentecostalismo, com o intuito de compreender por meio desses discursos quais são os principais motivos que levaram ao maior envolvimento entre protestantismo pentecostal e política na atualidade. O objetivo principal foi perceber os momentos em que as lideranças políticas e religiosas dos pentecostais se voltam para os interesses da comunidade em geral, e os momentos em que suas ações em primeiro plano têm ligação com os interesses das denominações ou com os interesses de um determinado líder.

ABSTRACT

In the scope of the human sciences beings, with prominence for sociology politics and religious contemporary, mainly from research in the city of Goiânia, in the years between 1970 and 2006, with this work if it intends to contribute for the deepening of analyze about the relation between pentecostalit, citizenship and politics in Brazil contemporary.

For that made use of the theoretical strategy teoric and metodologic of Jürgen Habermas and Max Weber. Of the first one if it excessively used the concepts of communicative action and strategical action. Used in set with the prominence paper that the theories of the language and speech of Habermas give to the relation between the individual that pronounces a sentence and the social environment where this are inserted. The use of Weber had as deep cloth of the theory of the action

With prominence from the forms of the domination and concept of the charisma. This last gift in such a way in religious leaders and in leaders politicians. The analysis in first plan if inside came back toward the speeches of leaders politicians and religious leaders of the Pentecostals if come back in general toward the interests of the community, and the moments where if they come back from interests of the churches or same for the interests of one leader.

RESUMÉ

Dans le contexte des sciences humaines, avec proéminence pour la sociologie politique et religieux contemporain, principalement à partir de recherches dans la ville de Goiânia, nous années entre 1970 et 2006, avec ce travail il se prétend contribuer à l'approfondissement de les analyses sur la relation parmi protestantisme pentecôtal, citoyenneté et politique au Brésil contemporain.

Pour de telle façon s'il fait utilisation de la stratégie théorique/méthodologique de Jürgen Habermas et de Max Weber. De premier s'il a utilisé excessivement les concepts d'action communicatif et action stratégique. Utilisés conjointement avec le rôle de proéminence que les théories de la langue et le discours de Habermas donnent à la relation entre la personne qui prononce un jugement et le moyen social où celui-là sont insérés. L'utilisation de Weber a eu comme chiffon de fond la théorie de l'action .

Avec proéminence pour les formes de domination et pour le concept charisme. Ce dernier cadeau de telle façon dans des chefs religieux quand dans des chefs politiques. L'analyse dans premier plan s'est tournée pour les discours de chefs politiques et leaders religieux à l'intérieur de la pentecôtisme, avec l'intention de comprendre au moyen de ces discours elles lequel sont les principales raisons qui ont pris plus le plus grand engagement parmi protestantisme pentecôtal et politique dans l'actualité. L'objectif principal a été percevoir les moments où les directions politiques et religieuses des pentecôtals se tournent pour les intérêts de la communauté en général, et les moments où ils se tournent pour des intérêts des dénominations ou même pour les intérêts d'un certain chef.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE GRÁFICOS FIGURAS E TABELAS 12

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO I23

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROTESTANTISMO 23

- 1.1 - As Várias Formas de se Fazer Referências 23
- 1.2 - Evangélico ou Protestante 27
- 1.3 - Pentecostal e Neopentecostal 29
- 1.4 - Primeira, Segunda e Terceira Onda Pentecostal. 31
- 1.5 - Os Limites das Diferenciações 33
- 1.6 - Protestantismo e História 37
- 1.7- Goiânia e o Protestantismo: cidadania e política 46

CAPÍTULO II54

POLÍTICA, LINGUAGEM E PROTESTANTISMO 54

- 2.1 - Teoria e Metodologia 54
- 2.2 - Weber e a Relação Entre Política e Formas de Dominação 57
- 2.3 - Habermas, Arendt: espaço público e política 65
- 2.4 - As Ações Políticas e a Esfera Pública 68
- 2.5 - Ações Comunicativas e Ações Estratégicas 74
- 2.6 - Habermas, Weber e Arendt: similaridades e diferenças 80
- 2.7 - Linguagem e História 84
- 2.8 - Habermas: linguagem e discurso 94
- 2.9 - As Possibilidades de Utilização de um Texto 98

CAPÍTULO III103

**PROTESTANTISMO PENTECOSTAL : ÍNDICES DE CRESCIMENTO E ATUAÇÃO POLÍTICA
103**

- 3.1 - A Ascensão Pentecostal e o Crescimento do Protestantismo no Brasil Atual 103
- 3.2 - Os Cultos Especiais e os Discursos que os Legitimam 107
- 3.3 - A Ascensão Numérica dos Pentecostais e os Cultos Especiais 114
- 3.4 - Protestantismo: discurso e política 120
- 3.5 - Goiânia: catolicismo, protestantismo e política 129
- 3.6 - O Último Quarto do Século XX: os pentecostais e a política 132
- 3.7 - Os Discursos de Justificativa da Maior Presença na Política 138

CAPÍTULO IV146

FÉ, DISCURSO E AÇÃO POLÍTICA 146

4.1 - Política e Protestantismo 146

4.2 - Os Interesses Divergentes 149

4.3 - A Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputado: atuação e discursos 158

4.4 - A atuação dos Políticos Pentecostais de Goiânia 164

4.5 - Política e Interesses Pessoais 171

4.6 - Protestantismo Pentecostal: ação política, ética e discurso 175

5 - CONCLUSÃO 189

6 - REFERÊNCIAS 194

INDICE DE GRÁFICOS FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1 - CARACTERÍSTICAS QUE MARCAM PROTESTANTES PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS	34
FIGURA 2 - CARACTERÍSTICAS GERAIS E ESTRUTURAIS DO PROTESTANTISMO	37
FIGURA 3 - PERÍODO DE FUNDAÇÃO DE IGREJAS PROTESTANTES NO BRASIL	39
FIGURA 4 - JONATAS GURGEL CAMPEÃO DE JIU JTSU DIVULGA A IGREJA FONTE DA VIDA.....	45
FIGURA 5 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO PROTESTANTE NO TOTAL DA POPULAÇÃO GOIÂNIA DE 1940 A 2000	48
FIGURA 6 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO DE GOIÂNIA ENTRE 1940 E 2000	49
FIGURA 7 - CAPITAIS COM MAIOR NÚMERO PERCENTUAL DE PENTECOSTAIS NO TOTAL DE EVANGÉLICOS ...	52
FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO RELIGIOSA NOS ESTADOS DO BRASIL EM 2000.....	105
FIGURA 9 - NÚMERO DE PROTESTANTES EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA DE 1940 A 2000	106
FIGURA 10 - DIAS DE CULTOS DE IGREJAS EVANGÉLICAS EM GOIÂNIA.....	115
FIGURA 11 - MARCONI PERILLO E IRIS REZENDE ORAM JUNTOS EM CULTO	136
FIGURA 12 - CARGOS PÚBLICOS OCUPADOS POR MEMBROS DE DENOMINAÇÕES EVANGÉLICAS ELEITOS COM APOIO DESSAS DENOMINAÇÕES	142
FIGURA 13 - DETERMINANTES DA ESCOLHA DO PARTIDO POLÍTICO	143
FIGURA 14 - PROJETOS POLÍTICOS CONCLUÍDOS E EM TRAMITAÇÃO DESTINANDO ÁREAS PÚBLICAS PARA DENOMINAÇÕES EVANGÉLICAS EM GOIÂNIA NOS ANOS DE 2005 E 2006.	153
FIGURA 15 - ÁREAS PÚBLICAS DOADAS A INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS EM GOIÂNIA NOS ANOS DE 2005, 2006	155
FIGURA 16 - ISENÇÃO DE IMPOSTOS PARA TEMPLOS RELIGIOSOS	158
FIGURA 17 - DECLARAÇÃO DE VOTOS VÁLIDOS A PARTIR DA FILIAÇÃO RELIGIOSA.....	162
FIGURA 18 - A AÇÃO POLÍTICA DOS EVANGÉLICOS.....	168
FIGURA 19 - A FUNÇÃO DO REPRESENTANTE NA CÂMARA	179
FIGURA 20 - GRAU DE EXPOSIÇÃO ÀS AUTORIDADES RELIGIOSAS.....	183
FIGURA 21 - MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO POR RELIGIÃO NO BRASIL ENTRE 1991 E 2000.....	184
FIGURA 22 - GRAU DE CONFIANÇA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES DOS POLÍTICOS	187

INTRODUÇÃO

Em setembro e outubro de 2003, a Igreja Videira, em Goiânia, veiculou em vários meios de comunicação incluindo jornais, *outdoors*, folhetos, programas de rádio e televisão, a seguinte mensagem: "*Explosão de curas. Campanha Atos 2. O Batismo dos 3.000 Videira (Igreja em Células). Venha receber o seu milagre.*" O propósito era batizar, em apenas um dia e somente na cidade de Goiânia, três mil novos membros¹. Também anunciaram que posteriormente, em continuação a esse projeto, em uma data indefinida repetiriam o feito, procurando chegar a seis mil batizados.

Segundo o jornal dominical da denominação, que circulou em 31 de outubro de 2003, o propósito do dia 24 de outubro de 2003 foi cumprido quase integralmente, com o batismo de pouco mais de dois mil e oitocentos novos membros. Esse fato chamou atenção, especialmente dos estudiosos da área, por ter sido realizado por uma igreja com menos de dez anos de fundação e ainda relativamente pequena para os padrões atuais das grandes igrejas protestantes². Uma parcela das denominações protestantes, com destaque para aquelas surgidas após 1970, já em seu surgimento contavam com projetos de crescimento ambiciosos em âmbito nacional e internacional (Mariano, 2005).

Em relação a esse crescimento, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o recenseamento do ano de 2000, o total de protestantes no país havia alcançado um número superior a 26 milhões. Note que esses são os números mais significativos da ascensão numérica iniciada em 1970, quando os protestantes que eram 4,0% da população, chegaram a 9,0% em 1991 e a um pouco mais de 15,4% 2000.

Esse foi um dos fatores que chamou a atenção de pesquisadores, os quais a partir de preocupações diretamente voltadas para essa ascensão, acabaram

¹ Dia 24 de outubro, que é a data da fundação da cidade.

² Quando é feita a referência "grandes igrejas protestantes" emprega-se uma relação de proporcionalidade pela comparação das várias igrejas ligadas ao protestantismo em atividade no Brasil.

por se interessar pelas possíveis modificações políticas, culturais e econômicas advindas desse fenômeno .

Desta forma este trabalho volta-se para parte dessas questões. O principal objetivo é compreender as características da atuação política dos protestantes. As análises dão destaque para as denominações pentecostais Sara Nossa Terra, Fonte da Vida (Ministério Comunidade Cristã), Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus. Um fator que merece ser lembrado para o destaque de igrejas pentecostais, é que dentre as igrejas protestantes elas possuem o maior percentual de representantes nas câmaras municipais, assembleias legislativas, Câmara e Senado Federal, além de apresentarem os maiores índices de crescimento dentro do protestantismo, já que dos um pouco mais de 26 milhões de protestantes, 68,0% declararam-se pentecostais. (Mafra, 2000).

Em muitos momentos são feitas referências a outras denominações, tais como a Presbiteriana do Brasil, Batista Tradicional, Pentecostal Deus é Amor e Congregação Cristã no Brasil, assim para efeito de melhor identificação quando referirmos àquelas que constituem o grupo de pentecostais analisadas com maior profundidade, elas serão grafadas em itálico.

Um dos recorrentes recursos da pesquisa foram os discursos políticos dos membros dessas igrejas. A linguagem articulada em discurso de pastores, bispos, vereadores, deputados estaduais e deputados federais foi tida como *corpus* de pesquisa com finalidade de busca dos momentos em que esses discursos são um canal de evidenciação de interesses de uma ou mais denominações. Além disso, também buscando nesses discursos, os momentos em que neles os objetivos do próprio representante político são colocados acima dos demais.

Uma atenção especial é voltada para as situações em que, mesmo quando alguns objetivos, os quais parecem ser contrários ou pouco relevantes a outros segmentos da população, ao serem abordados nos discursos dos protestantes, são colocados como ações que beneficiam toda a sociedade ou segmentos bastante amplos dessa. Dito de outra maneira, aquilo que pode ser indiferente ou contrário

aos anseios de outros segmentos sociais, por meio do discurso, procuram assumir feições de ações benéficas à grandes parcelas da sociedade. Assim pouco ou nenhum enfoque é dado às possíveis divergências de tais propositos e os interesses de outros segmentos da população.

Faz-se necessário adiantar que a busca do sentido das ações políticas por meio da linguagem e do discurso não tem como finalidade primária uma análise formal da estrutura da língua, incluindo a gramática a lexicografia e os símbolos linguísticos. O objetivo foi principalmente pensar a linguagem articulada pelo discurso enquanto meio de interação, em que parte do sentido assumido pelas palavras não depende apenas de estruturas formais, mas também do contexto em que essas palavras são utilizadas. Incluindo nesse contexto elementos extralingüísticos tais como a força expressiva e os valores culturais dos que fazem os proferimentos. Com isso, seus discursos tem sentidos compartilhados e fundamentados pelas estruturas formais das linguas e linguagens, mas também assumem sentidos característicos que dependem do contexto e do sujeito que faz um determinado proferimento.

O objetivo principal foi a análise da atuação política dos protestantes pentecostais. Mas para tanto era imprescindível que essa análise estivesse ligada aos índices de crescimento numérico ocorridos entre os anos de 1970 e 2006, sendo estes assim, um objetivo secundário.

O período acima referido, é permeado por grandes modificações na forma de atuação política dos protestantes, com destaque para o seu segmento pentecostal, que assumiu, com maior ênfase que as demais correntes dentro do protestantismo, uma postura de maior atuação nas questões políticas, e a partir de então também nessa área passam a ter postura mais incisiva.

A cidade de Goiânia foi o local escolhido para a realização da maioria das pesquisas. Pois no Brasil é nela que encontra-se, proporcionalmente, o maior número de protestantes pentecostais. Outro fator que também corroborou com a escolha da cidade foi o surgimento nela de algumas igrejas protestantes que, em

termos de crescimento, têm tido maior destaque no Brasil atual. Entre os anos de 1970 e 2006, somente em Goiânia, dentre outras igrejas surgiram: Videira, *Sara Nossa Terra*, *Fonte da Vida* e Luz Para os Povos. Porém, apesar da maioria dos estudos se voltarem para essa cidade, todas as vezes que se fez necessário, os dados obtidos na capital goiana e, em certos momentos também do Estado de Goiás, foram relacionados com os de outras partes do país.

Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados jornais da atualidade e em menor monta jornais de séculos anteriores. Entre os da atualidade há destaque para os goianienses “O Popular”, “Folha de Goyaz” e “Diário da Manhã”, especialmente os do período entre os anos de 1980 e 1990, período de passagem dos governos militares para governos civis e, de 2000 a 2006, quando o número de parlamentares evangélicos atinge sua escala mais expressiva.

Além de jornais, também prestaram-se como objeto de pesquisa entrevistas; documentos acadêmicos como dissertações, teses; documentos pertencentes aos arquivos da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás e Câmara Municipal de Goiânia; além de dados do IBGE. No concerne especificamente às entrevistas, seu destaque tem a ver com o período da pesquisa, pois ao perscrutar a atualidade, por meio delas foi possível ter um acesso direto aos que, de alguma forma, participaram dos fatos ligados ao tema.

As técnicas utilizadas para essas entrevistas privilegiaram a utilização de questionários com temas pré estabelecidos, e em certos casos a formulação de uma única pergunta no começo da entrevista sendo a partir daí permitido ao entrevistado discorrer livremente sobre o tema. O material colhido nessas entrevistas foi posteriormente analisado a partir da relação entre metodologia e teorias utilizadas nesse trabalho. No caso dos métodos com destaque para os métodos comparativos e estatísticos, que além de métodos de pesquisa de campo foram utilizados como meio de facilitar a aproximação entre material pesquisado e teorias utilizadas.

A respeito das bases teóricas, recorreremos, dentre outros autores da sociologia, de forma mais assídua a Max Weber e Jürgen Habermas.

Principalmente, a partir desses autores, buscou-se compreender e utilizar teorias e abordagens já existentes dentro do cristianismo e principalmente do protestantismo.

Do primeiro, há utilização mais freqüente das obras *Economia e Sociedade* (1994), *Metodologia das Ciências Sociais v. I* (1993) e *Ciência e Política - Duas Vocações* (1967 - 1968); entre outros conceitos, utilizou-se “Os tipos de ação social”, a partir do sentido que essas ações assumem nos momentos que indivíduos estão em interação.

Ainda na esteira de Weber, se fez constantes referências ao conceito de “carisma”, que é uma das características que marca e aproxima tanto os líderes religiosos quanto os líderes políticos. Sendo o carisma um fator compartilhado por líderes religiosos e políticos, e a partir disso um dos elementos que permite que líderes religiosos sejam também líderes levados em conta pelos fiéis quando se pensa em questões políticas.

Em relação às linguagens e aos discursos, entre outros autores, se utiliza, sobretudo Habermas, especialmente no que concerne às obras *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2003), *Habermas* (1993), *Pensamento Pós-metafísico* (1990); e *Agir Comunicativo e Razão Destranscendentalizada* (2000).

Para Habermas a linguagem é composta de proferimentos linguísticos com parte de seu sentido já presente em utilizações anteriores, assim, ainda que parcialmente algumas características são “pré-definidas”. E justamente por ser essa uma de suas características, serve como ponto de contato para indivíduos em interação, já que o sentido “pré definido”, relativamente comum, e a partir disso compartilhado se faz presente nos momentos em que se busca a compreensão (entendimento) da atitude de outro.

Alerta-se que, para vários autores, inclusive Habermas, a linguagem assume outros sentidos no momento em que é proferida e se efetiva em discursos, os quais são diferentes daqueles definidos previamente. Pode-se dizer que assume as características “particulares” dos sujeitos que discursam. Sujeitos que contribuem

para que entre os vários sentidos possíveis de um termo um deles acabe por se destacar.

A partir disso a linguagem não pode ser entendida apenas como uma entidade pré-existente e independente do sujeito, e sim como um meio de interação através do qual o sujeito age por meio do discurso lingüístico, bem como por meio de expressões corporais, que também tem componentes extra-lingüísticos, e que exercem influência no significado e na força de uma mensagem. Essa é uma compreensão fundamental para a análise dos discursos políticos dos protestantes.

Sobre as definições dos termos política e poder, as obras balisares são as de Habermas e Weber. E além dos já citados trabalhos desses autores, muito se utilizou a obra de Habermas *Direito e Democracia Entre a Facticidade e a Validade* (1997). Entretanto deve-se notar as contribuições de Hannah Arendt, que se mostram nos momentos em que se utiliza diretamente sua obras, e também nos momentos em que os escritos de Habermas abordam o pensamento dessa autora.

Então, é principalmente por meio desses autores e, sobretudo, de suas definições de poder e política e da articulação teórica desses conceitos com os de linguagem e discurso político, é que se intenta compreender as características da política e sua relação com o protestantismo na atualidade em Goiânia.

Em relação à estrutura, o trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, se analisa várias das características estruturais do protestantismo, com destaque para as principais categorias utilizadas para se fazer referências às denominações que o compõe, além das características doutrinárias e de costumes, que com maior força são compartilhadas pelas mesmas. Há uma busca pela diferenciação entre as vertentes pentecostais, tradicionais, históricas, neopentecostais ou pentecostais da primeira, segunda e terceira onda. O capítulo é uma espécie de propedêutica ao tema e às nomenclaturas relacionadas ao protestantismo, além de também abordar características do protestantismo pentecostal que podem aproximá-lo ou distanciá-lo de outras correntes protestantes.

O segundo capítulo, constitui-se de uma breve introdução sobre as principais maneiras utilizadas para se definir a função da linguagem. São abordados os conceitos de poder e política, além de conceitos de língua, linguagem e discurso. Nesse capítulo, faz-se uma análise teórica dos discursos, das linguagens e de suas funções e importâncias para a efetivação do diálogo que acompanha as ações políticas.

A análise do discurso, mostra-se como um instrumento bastante competente para se evidenciar tanto aquelas intenções que se quer destacar, como aquelas que, mesmo sendo parte dos objetivos diretos da atuação ou do projeto político, acabam não sendo destacadas. Isso porque podem levar o fiel ou os demais eleitores a não dar apoio um determinado candidato. Incluindo entre os motivos que levariam o eleitor a tal ação, a possibilidade de que essa parte do projeto político à qual não foi dado o devido destaque, esteja em desacordo com aquilo que o candidato ou as instituições que o apoiam publicamente consideram ser uma postura política correta.

No terceiro capítulo há um breve histórico do protestantismo, com uma abordagem voltada para as igrejas que surgiram, durante o século XX, no Brasil. Incluindo-se uma análise de parte dos meios utilizados para que nas últimas três décadas, seu crescimento fosse acima das demais denominações protestantes.

Uma parcela dessas instituições religiosas inicialmente dão maior valor aos índices de crescimento, e em um momento posterior acabam por valorizar em maior monta as questões políticas, são esses dois fatores vistos como objetivos que se complementam neste trabalho. Mesmo sem ser o único fator que justifica a ação política, cabe à ascensão numérica e conseqüentemente ao seu potencial em apoio político, a função de auxiliar direto nas questões políticas. Por outro lado, cabe à força política conseguir meios para que a ascensão numérica possa se efetivar. Um exemplar dessas práticas, é a maior possibilidade de aprovação de leis favoráveis ao protestantismo, como aquelas que reduzem os impostos para templos, modificam os limites de decibéis permitidos nos cultos e ainda, as que liberam áreas públicas,

entre outras funções, para a construção de templos, casas pastorais ou salões para eventos.

Ainda no terceiro capítulo, também se quer demonstrar quais são os caminhos utilizados por uma parcela dos protestantes para justificar sua maior preocupação com questões políticas a partir do terceiro quarto do século XX. Sendo que os discursos que buscam justificar essa atuação política mais incisiva, colocam essas mesmas ações como um dever no que concerne: 1 - a necessidade de preocupação mais acentuada com a população em geral, em detrimento de segmentos específicos; 2 - o que consideram ser um baixo valor atribuído à ética nas discussões e ações políticas; 3 - a atuação política como fator essencial para a continuidade do crescimento numérico.

A partir desse primeiro ponto, na política seria possível justificar não o abandono, mas a preocupação de aliar às necessidade daqueles segmentos que deram ao parlamentar maior apoio em sua candidatura, projetos, ações e leis voltados para grandes parcelas da população, ou mesmo para a população em geral.

A partir do segundo ponto, se buscaria a redução de ações políticas que se distanciam do que é legal, e também a menor prática de ações que mesmo sendo legais nem sempre são consideradas as mais indicadas. O terceiro ponto, que em determinadas perspectivas se mostra em contradição com o primeiro, alia crescimento numérico à necessidade de atuação política. No caso, entre outras coisas, o que se almeja são ações efetuadas na esfera política favoráveis aos projetos de crescimento.

No quarto capítulo, se analisa a prática de discursos e ações políticas de protestantes, com destaque para o segmento pentecostal, na Câmara Municipal de Goiânia, Assembleia Legislativa e também no âmbito Federal. A intenção é demonstrar que os discursos que justificam a maior presença dos protestantes na política que, conforme o terceiro capítulo, em parte se apóiam no que seria a falta de ética na esfera política e também na necessidade de maior número de ações

voltadas para a população em geral em detrimento de segmentos específicos, na prática não foi totalmente efetivado.

Por sua vez, as análises demonstraram que em muitas situações, a maior presença de parlamentares protestantes não modificou as estruturas em que a maioria das ações políticas se dão. As análises dos discursos e ações relacionadas a esses políticos efetuadas nesse capítulo, buscam demonstrar que o projeto e os discursos dos protestantes que anunciam modificações estruturais na maneira de se tratar assuntos públicos, em grande parte, nos momentos em que são colocados em prática, pouco ou nada modificam as maneira de condução da política.

Nesse capítulo, concluiu-se que os discursos e as ações dos políticos ligados ao protestantismo, que em sua maioria, dizem ser voltados para a comunidade em geral acima das particularidades, nos momentos de sua efetivação nem sempre demonstram ter essas características. Em muitas situações, as marcas desses discursos e ações são as mesmas que antes da maior preocupação dessas denominações com questões públicas já marcavam a política. Em primeiro plano o grupo que é diretamente ligado à eleição do parlamentar, ou os interesses do próprio parlamentar e somente após isso, a ética ou a comunidade em geral.

Sendo ainda que esses discursos, muitas vezes, mesmo voltados para os interesses de um segmento apenas da sociedade, no caso uma determinada denominação, ou uma parcela das denominações protestantes, acabam sendo repassados como se seu objetivo principal fosse atender demandas da grande maioria da população. Buscando assim sua legitimação como um anseio da sociedade em geral, mesmo quando isso não se efetiva.

Nesse sentido: a) protestantismo; b) ações políticas de parlamentares protestantes e os interesses diretamente ligados a elas ; c) a análise da linguagem que busca justificar essas ações são os pontos de interligação entre os quatro capítulos do trabalho. Então com maior ou menor constância é a partir dessas três problematizações que as discussões aqui são efetivadas. Com um pouco menos de

presença dessas discussões no primeiro capítulo, já que esse tem um um caráter introdutório e informativo sobre esse segmento religioso.

CAPÍTULO I

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROTESTANTISMO

1.1 – As Várias Formas de se Fazer Referências

Definições sobre as principais características do protestantismo costumam esbarrar na diversidade de práticas que de alguma forma são identificadas com esse segmento religioso, e também com a diversidade de termos utilizados para a ele se referir.

A questão terminológica é uma preocupação, dada à dificuldade em se diferenciar e se decidir entre os vários meios de se fazer referências qual é o que se deverá utilizar em um determinado momento ou em um determinado estudo sobre o protestantismo. No Brasil, Crente, Evangélico, Protestante e mesmo em menor monta, Cristão, são utilizados em boa medida, como referências aos mesmos segmentos religiosos.

Devido a essa dificuldade, que tende a aumentar na medida em que novas igrejas com novas formas de expressão de religiosidade surgem e se estruturam dentro do protestantismo, decidiu-se iniciar esse capítulo justamente defrontando-se com a questão das definições. A fim de buscar caracterizar os tipos de situações em que cada uma pode ser utilizada com maior probabilidade de êxito. Essa propedêutica será a forma de se iniciar uma aproximação com o objeto de estudo em questão. A comparação entre as igrejas protestantes será o caminho utilizado para se perceber as vantagens e limites dessas nomenclaturas.

Cristão, etimologicamente está ligado ao latim, originário da palavra *christiānus* que significa aquele que pertence ao cristianismo. A partir desse pertencimento apresenta, ou deve apresentar as qualidades do que é ser cristão. Na maioria das situações, é empregado genericamente para designar o adepto de

qualquer religião cristã, ou qualquer indivíduo que, mesmo sem ligação com uma determinada congregação, de alguma forma, assume sua crença nos ensinamentos de Cristo. Desta forma, no Brasil inclui protestantes, católicos, algumas linhas do espiritismo, as testemunhas de Jeová e outros mais (Piazza, 1997).

O mesmo se dá com o termo cristianismo (do latim *christianismus*), que não é específico para designar os membros de um determinado grupo religioso, mas de toda cristandade. Assim como o termo cristão, o cristianismo, dentre outros se refere aos protestantes, aos católicos romanos, aos cristãos drusos, aos ortodoxos, aos coptas, aos maronitas, aos menonitas e também às correntes ligadas ao espiritismo (Piazza, 1997).

A palavra crente vem do termo latino *credere*, e em sentido geral se refere aquele que acredita em um determinado ser, objeto ou signo. Em se tratando de signo, pode, inclusive, ser lingüístico. Neste caso admite-se a possibilidade de ligação do som das palavras sagradas proferidas em uma cerimônia, com o significado causado nos participantes. Em outros casos pode ocorrer a ligação a um ou mais signo não lingüístico e desta forma será apenas um símbolo.

Ao contrário de um signo lingüístico, em vez da ligação com o som das palavras sagradas, o símbolo tem maior ligação com um determinado objeto, considerado real no sentido físico. No caso das religiões, conforme Araújo (2004) pode ser um amuleto ou líquido sagrado, pedra, totem entre outros.

Portanto crente significa aquele que crê, e rigorosamente refere-se a todos que têm fé, independentemente do que permite que essa fé se estruture e seja sustentada. Então assim, essa crença não está restrita aos que professam o cristianismo (Alsthor, 1989).

Tal terminologia, mesmo perdendo espaço para os termos protestante e evangélico, ainda tem grande utilização nas igrejas protestantes, especialmente nas chamadas igrejas reformadas ou históricas.

Os termos igrejas reformadas e igrejas históricas, além da palavra protestante se projetaram a partir das denominações surgidas diretamente da

Reforma Protestante ocorrida no século XVI. O sentido dos termos de igrejas reformadas e igrejas históricas, é bastante similar e, normalmente fazem referências ao mesmo segmento dentro do protestantismo. Este é o caso das igrejas protestantes surgidas nos primeiros três séculos após a Reforma de Lutero e Calvino

Delumeau (1962) coloca que no caso do termo protestante, um dos momentos em que sua ascensão e relação com essas igrejas se evidencia, são as décadas de 1510, 1520 e 1530. Quando em reinos e ducados da futura Alemanha, Lutero e seguidores, entre outros fatores,³ protestaram contra um decreto do imperador alemão que se voltava contra as pretensões de reconhecimento de sua forma de expressão de fé.

Na Europa, esse termo que tem ligação com a maioria das igrejas surgidas nos três primeiros séculos após a Reforma Protestante, as chamadas igrejas históricas ou reformadas. Entre estas estão os luteranos, os anglicanos, os anabatistas e os calvinistas. Enquanto no Brasil, protestante, passou a ser empregado para aludir a todos que praticam cristianismo a partir de formas de pensar e agir relacionadas com as idéias de reformadores como Lutero e Calvino (Piazza, 1997).

Pelo fato de ter a Europa uma maior ligação com as igrejas protestantes surgidas nos três primeiros séculos pós Lutero e Calvino, na busca de diferenciação de suas práticas com as das igrejas surgidas no século XX, em países como o Brasil, iniciou-se uma subdivisão do termo protestante. Efetuada a partir do surgimento do termo protestantismo europeu, que deveria ser utilizado preferencialmente para a maioria das igrejas surgidas nos três primeiros séculos após a Reforma.

Esse vertente do protestantismo que marcaria a maioria das igrejas européias fundadas nesse período teria como um dos pontos de diferença do protestantismo surgido em países como o Brasil a partir do século XX, a maior rigidez e sobriedade nas questões relativas ao ritual e ao culto (Mariano, 2005).

³ Incluindo entre esses outros fatores, o desagrado com a condenação das críticas efetuadas por parte de bispos ligados a Roma, sobre postura dos seguidores e simpatizantes de Lutero.

Nos casos de diferenciação, um dos pontos de distanciamento entre a vertente do protestantismo europeu e o protestantismo surgido em países como o Brasil a partir do século XX, é no tocante as primeiras uma maior preocupação com a organização, rigidez e “sobriedade” nas questões relativas à efetivação dos rituais e dos cultos.

No Brasil, fora do meio científico, os termos Protestantismo Europeu, Igrejas Reformadas e também Igrejas Históricas têm utilização restrita, ao contrário da palavra protestante. Esta é freqüentemente utilizada pelos adeptos do protestantismo e também por pesquisadores do tema. Porém, apesar dessa utilização, em muitas situações a palavra protestante vem sendo preterida em função do termo evangélico.

Evangélico também oriundo do latim *evangelicus*, significa aquele que crê nos evangelhos. Entre outros motivos a projeção do termo, justifica-se pela busca de uma maneira de designar que causasse menor impressão de radicalismo. Uma vez que em determinadas situações o termo protestante teria ligação exagerada com as guerras religiosas e posições mais radicais dos protestantes, ocorridas nos primeiros séculos após a Reforma Protestante (Piazza, 1997).

Na contemporaneidade essa é a forma mais utilizada em *sites* e documentos de órgãos oficiais das igrejas. O termo vem ganhando espaço entre os freqüentadores dessas denominações e também, como consequência, vem sendo cada vez mais empregado por cientistas da área (Mariano, 2005).

A relação entre os termos evangélico e protestante não é apenas de similaridade ou de substituição do segundo pelo primeiro. Por trás desses dois termos há também um projeto de separação e caracterização de segmentos dentro do grande grupo das igrejas protestantes. Portanto, faz-se importante discorrer sobre o que une e o que distancia essas duas designações.

1.2 – Evangélico ou Protestante

Os termos em discussão podem ser analisados tendo como referencial características de distanciamento ou aproximação. Quando o objetivo é o distanciamento, protestante é preferencialmente utilizado para fazer referência às igrejas surgidas nos primeiros séculos após a Reforma. Isso por ser considerado um termo que em muitas situações, não seria o mais indicado para designar parte das igrejas protestantes surgidas no século XX.

Já que diferentemente das igrejas surgidas nesse período, as igrejas dos primeiros séculos após a Reforma, mais ativamente participaram dos embates religiosos do período imediatamente posterior a esse fato. Além desses seriam outros pontos de diferenciação sua menor presença na mídia, a menor ênfase às conversões em grande quantidade. O que ao menos aparentemente as faz demonstrarem maior proximidade com as igrejas européias dos séculos XVI e XVII (Mariano, 2005).

Também teriam como outra de suas principais características o culto ligado à força da pregação, a oração em voz baixa no máximo acompanhada de palavras bastante comedidas similares a “amém”. No Brasil, pelo menos até a segunda metade do Século XX, essa vertente do protestantismo teve como características estruturais os seguintes pontos a saber: 1 - a menor preocupação com questões políticas; 2 - um tempo relativamente longo entre o momento em que se inicia a frequência aos cultos e o momento do batismo ou da aceitação como membro da igreja; 3 - poucas referências ao demônio e 4 - a busca menos constante de curas físicas. Entre essas igrejas encontram-se a Presbiteriana do Brasil, Batista Tradicional, Cristã Evangélica Tradicional, Igreja Metodista e Igreja Luterana (Sousa, 1969).

Outra parcela das denominações, apesar de ainda estarem ligadas a Lutero e a Calvino, parcialmente, suas práticas teriam se distanciado de posições inicialmente consideradas corretas e essenciais por esses reformadores. Essas, em

muitas situações, preferencialmente, deveriam ser designadas pelo termo evangélico.

As práticas comumente presentes nessas igrejas e menos presentes nas igrejas históricas seriam: 1 - a emoção exacerbada acompanhada da constante busca de curas físicas e espirituais; 2 - a preocupação com bens materiais, que pode ser percebida a partir de suas pregações com linguagem e discurso voltados para o otimismo; 3 - o Batismo Pelo Espírito Santo; 4 - conquistas na área financeira; 5 - aparente necessidade de crescimento vertiginoso, essas são as proposições de Souza (1969).

Conforme o que acima foi exposto, o termo evangélico teria maior ligação com igrejas que apresentam essas características e com sua diferente maneira de professar fé. Igrejas em grande parte derivadas do metodismo dos Estados Unidos, e que a partir desse metodismo, também nos Estados Unidos, teriam iniciado a abertura de templos adeptos de uma maneira de cultuar com pontos de diferença em relação a uma parcela dos ritos dos protestantes de então. Essa prática chegou ao Brasil, inicialmente nos Estados do Paraná e São Paulo, em 1910, com a Congregação Cristã no Brasil e em Belém do Pará, em 1911, com a *Assembléia de Deus* (Mafra, 2000).

Porém, para muitos pesquisadores, a diferenciação das igrejas ligadas em sentido positivo à Reforma em dois subgrupos não conseguiu dirimir uma parcela das dúvidas sobre as diferentes práticas dentro do protestantismo.

A partir dos termos evangélico e protestante, um grande número de denominações passou a ser agrupado agora não mais sob um, mas sob dois termos. E esses pareciam incapazes de separar eficientemente o grande número de denominações e práticas existentes.

Por isso, essa primeira forma mais bem estruturada de diferenciação foi seguida por outras maneiras de junção e separação que queriam ir além daquelas possíveis de se efetuar a partir da divisão do protestantismo em dois grupos (Mafra, 2000).

Nessa busca, ao lado das duas principais formas de referir-se, evangélico e protestante, surgiram vários outros termos, entre eles o termo pentecostal. Sendo ainda, que após esse último, surgiram outras formas de referência e diferenciação. Tais como: tradicional, neopentecostal, protestantismo de missão, primeira onda pentecostal, segunda onda pentecostal e terceira onda pentecostal (Machado, 1996).

A cada uma delas foi dada a função de caracterizar um determinado subgrupo dentro do grande grupo do protestantismo. Desses novos meios de se referir, os primeiros a se projetarem foram os termos pentecostal e neopentecostal. Esses, em grande parte das situações, seriam utilizados para a maioria das igrejas surgidas no século XX, normalmente voltadas para a oração em voz alta e para a busca do chamado batismo pelo Espírito Santo⁴ (Mafra, 2000).

1.3 - Pentecostal e Neopentecostal

O termo pentecostal surgiu como uma referência que em muitos aspectos parecia se aproximar do termo evangélico. Assim como esse, sua maior ligação seria com as igrejas que chegaram ou foram fundadas no século XX, em países como o Brasil. Além dessa, outra de suas características é aliar aos rituais já comuns no protestantismo, como a crença em dois sacramentos, com práticas tais como o batismo pelo Espírito Santo.

O batismo seria uma das diferenças, somado à constante busca de curas físicas e espirituais, à oração em voz alta, e na maioria dos casos à preocupação em estabelecer regras para vestes, adereços e comportamentos de homens e mulheres, que quando comparadas com os padrões dos demais protestantes, acabam por se mostrar mais rígidas. Assim essas seriam algumas das marcas que identificariam o

⁴ Retiram-se justificativas para essa forma de ação em textos bíblicos como Atos 19; 6 e Lucas 24; 49. Esse batismo deveria ser uma espécie de complemento do batismo nas águas. O batismo pelo Espírito Santo teria ligação com a capacidade de se falar as chamadas Línguas Estranhas. Sendo esse falar em línguas estranhas prática comum não apenas entre uma parcela dos protestantes (com notoriedade para os pentecostais), mas também comum entre uma parcela dos católicos carismáticos que acreditam que os fiéis, quando em comunhão com Deus são capazes, de se expressarem em línguas celestiais normalmente consideradas a língua ou as línguas falada pelos anjos (Santana, 2002).

pentecostalismo. Sousa (1969) esclarece que entre as chamadas igrejas pentecostais estão a *Assembléia de Deus*; Congregação Cristã no Brasil e Deus é Amor.

No Brasil, à medida que o número de denominações surgidas no século XX sob o rótulo pentecostal se elevava e diversificava suas práticas, essa forma de referir-se também pareceu pequena para cobrir a variedade de denominações e práticas sob o termo pentecostal. Então uma outra das já citadas subdivisões dentro do protestantismo, também criada para o seu segmento pentecostal, acabaria por se projetar. Estamos referindo ao termo neopentecostal.

Neopentecostal

Com o surgimento do termo neopentecostal a maioria das igrejas protestantes surgidas no Brasil no século XX entre as décadas de 1910 e 1960 deveriam ser chamadas pentecostais, enquanto as surgidas após esse período deveriam ser chamadas de neopentecostais.

Assim como nas demais subdivisões, entre as características encontradas com maior força nesse segmento estariam elementos comuns às demais vertentes do protestantismo. Elementos tais como a crença em dois sacramentos e na Bíblia como regra de fé e prática, além do Batismo por meio das águas.

Além da prática desses elementos comuns ao protestantismo, os neopentecostais compartilhariam outras características básicas de suas doutrinas apenas com o segmento pentecostal. Assim como os pentecostais, teria como um de seus pontos de sustentação a crença no batismo pelo Espírito Santo, curas abundantes, e a busca de números significativos de crescimento (Mariano, 2005).

Porém, a relação entre pentecostais e neopentecostais iria além de práticas similares. Já que esses últimos acrescentariam às práticas já presentes no pentecostalismo, outras que lhes firmariam a identidade, e ao mesmo tempo os distanciaria não apenas do protestantismo tradicional, mas também do protestantismo pentecostal.

Então os termos evangélico, protestante, pentecostal e neopentecostal, entre outros objetivos, surgiram como meio de diferenciar o grande grupo de igrejas com pontos de ligação com a Reforma Protestante. Porém, esses projetos de divisões e subdivisões não pararam por aí, além dessas subdivisões até agora destacadas, há ainda um outro projeto de separação dentro do protestantismo, que também parte do mesmo objetivo de perceber similaridades e diferenças em suas formas de ação.

Neste caso, em lugar da separação das igrejas protestantes em 1 – tradicionais; 2 - pentecostais e 3 – neopentecostais; existe a separação em 1 - tradicionais ou históricas; 2 - primeira onda pentecostal; 3 - segunda onda pentecostal e 4 - terceira onda pentecostal (Mafra, 2000).

1.4 – Primeira, Segunda e Terceira Onda Pentecostal.

A maioria dos adeptos dessa forma de diferenciação costuma dizer que além das chamadas igrejas protestantes tradicionais, no século XX, três correntes ligadas ao pentecostalismo chegaram ou surgiram em países como o Brasil. E por isso os pentecostais em vez de separados em dois grupos conforme se ocorre com pentecostais e neopentecostais, devem ser separados em três grupos. Um dos pontos básicos dessa separação é o período de surgimento de uma determinada igreja.

A primeira dessas subdivisões é normalmente chamada primeira onda pentecostal. No caso do Brasil, sob esse termo estaria a maioria das igrejas surgidas na primeira metade do século XX, tais como a Congregação Cristã no Brasil, e a *Assembléia de Deus* (Machado, 1996).

Considerando esse período como aquele em que se deu o surgimento de igrejas da primeira onda pentecostal, a chamada segunda onda pentecostal teria se iniciado em meados do século XX com o surgimento de igrejas como a Pentecostal Brasil para Cristo em 1951 e a Igreja Pentecostal Deus é Amor em 1962.

Igrejas que continuam com a valorização da oração em voz alta, da presença do Espírito Santo, e da possibilidade de cura por meio de intervenção

divina. As quais são também características já presentes na primeira onda pentecostal. Porém, essa segunda onda pentecostal, além desses pontos de aproximação com as igrejas da primeira onda, tem como características próprias o radicalismo ainda maior a respeito da sobriedade e recato das vestimentas e a tendência de maior distanciamento de outras igrejas.

Sobre o distanciamento, dá-se em maior proporção das chamadas igrejas protestantes históricas, as quais são compreendidas por parte dos fiéis ligados à segunda onda pentecostal como igrejas com costumes considerados excessivamente liberais.

Uma outra de suas características é que no meio evangélico as igrejas da segunda onda teriam iniciado por meio do rádio a maior valorização dos meios de comunicação modernos. Com isso iniciando a relação mais constante entre cultos e meios de comunicação de massa (Souza; Magalhães, 2002)⁵.

Em igrejas da segunda onda pentecostal, tais como a Deus é Amor, a maior importância dada aos meios de comunicação não foi seguida pela menor austeridade em relação à proibição de se assistir programas de rádio, televisão, ou mesmo acesso a jornais e revistas não evangélicos. Em parte dessas igrejas, na contemporaneidade, apesar da relativa perda de importância desse distanciamento, ele ainda é presente.

A terceira onda pentecostal iniciou-se na década de 1970, com o surgimento de igrejas como a Internacional da Graça de Deus, *Sara Nossa Terra*, *Fonte da Vida e Igreja Universal*. Além da estrutura comum às demais, elas são adeptas da utilização em larga escala de variados meios de comunicação, com destaque para a televisão, e assim como os pentecostais da primeira e segunda onda são adeptas da constante busca de cura e libertação espiritual.

Nelas também haveria a maior preocupação com a pregação do chamado evangelho da prosperidade, aquele em que o fiel pede constante e insistentemente,

⁵ Segundo o programa Roda Viva (junho de 2000), da Rede Cultura de Televisão, sobre a utilização de meios de comunicação por instituições religiosas a segunda maior rede de rádio ligada a uma instituição brasileira, a Igreja Deus é Amor, que perde apenas para a rede de rádio da Igreja Católica. O que mostra o valor que esta Igreja dá à utilização do rádio.

melhoria de sua situação financeira a Deus. Sendo que, o processo de maior utilização dos meios de comunicação de massa, e elevação numérica em grande escala, já levado a cabo pelas igrejas da segunda onda, nas igrejas pentecostais da terceira onda seriam ainda mais valorizados (Mafra, 2000).

Na maioria das grandes igrejas surgidas nesse período, haveria também o maior vínculo com questões políticas, valorização do chamado Evangelho do Otimismo, do grande espaço dado ao louvor, e também das conversões em larga escala.

Também por isso, em muitos aspectos essas são igrejas que buscam resultados imediatos, e que constantemente apresentam preocupação em ampliar o espaço que ocupam. Apenas a assistência espiritual aos membros já existentes não é o bastante. O crescimento em números moderados muitas vezes também não é o almejado. Mais parcelas da população tem de ser alcançadas e convertidas (Pierucci, 2000).

1.5 - Os Limites das Diferenciações

No protestantismo chamado de tradicional, pentecostal, neopentecostal, ou primeira, segunda e terceira onda pentecostal, essas características seriam as marcas que, com maior força, lhes firmaria a identidade. Sendo que esses projetos de divisão do grande grupo de igrejas protestantes são interessantes como meio de diferenciação e percepção mais aprofundada de similaridades e diferenças. Porém, dependendo do tipo de pesquisa efetuada, essas divisões mostram seus limites ao colocar sob um determinado subgrupo igrejas com práticas diferentes e muitas vezes com maior proximidade com igrejas pertencentes e a outros subgrupos.

Questões que parcialmente podem ser compreendidas a partir da análise de vários dos elementos que estruturam as chamadas denominações que pertencem a um dos subgrupos ligados aos pentecostais, conforme a tabela a seguir, que compara práticas comuns a várias igrejas protestantes.

Figura 1 - Características que Marcam Protestantes Pentecostais e Neopentecostais

Características	Pentecostais	Neopentecostais
O Batismo pelo Espírito Santo	X	X
A glossolalia (presença das chamadas línguas estranhas ou línguas do Espírito Santo)	X	X
A oração em voz alta	X	X
O clamor por curas físicas e espirituais em abundância	X	X
Restrições mais veladas quanto às vestimentas dos fiéis	X	
Ao menos em parte das denominações restrições quanto a jornais e programas de rádio e televisão, não voltados para questões religiosas	X	
Constante pregação do chamado evangelho do otimismo, que garante as bênçãos de Deus àqueles que seguem seus preceitos		X
Maior distanciamento das questões políticas pelo menos até a década de 1970	X	
Na contemporaneidade a maior preocupação com a atuação política	X*	X

*no caso das pentecostais, essa maior atenção para as questões políticas não é uma característica de todas as igrejas. Essa é uma marca da *Assembléia de Deus*, mas não é uma das marcas de igrejas como as testemunhas de Jeová.

Fonte: Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil (2006) e www.cgadb.com.br (conselho Geral das Assembléias de Deus) acessado em 10-01-2005

Pela tabela anterior se pode perceber que a busca de crescimento numérico grandioso, e a atuação política mais incisiva são características das igrejas

neopentecostais, e também de parte das igrejas pentecostais. Não sendo a partir disso, os fatores mais recomendados para a diferenciação desses dois segmentos.

E justamente esses elementos compartilhados por grande parte das igrejas pentecostais e neopentecostais (no caso a atuação política e a maior preocupação com os índices de crescimento), são os que em primeiro e segundo plano são analisados mais detalhadamente nesse trabalho. A partir disso aqui não se dará destaque aos possíveis pontos de separação entre igrejas pentecostais e neopentecostais.

O trabalho perpassa aquilo que tem em comum, igrejas colocadas em mais de uma subdivisão. Como a neopentecostal (ou terceira onda pentecostal) *Fonte da Vida*, a neopentecostal ou terceira onda pentecostal *Sara Nossa Terra*, a neopentecostal (ou terceira onda pentecostal) *Igreja Universal*, e a pentecostal (ou primeira onda pentecostal) *Assembléia de Deus*.

Estando essas igrejas além do período coberto por vários dos termos utilizados para caracterização. Quer esse termo seja: 1- neopentecostal; 2 - igrejas da primeira onda pentecostal; 3 – igrejas da segunda onda pentecostal ou 4 – igrejas da terceira onda pentecostal.

A partir disso, acima desses termos, se privilegia o próprio nome da denominação, e após isso o termo pentecostal. Já que esse se volta para as práticas utilizadas pela maioria das igrejas surgidas no século XX. Justamente as que aqui, com maior constância, as análises se voltaram.

Além desses, também se utiliza os termos protestante e evangélico, por serem formas de referências que mais que as demais, costumam ser utilizadas como referências a igrejas surgidas em diferentes séculos. Uma vez que normalmente se voltam para o que é comum a mais de um segmento do protestantismo. O que pode ser demonstrado a partir da análise das estruturas gerais do protestantismo.

1.5.1 - Estruturas Gerais do Protestantismo

A partir de suas características gerais, são consideradas protestantes as igrejas pentecostais, neopentecostais, e também as históricas ou tradicionais. Igrejas que têm entre suas características mais marcantes a crença no Batismo, na intervenção de Deus nos males enfrentados aqui na terra, incluindo os casos de doenças, problemas familiares e sociais. Também estando entre suas práticas a crença na Bíblia como única regra de fé e prática, e oração espontânea que se distancia da prática de constantes repetições de orações feitas anteriormente. Nesse caso, na maioria das denominações com exceção da oração do Pai Nosso⁶.

Além disso, crêem na Trindade, apenas em dois sacramentos (batismo e ceia), utilizam versões da Bíblia que tem 66 livros⁷. Em relação à Bíblia, a leitura e interpretação podem ser efetuadas pelos próprios fiéis, sem a necessidade de constante intermediação de um sacerdote. Outros dois pontos de similaridade entre os protestantes são o distanciamento da crença em santos ou demais intercessores além de Jesus Cristo⁸, e a descrença em relação ao purgatório. (Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil 2006; Mafra, 2000).

Características presentes desde as chamadas igrejas históricas ou tradicionais até as igrejas que surgiram nos últimos anos. Por isso, apesar da possibilidade de se pensar o protestantismo por meio de suas subdivisões, em muitas situações também é possível pensá-lo a partir de seus pontos intercâmbio. Em uma síntese do que foi escrito nos parágrafos anteriores, por meio de comparação, pode se dizer que seus principais pontos de similaridade são:

⁶ Oração presente no livro bíblico de Mateus e a partir disso sendo relativamente freqüente nos cultos de uma parcela das igrejas protestantes.

⁷ Enquanto as versões católicas têm 73 livros, por incluírem 7 livros que os protestantes consideram apócrifos.

⁸ Entre as grandes igrejas protestantes apenas as testemunhas de Jeová tem pontos estruturais de divergência em relação a Jesus Cristo. Conforme o Pastor Luiz Goulart da Igreja Presbiteriana (entrevistado em 2004), para as testemunhas de Jeová Cristo não é Deus, e sim um ser celestial que recebeu uma missão especial, que não implicava em essência divina.

Figura 2 - Características Gerais e Estruturais do Protestantismo

Características Gerais do Protestantismo

A crença na Bíblia como regra de fé e prática

A crença na Trindade*

O Batismo nas águas

A prática de dois sacramentos

As orações não repetitivas

A crença na intervenção constante de Deus nos problemas dos fiéis

A Bíblia com sessenta e seis livros

A negação da existência do purgatório

O distanciamento dos santos como intercessores

Fonte: Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil (2006) e www.cgadb.com.br (Conselho Geral das Assembléias de Deus) acessado em 10-01-2005

*No caso das testemunhas de Jeová, esse item não se aplica conforme o Pastor Luiz Goulart - entrevistado em 2004 - esses não crêem na figura de Jesus Cristo como representação de Deus.

A partir da tabela anterior e dos elementos estruturais nela presentes, que são comuns à maioria das denominações influenciadas pelo pensamento da Reforma do século XVI, em muitas situações é possível a utilização dos termos evangélico e protestante como referência à maioria ou totalidade dessas igrejas.

Um outro item a ser destacado nesse capítulo é a relação entre o surgimento das igrejas protestantes e a força do contexto histórico sobre esse surgimento. A análise dos fatos históricos do período permitirá perceber com maior clareza a força desse chamado contexto histórico sobre os meios utilizados para estruturação das igrejas protestantes. Conforme se verá no próximo subitem.

1.6 – Protestantismo e História

No Brasil Colônia, oficialmente professor do catolicismo, desde o século XVI já se percebia a presença de protestantes (Teixeira, 1993). Porém de maneira bastante tímida e com exceção dos holandeses sem apoio efetivo e regular de

igrejas européias (Leonard, 1981). Esta situação sofreu mudanças significativas apenas no início do século XIX. Dois importantes fatores que contribuíram para isso foram a chegada da família real de Portugal em 1808 e a assinatura do tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra em 1810 (Fausto, 1998). Ainda no século XIX, outro marco nesta abertura foi a Constituição de 1891, que reduziu as restrições a outras religiões cristãs no país, além de separar as atribuições inerentes ao catolicismo das atribuições do Estado (Fausto, 1998).

Apesar desta abertura a outras religiões além do catolicismo, não havia para as novas linhas cristãs a mesma liberdade de manifestação da qual gozavam os católicos. Mesmo tendo facilitado a situação da minoria protestante no país, as mudanças não chegara a trazer igual liberdade de manifestação religiosa para protestantes e católicos. Para se compreender o alcance das restrições oficiais e culturais ao protestantismo, ainda em voga em meados do século XIX, pode se utilizar o relatório anual da Assembléia Legislativa de Goiás do ano de 1851:

CULTO PUBLICO, DIVISAO ECLESÍÁSTICA A' religiao catholica, que o Estado reconhece, centro commum, onde se reune, independentemente da acção do tempo, e dos homens, todas as idéas de justiça, de amor, de liberdade, e de piedade, as quaes, n'este mundo constituem a dignidade da especie humana[...] (Memórias Goianas, 1996)

Neste relatório, o catolicismo é considerado religião oficial do Estado, além de ser também fonte de princípios morais. Os casamentos, emissão de parte das certidões e o controle dos cemitérios, eram algumas das atribuições que, em maioria, hoje pertencem ao Estado e, anteriormente eram de responsabilidade da Igreja Católica. Sua liberdade de culto e manifestação ia além da permitida às demais religiões. Conforme Leonard (1981), havia inclusive a necessidade de se declarar católico para se ocupar vários cargos ligados às funções públicas. Porém, no Brasil, apesar das restrições já havia possibilidades dos protestantes iniciarem trabalhos mais bem estruturados. O que permitiu o surgimento da primeira igreja

protestante Brasil. A Igreja Evangélica Fluminense, em 11 de junho de 1856, a primeira de muitas outras conforme a tabela a seguir:

Figura 3 - Período de Fundação de Igrejas Protestantes no Brasil

	Luterana	Presbiteriana	Batista	Adventista
Fundação	1824	1859	1889	1895
Fiéis em 1991	1 milhão	498 mil	1,5 milhão	706 000
Fiéis em 2000	930 mil	500 mil	1,8 milhão	1,1 milhão
Templos	3 108	3 000	10 000	3 235
Pastores	1550	2 500	10 000	1 500

	Congregação Cristã no Brasil	Assembléia de Deus	Evangelho Quadrangular	Deus é Amor
Fundação	1910	1911	1951	1962
Fiéis em 1991	1,6 milhão	2,4 milhões	303 000	170 000
Fiéis em 2000	2,2 milhões	4,5 milhões	1 milhão	750 000
Templos	14 300	22 000	6 300	5 000
Pastores	18 700	21 000	12 500	9 000

	Fonte da Vida	Universal do Reino de Deus	Internacional da Graça de Deus	Renascer em Cristo	Sara Nossa Terra
Fundação	1994	1977	1980	1986	1992
Fiéis em 1991	3.000*	268.000	100. 000	10.000	4.500*
Fiéis em 2000	200.000**	2 milhões	270.000	120 000	110.000
Templos	300	7.000	900	400	350
Pastores	1 000	14.000	15000	1000	11000

Fontes: *A Força do Senhor*. Revista Veja, 03-07-2002, p. 94, e *A Expansão Evangélica*, Revista Época, 02-10-2000, p.57. *Fiéis oriundos da antiga Comunidade Evangélica de Goiânia, entidade que englobava as duas denominações atuais. Sendo os anos entre 1992 e 1994 os anos de sua separação e surgimento das igrejas *Sara Nossa Terra* e *Fonte da Vida*. **os dados da *Igreja fonte da Vida* relativos ao ano de 2000 foram retirados do seu site oficial <http://www.Fontedavida.com.br>, acessado em 20-08-2002.

Conforme a tabela anterior, se as primeiras igrejas com projetos de crescimento mais bem estruturados podem ser classificadas como protestantes históricas, posteriormente, ainda na primeira metade do século XX, as igrejas que se destacarão, serão as igrejas ligadas ao protestantismo pentecostal.

1.6.1 - O Protestantismo Pentecostal e o Surgimento das Igrejas Assembléia de Deus, Universal, Sara Nossa Terra e Fonte da Vida

A Igreja Assembléia de Deus

A *Igreja Evangélica Assembléia de Deus*, a primeira assumidamente Pentecostal, surgiu nos Estados Unidos, no Estado de Kansas, na cidade de Topeka, no ano de 1901, inicialmente com o nome de “*general Council*” (Cabral, 1998).

No Brasil, os pentecostais chegaram primeiramente ao Paraná e a São Paulo. E nestes dois estados, em 1910, foram fundados trabalhos oficiais da Congregação Cristã no Brasil. Em seguida em 1911 foi fundada no Pará a *Assembléia de Deus*, por iniciativa dos missionários suecos Gunar Vingre e Daniel Berg. (Mafra, 2000; Mariano, 2005).

Em 1914, a *Assembléia de Deus* enviava os primeiros missionários brasileiros para Índia, Suécia, Chile⁹. No Brasil, a maioria de seus evangelistas acabou por concentrar-se no Rio de Janeiro que, por ser a capital, era considerado um local mais seguro, além de ser também o ponto a partir do qual as futuras estruturas de sustentação do protestantismo poderiam chegar a outras regiões do país (Cabral, 1998).

A *Igreja Assembléia de Deus* tem várias subdivisões, cada uma delas chamada de Ministério. Os ministérios têm em comum uma série de doutrinas básicas que as igrejas são obrigadas a seguir para que possam utilizar o nome

⁹ Conforme Souza, 1969 na obra *Pentecostais em São Paulo a Experiência da Salvação*. No entanto, outras obras trazem outra datação. Como exemplo a obra Conforme Cabral na obra *Assembléia de Deus a Outra Face da História* (1998) que traz a data de fundação da primeira Igreja Assembléia de Deus em 1918.

Assembléia de Deus. Uma parte dessas doutrinas é compartilhada com outras igrejas protestantes. Incluem a crença em dois sacramentos, e a salvação diretamente ligada à relação entre o fiel e Deus.

Exceto as doutrinas consideradas básicas, cada ministério tem liberdade para decidir sobre práticas tais como a liberação ou proibição de programas de rádio, jornal e televisão, além de corte de cabelos e uso de vestimentas. Os ministérios principais são os ministérios Madureira e Missão (Cabral, 1998). Também existem as chamadas igrejas independentes, que assumem o título, e as doutrinas básicas assembleianas, sem estarem oficialmente ligadas a nenhum dos ministérios existentes no país.

Após a fundação da *Assembléia de Deus*, entre as décadas de 1930 e 1970 uma série de igrejas pentecostais surgiu no Brasil. Entre elas as Igrejas Deus é Amor, Brasil Para Cristo e Luz Para os Povos. Nesse período, a maioria das denominações surgidas são as chamadas igrejas da segunda onda pentecostal.

Como a força política dessas igrejas parece ainda não ter alcançado o mesmo patamar e também a mesma visibilidade das quatro igrejas que, com maior constância são analisadas neste trabalho, nesse momento não será dado destaque a elas.

A Igreja Universal do Reino de Deus

Em 1977, no Rio de Janeiro, foi fundada a *Igreja Universal do Reino de Deus* surgindo de uma divisão da Igreja Nova Vida. De acordo com Mariano (2005), nesse processo de divisão, Edir Macedo, Roberto Lopes, Samuel Coutinho, Romildo Ribeiro Soares e Fidélis Coutinho fundaram a Igreja Cruzada do Caminho Eterno. Sobre essa fundação, Macedo, em uma entrevista concedida a Jornal Folha de São Paulo, diz que:

Estava em uma reunião pública dos evangelistas, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio. As pessoas caminhavam e de repente

desceu uma coisa sobre nossa cabeça. Nosso corpo, como se estivéssemos sendo jogados de baixo de um chuveiro. Foi algo ao mesmo tempo físico e espiritual, abstrato e concreto. Pude me ver como realmente era, e eu me via como se estivesse descendo ao inferno. Cai em prantos. Então a mesma presença me apontou Jesus. Foi quando nos convertemos e nos entregamos de corpo e alma e espírito (Folha de São Paulo, 20-06-1991).

Posteriormente, em 1977, a igreja Cruzada do Caminho Eterno também passa por um processo de divisão, e entre outros membros, Edir Macedo, Roberto Lopes e Romildo Soares fundam a *Igreja Universal do Reino de Deus*. Macedo e Romildo Soares eram os principais líderes da igreja. Em seu processo de crescimento e estruturação, a *Igreja Universal* acaba por novamente entrar em processo de divisão, que gera duas igrejas pentecostais. A Própria *Igreja Universal* e a Igreja Internacional da Graça de Deus (Mariano, 2005).

Seu crescimento, ao ser comparado com as demais igrejas protestantes, foi rápido não apenas dentro do Brasil. Em 1990, já havia atingido a Argentina, Colômbia e outros países da América Latina. Ainda nos primeiros cinco anos da década de 90, a partir de Portugal e Espanha, já havia alcançado vários países da Europa. Chegou também à África, via Moçambique e Angola. Em julho de 2002 já havia atingido mais de 80 países (Folha Universal, 20-06-2002).

A Igreja Sara Nossa Terra

A *Igreja Sara Nossa Terra* surgiu em Goiânia e, atualmente, seus principais líderes são o Bispo Robson Rodovalho e sua esposa, a também Bispa Maria Lúcia Rodovalho, ela foi fundada em 1976 com o nome de Comunidade Evangélica de Goiânia. Sendo essa uma denominação que agregava várias igrejas semi-independentes, incluindo o embrião da futura *Igreja Fonte da Vida*.

Em Fevereiro de 1992, sua sede foi transferida para Brasília e a Igreja passou a se chamar *Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra*. A inspiração do

nome veio de uma suposta necessidade de “sara” o país, que estaria gravemente doente por excesso de violência, corrupção e práticas religiosas equivocadas (Mariano, 2005). Sara as desigualdades sociais, a fome, a miséria e a corrupção.

No ano de 2000 a igreja tinha um número próximo de 350 templos no país e exterior. E desde então se encontra sob a coordenação da Federação Nacional da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra. Dirigida por um Conselho de Bispos e um Conselho Diretor, que são responsáveis por todas as regiões do Brasil e do exterior (Mariano, 2005; Revista Veja, 03-07-2002).

A *Sara Nossa Terra*, ou fundações com ligação direta com ela contam com uma Rede de TV e rádio, com programação diária voltada para a família e cobrindo diversas cidades brasileiras, com sinal aberto, e na maioria das regiões transmitido via UHF. O jornal Sara Nossa Terra e a revista Sara Brasil também são instrumentos de mídia deste ministério (<http://www.saranossaterra.com.br>, acessado em 27-08-2002).

Os atletas de Cristo também surgiram na *Sara Nossa Terra*, sendo um dos motivos de sua criação a divulgação do evangelho e da Igreja. No Brasil, jogadores como Lúcio, Edmilson, Mineiro e Kaká assumem ser atletas de Cristo. Artistas como Vanderlei Cardoso, Dedé Santana e Gisele Fraga também freqüentam os cultos ou são membros dessa denominação.

A Igreja Fonte da Vida

Fundada em 1994, na cidade de Goiânia A *Fonte da Vida* (também conhecida pelo seu nome anterior de Ministério Comunidade Cristã) tem sua sede internacional em Goiânia. Seu templo sede possui capacidade para 5.000 pessoas sentadas. Apenas em Goiânia esta denominação diz ter mais de 50 mil membros (Gomes, D. *Pastor uma profissão em plena ascensão*, O Popular, 17-02-2003 e www.fontedavida.com.br, acessado em 25 de Outubro de 2001).

Assim como a *Igreja Sara Nossa Terra*, o seu núcleo inicial foi a Comunidade Evangélica de Goiânia. Partindo deste grupo, um de seus fundadores,

o Apóstolo César Augusto, em 1976, juntamente com o futuro líder da *Igreja Sara Nossa Terra* O Bispo Robson Rodvalho fundaram a Comunidade Evangélica de Goiânia (Mariano, 2005). Em 2003 A *Igreja Fonte da Vida* havia ultrapassado a marca dos duzentos e cinquenta templos no Brasil e fora dele, fazendo-se presente também na Europa, África e em vários países da América¹⁰.

Nas questões relativas à mídia, a maior aposta da igreja é a abertura de um canal de televisão na chamada televisão aberta com alcance nacional, feito que em rede com cobertura nacional apenas a *Igreja Universal* alcançou com a rede Record de televisão. A partir do ano de 2006 o canal funciona em caráter experimental em Goiânia, em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC).

A parceria gera programas de utilidade pública e programas evangélicos, em um misto de músicas e anúncios de milagres nos cultos transmitidos no canal e também entrevistas com lideranças de terreiros de umbanda e grupos de capoeira. Que ao menos por um tempo estão compartilhando o mesmo espaço.

Esse canal de televisão e a aposta em sua força para os seus futuros projetos de evangelização mostram a força da mídia e dos meios de comunicação em seus planos de crescimento. Porém, em outros projetos ligados à Igreja isso também pode ser percebido, sendo que entre eles estão aqueles ligados ao esporte.

Uma das marcas das igrejas *Fonte da Vida* e *Sara Nossa Terra* é a quantidade de artistas e jogadores de futebol que as integram. Vários atletas são seus membros¹¹ e nos eventos esportivos eles levam o nome da Igreja no uniforme. Um deles é Jonatas Gurgel, que representou o Brasil no mundial juvenil de Jiu Jitsu, conquistando a medalha de ouro, e que assim é mostrado no site da igreja:

¹⁰ Fonte: <http://www.fontedavida.com.br>. Acessado em 25-10-2002, e entrevista com o Pastor Benedito da *Fonte da Vida* em Goiânia, em 04-01-2003.

¹¹ Pode ser citado Ernesto Flávio, que no campeonato sul americano de 2002 foi prata no revezamento 4 por 100 metros rasos e nesse mesmo campeonato a atleta Kátia Regina venceu os 100m e 200m rasos. Todos os citados são atletas de Cristo. (Domingues, R, Jornal o Popular, Goiânia, p.17, de 22-10-2002).

Figura 4 - Jonatas Gurgel Campeão de Jiu jitsu Divulga a Igreja Fonte da Vida



Campeão de fé, irmão camarada O atleta de Cristo, Jonatas Gurgel, de 16 anos, foi considerado há dois anos, a revelação do jiu-jitsu durante o campeonato do Centro-Oeste. A partir daí a carreira dele deslanchou, sendo o ponto alto a recente conquista do título de campeão mundial juvenil. (<http://www.fontedavida.com.br>, acessado em 07-01-2003).

No fundo da foto de Jonatas é possível ver um *outdoor* com o nome da Igreja. O que destaca a sua ligação com a denominação. A reportagem considera este fato um dos motivos de sua vitória. Essa utilização do Marketing que valoriza

vitórias e conquistas é uma das máximas das Igrejas pentecostais¹², como se verá no capítulo três, nos cultos, jornais, e demais meios de comunicação, essas conquistas ou vitórias são constantemente destacadas no pentecostalismo. E são uma das bases de seu crescimento atual.

1.7- Goiânia e o Protestantismo: cidadania e política

Entre os incentivos para o surgimento de Goiânia estão a revolução de 1930, e a partir dela a marcha para o Oeste. Essa marcha foi um projeto de Getúlio Vargas com o objetivo de “povoar” o Centro Oeste do país, que possuía a época uma população considerada escassa (Gomide, 2002). Por meio da marcha para o Oeste, Goiânia acabou por ser vista como um portal que permitiu as ligações entre o Oeste, pouco habitado, e o Centro Sul do país.

Em parte, atendendo esses anseios, Pedro Ludovico o líder da Revolução de 1930 em Goiás, resolve transferir a capital do Estado para uma região do Estado considerada mais promissora economicamente (Palacin, 1973).

A transferência da capital ocorreu em passos largos. No dia 24 de outubro de 1933, em homenagem à Revolução, foi lançada a pedra fundamental. Em 7 de Novembro de 1935, realizou-se a "mudança provisória" (Chaul, 1999). Posteriormente o crescimento populacional do Estado e da nova capital atingiu números expressivos.

Entre os anos de 1940 e 1950 em todo o Estado o crescimento médio da população influenciado pela imigração chegou a uma média de 3,9% ao ano. Goiás

¹² No *Outdoor A Igreja Fonte da Vida* ainda aparece com o seu antigo nome de Igreja Apostólica Ministério Comunidade Cristã.

passou de 826.414 habitantes em 1940, para 1.214.921 habitantes em 1950 (Morais; Palacin, 1994).¹³

Grande parte desses novos habitantes veio para Goiânia. A partir de então a cidade se tornou pólo de atração de habitantes e também local de convivência de novos valores culturais, incluindo aqui o protestantismo. A condição de fronteira o encontro de valores culturais e a anomia tal como definida por Durkheim (1999) que costuma ser gerada nessas situações, na segunda metade do século XX parecem ter permitido que nessas fissuras as novidades, incluindo as novas religiões conseguissem maior espaço.

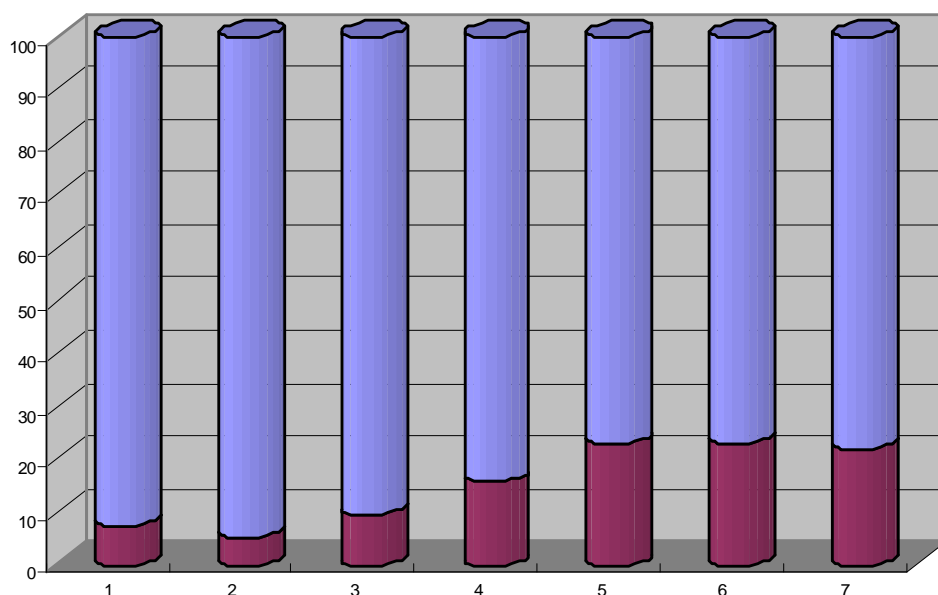
Essa característica de grande diversidade de valores culturais que passam a ocupar a mesma região, a necessidade de adaptação em um novo local e a possibilidade de se abrir para mudanças, em parte pode ser demonstrada através do crescimento populacional do Estado e de sua nova capital nas cinco primeiras décadas após a fundação de Goiânia.

Com a chegada de trabalhadores para a construção da cidade, a situação de encontro de culturas em Goiânia começa a evidenciar-se ainda nos primeiros instantes de seu surgimento. Mesmo antes de ser inaugurada oficialmente, a cidade era ponto de encontro de indivíduos de várias partes do país.

De fato todo o Estado crescia, porém a nova capital era o principal impulsionador deste crescimento. O gráfico a seguir por meio de comparação mostra o percentual de habitantes da cidade de Goiânia em relação ao total do Estado de Goiás entre 1940 e 2000.

¹³ Os dados de Palacin e do IBGE são divergentes. O IBGE dá para Goiás uma população de 1.010.880 habitantes em 1950 (conforme a Sinopse preliminar do censo demográfico do IBGE 2000. v.7, Tabela 1.4, item 2.8). Porém, se para o IBGE em 1950 o número de habitantes do Estado era menor do que o declarado por Palacin, o mesmo se dá em 1940. Já que nessa década para o IBGE Goiás tinha um número de habitantes 12,0% menor do que aquele declarado por Palacin.

Figura 5 - Percentual da População Goianiense no Total da População de Goiás de 1940 a 2000



Representada pela cor vermelha encontra-se população goianiense, e pela azul o restante da população do Estado. N°1 Recenseamento de 1940; n°2 recenseamento de 1950; n°3 Recenseamento de 1960; n°4 Recenseamento de 1970; n°5 recenseamento de 1980; n°6 Recenseamento de 1990; n°7 Recenseamento de 2000.

Fonte: IBGE, *Recenseamentos no Brasil*, Volume 1, Rio de Janeiro, introdução, 1980.

IBGE, *Caderno de fatores sociais do recenseamento populacional do IBGE do ano de 2000*, Rio de Janeiro, IBGE, 2001.

Conforme o gráfico acima, a cidade, em termos populacionais, ganhou importância, até atingir os índices máximos entre 1980 e 2000, que passa a ter entre 23,0 e 21,0% da população do Estado.

Além da marcha para o Oeste, no século XX outros fatores podem ser citados como incentivos à migração, e por meio dela par o crescimento populacional da região. Um deles é a expansão capitalista que ganha força nas regiões norte e centro-oeste na década de 1970, por meio das das políticas de modernização, integração e expansão da fronteira agrícola. Que são projetos implementados pelos governos militares (Fausto, 1998).

Nesse processo, o incremento populacional advindo da chamada expansão agrícola e ocupação de áreas pouco habitadas do país, e mesmo em menor grau,

também o maior número de indústrias ligadas à agricultura, permitiram que o processo de chegada de indivíduos que marcou a região a partir da marcha para o Oeste, também fosse uma das marcas dos governos militares. Fatores contribuíram para a continuação do crescimento populacional de Goiânia na década de 1970. Sobre esse crescimento, o Jornal Diário da Manhã trouxe a seguinte reportagem:

Goiânia é a campeã brasileira de crescimento de população. A cada ano o número de seus habitantes aumenta quase 10,0%. Em pouco mais de 30 anos passou de 53mil em 1950 para a casa dos 800 mil em 1982.
(Jornal Diário da Manhã, 24-10-2982).

Um grande crescimento populacional entre os anos de 1940 e 2000, com destaque para as décadas de 50 a 80. Naquele período, em relação às capitais brasileiras em termos de habitantes, a cidade teve o maior crescimento percentual. Isso ao ponto de entre 1950 e 1982, crescer uma média de 9,0% ao ano, passando de 53 mil habitantes em 1950 para 800 mil em 1982. Sobre isso, a comparação dos resultados dos censos do IBGE entre os anos de 1940 e 2000, permite perceber a força desse crescimento:

Figura 6 - Variação da População de Goiânia Entre 1940 e 2000

Ano	População
1940	26.065
1950	52.201
1960	153.505
1970	378.060
1980	714.484
1991	922.222
2000	1.093.007

Recenseamento do Brasil v. 2, ano de 1940 a 2000, Rio e Janeiro, 2001.

Conformes dados até agora citados, incluindo os da tabela anterior, em 1933 (data da fundação de Goiânia), as estimativas são de 14.300 habitantes na

cidade. Em 1940 o recenseamento registrou 26.065 habitantes. Em 1942, estimativas não oficiais apontavam para 51.000 habitantes. Em 1950, o censo registrou 53.389 habitantes. Em 1958, na data de seu vigésimo quinto aniversário, sua população foi estimada em 110.000 mil habitantes¹⁴.

Na nova capital, os índices de população protestante também se mantiveram acima da média nacional. Em 1970 estimativas não oficiais apontavam 6,0% da população protestante¹⁵, em 1980 chegou a 8,0%, no censo de 1991 a 13,0%, e poucos décimos acima de 23,0% no ano 2000. Já a média nacional foi de 6,0% em 1980, 9,0% em 1991 e 15,3% em 2000¹⁶.

Os habitantes da cidade desde o seu início, parecem conviver com o protestantismo. Nela não havia apenas templos católicos, os evangélicos, em quantidade maior que na maioria dos locais do país, surgiram por várias partes da cidade em construção, chegando com os primeiros habitantes.

Nesse contexto o missionário protestante era mais um que chegava. Na nova capital, algumas áreas foram destinadas à construção de igrejas uma grande maioria para a igreja Católica, mas não todas. Esses missionários, um imigrante em meio a outros imigrantes, pregava principalmente para ex-católicos. As levas de novos habitantes que chegavam a Goiânia ao que consta mostraram-se abertas à evangelização (Morais, 2003).

Sobre este tema, confirmando, em boa medida a hipóteses que articula anomia e região de fronteira, o ex-seminarista D. R. da *Assembléia de Deus*, ao ser perguntado sobre as pessoas que nos primeiros anos da capital se convertiam ou ao menos davam um pouco mais de atenção à suas pregações, nos disse que: “As

¹⁴ Recenseamento do Brasil v.2, de 1940 a 2000, Rio e Janeiro, 2001, e Jornal Diário da Manhã, 24-10-1982.

¹⁵ Um número trazido em textos de revistas evangélicas (como a Revista no Cenáculo), e que mesmo sem ser oficial, foi citado por parecer bastante próximo do real. Já que os dados oficiais do recenseamento de 1980 e 1990 sobre o protestantismo em Goiânia dizem que a cidade tinha respectivamente 8% e 13% de evangélicos, enquanto o Brasil no mesmo período tinha respectivamente 6% e 9%. Os dados não oficiais de 1970 que foram citados sobre a cidade parecem também apontar a mesma tendência trazida pelos recenseamentos de nas últimas décadas ter havido maior presença do que a média nacional de protestantes em Goiás e em Goiânia.

¹⁶ Dados oficiais do IBGE disponíveis em : <http://www.ibge.gov.br/2000/religião>, acessado em 14-05-2000.

peças que chegam a uma região são mais fáceis de serem evangelizadas. Elas costumam aceitar o evangelho mais fácil” (D. R. em entrevista de 12-09-2001).

Não que esta relação fosse inteiramente baseada na cordialidade, apesar da maior tolerância ao protestantismo, em algumas regiões de Goiânia, a convivência entre católicos e protestantes foi marcada por momentos de relativa tensão. Porém, conforme Morais, (2003) nada que inviabilizasse a convivência. A partir disso gerando situações que Babbha (2000) chamou de fronteira, e que em muitos aspectos se aproxima do que, anteriormente, Durkheim (1999) definiu como anomia.

Sobre a anomia ao discorrer a respeito de sua força nos indivíduos que necessitam reestruturar seus valores e nesse processo se distanciam das referências sociais de seus locais de origem Durkheim diz que:

Como os indivíduos já não estão mais contidos em seus lugares de origem e como esses espaços livres que se abrem diante deles os atraem eles não podem deixar de se espalhar aí... as populações se misturam, e é isso que faz que suas diferenças originais acabem por se perder... ora, a maior mobilidade das unidades sociais que esses fenômenos de migração supõem determina um enfraquecimento das tradições (Durkheim, 1999, p.294-295).

Para Durkheim, a anomia que marca os indivíduos nas sociedades que passam por grandes transformações pode, e normalmente, modifica seus valores e organização. A partir disso, a anomia e sua força podem ter contribuído para que os missionários protestantes, em Goiás, encontrassem terreno propício para o seu crescimento.

Essas considerações teóricas são reafirmadas por depoimentos de pessoas que participaram mais diretamente da construção de Goiânia, a ponto de D. R. da Igreja Assembléia de Deus, evangelista de 1937 a 1951 em Goiânia afirmar que:

Uma das coisas que me chamou a atenção bem no início da evangelização em Goiânia foi o interesse que as pessoas que haviam mudado há pouco tempo para a cidade, tinham pela nossa pregação.

Quanto menos tempo vivendo em Goiânia mais interesse por nossas palavras (D. R. Entrevista Gravada e em Goiânia, em 12-09-2001).

Esse crescimento parece ser um fator que colaborou para que houvesse na cidade condições propícias para o surgimento de igrejas evangélicas com alcance nacional e internacional, entre elas as Igrejas Luz Para os Povos, *Sara Nossa Terra* e *Fonte da Vida*. Surgidas a partir dos grupos de evangélicos já existentes na cidade, que parecem ter fornecido fiéis para os primeiros trabalhos. Além de também fornecerem apoio logístico e financeiro para que fossem fundadas, na cidade, parte das igrejas que surgiram no último terço do século XX no Brasil. Foi assim que, igrejas como a *Sara Nossa Terra* e *Fonte da Vida* iniciaram seus trabalhos. Com donativos e hospedagens fornecidos pelos fiéis, além desses fiéis também cederem os primeiros locais para que esses cultos fossem realizados (www.Fonte da Vida.com.br acessado em de 20-12-05).

E na contemporaneidade esse grupo de fiéis em sua maior parte é composto de protestantes pentecostais. Dentro do protestantismo, ao se discorrer sobre pentecostais, é sempre possível (conforme se faz nesse trabalho) dar destaque para cidades como Goiânia. Pois essa é a capital com o maior número percentual de pentecostais no Brasil. Observe os dados da tabela a seguir:

Figura 7 - Capitais com Maior Número Percentual de Pentecostais no total de evangélicos

Cidade	Percentual de Evangélicos Pentecostais
Goiânia	75,0%
Rondônia	72,0%
Porto Velho	70,0%
Rio de Janeiro	69,0%

fonte www.ibge.gov.br/religião acessado em 20-08-05

Conforme os dados da tabela anterior, segundo o Recenseamento de 2000 do IBGE, a capital com o maior percentual de pentecostais no total de evangélicos é Goiânia, com 75,0%. Enquanto conforme os mesmos dados do IBGE, em todo o Brasil, os pentecostais representam 67,6% do total de protestantes.

Sendo que aqui, esses dados acima de outros, interessam por ser esse crescimento numérico um dos principais elementos que a partir da década de 1980 servirá como incentivo à atuação política mais incisiva de uma parcela dos protestantes.

E para justificar essa nova postura política, esses mesmos protestantes elaboram discursos bem construídos os quais buscam demonstrar que essa atuação política e conseqüentemente seus objetivos são justos e coerentes. Nos próximos capítulos, mesclando novos elementos com os temas gerais até então discutidos, se dará destaque à relação entre protestantismo, crescimento, política e discurso.

No capítulo a seguir essa aproximação se dará principalmente a partir das definições de carisma, política, esfera pública, linguagem e discurso. Definições que serão seguidas pela análise das principais características que marcam esses elementos.

CAPÍTULO II

POLÍTICA, LINGUAGEM E PROTESTANTISMO

2.1 - Teoria e Metodologia

Nesta parte do trabalho, em um primeiro momento se discorreu sobre as definições de política, dominação e esfera pública. Definições que foram seguidas de abordagem que se voltaram para os pontos de aproximação desses conceitos nas questões ligadas à políticas. Essa ligação ocorreu por meio das características que as ações políticas assumem nos momentos em que suas discussões estão além dos bastidores e, visivelmente, tornam-se públicas. Essa parte do capítulo fez uma abordagem teórica ancorada em Habermas e Weber.

Em um segundo momento as análises se voltam para a linguagem e o discurso e suas relações com as ações comunicativas e estratégicas. Enfocando especialmente a força dessas ações nas questões ligadas à política, neste sentido recorreremos principalmente ao pensamento de Habermas.

Foge às pretensões deste capítulo esgotar as discussões sobre esses conceitos. O principal objetivo é discorrer sobre suas características principais. E a partir delas, nos capítulos posteriores, em conjunto com os exemplos da prática cotidiana da relação entre pentecostalismo e política, se pretende acrescentar novos componentes relativos aos conceitos agora trabalhados.

Dois tipos principais de métodos de pesquisa foram aqui utilizados. O primeiro retirado de metodologias da História. Em relação a essa área do conhecimento, conforme Brignoli & Cardoso (1990) uma de suas características é analisar as instituições e costumes da atualidade a partir de sua relação com épocas anteriores. Sendo que o estudo dessas instituições no passado tem como um de seus principais objetivos compreender sua natureza, função e influência não apenas

sobre as sociedades de outras épocas, mas também sobre as sociedades atuais. Assim, a partir da análise de fatos ligados à história do protestantismo, se pretendeu compreender as características que em períodos anteriores marcavam suas instituições, com o intuito de verificar sua influência não apenas em suas sociedades de origem, mas principalmente na atualidade. Essa comparação de sociedades ou instituições em diferentes épocas também permitiu a utilização do método comparativo.

No caso do método comparativo, nele há destaque para o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedade ou povos. Por meio dele é possível uma melhor compreensão do comportamento humano, esse método se volta para pontos de contato e divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento.

Com o método comparativo, o que se pretendeu foi perceber as semelhanças e diferenças que marcam o pentecostalismo na contemporaneidade. As comparações foram efetuadas por meio de entrevistas, fontes documentais, jornais e frequência aos cultos das igrejas pesquisadas.

O objetivo não foi em primeiro plano descrever, mas comparar igrejas que compartilham parte de seus elementos estruturais, e a partir destes compreender o que permitiu que essas se estruturassem ou mesmo se destacassem em meio a outras. A comparação primeiramente se volta para os discursos de pentecostais. Principalmente aqueles voltados para a ação política e para o crescimento. E também para o que permitiu que parte dessas denominações conseguisse maior destaque nessas questões.

Sem perder de vista os riscos que toda utilização equivocada de métodos pode gerar. Se por um lado por meio das semelhanças e diferenças é possível a compreensão de um fenômeno, por outro toda comparação implica na possibilidade

de anacronismos e na junção de elementos diferentes ao ponto de se correr o risco de resultados com equívocos comprometedores

Outro “perigo” do método comparativo é a possibilidade de se reunir grande quantidade de dados os colocando lado a lado, e frente às várias possibilidades de utilização desse grande quantidade de material disponível não saber exatamente quais os caminhos mais viáveis para a produção de um trabalho científico. Porém, qualquer trabalho que queira ir além de um caso isolado tem no método comparativo uma ferramenta de grande auxílio. O que justifica sua presença nesse trabalho.

É a partir dos métodos comparativo e também histórico que se pretende o diálogo entre teorias e técnicas de pesquisas aqui utilizadas. As entrevistas do período dos governos militares foram utilizadas como meio de demonstração das dificuldades do espaço para a ação comunicativa de Habermas naquele período. Essas entrevistas quando comparadas com aquelas coletadas ao término dos governos militares, permitiram perceber em quais aspectos houve continuidade e em quais aspectos houve rompimentos. E a partir disso compreender quais são as possibilidades dos diálogos que visam o consenso na contemporaneidade.

O mesmo se deu com documentos do período em que um menor número de protestantes publicamente valorizava a ação política. Por meio da comparação de documentos desse período com aqueles do período de maior valorização pública da política foi possível perceber as continuidades e transformações. Esses documentos de épocas diferentes que defendiam diferentes posturas, demonstraram inclusive as formas de conduta com muitos pontos de rompimento entre igrejas protestantes surgidas em diferentes épocas.

As comparações também se deram com o catolicismo, e com as práticas comuns nessa religiosidade. Buscando os elementos em comum em católicos e protestantes, e as mudanças dos limites desse compartilhamento de acordo com a época.

Também assim se procederá com os momentos em que se utiliza o método histórico. Sua principal função é auxiliar o método comparativo na produção de conhecimento, a partir da compreensão dos diferentes valores históricos que marcam as igrejas protestantes surgidas no final século XX (com destaque para as surgidas no último terço desse século) com aquelas surgidas em outros períodos.

A importância do método histórico é que a partir de uma constatação já bastante conhecida, no caso a de que o momento histórico de surgimento de uma denominação tem ligação direta com a forma de conduta dessa mesma denominação, demonstrar que a história da fundação de igrejas protestantes no Brasil, e o período dessa fundação tem muito a auxiliar nas diferentes características assumidas pelo protestantismo na contemporaneidade. E é a partir desses dois métodos e das técnicas de pesquisa a eles ligadas que se pretende o diálogo com as teorias e conceitos aqui utilizados e que serão agora abordadas a partir de conceitos de Weber.

2.2 – Weber e a Relação Entre Política e Formas de Dominação

Conforme Weber (1982 e 1994), os seres humanos, seres sociais, têm potencial para construir uma relação com o meio ambiente em que estão inseridos, que possua um mínimo de harmonia ou equilíbrio. Como seres sociais ligados ao ambiente em que vivem os seres humanos indo além de sua experiência subjetiva são capazes de aprimorar uma determinada forma de se executar uma ação a partir da comparação com uma outra maneira de execução dessa mesma ação. Essa capacidade de assimilação pode ser definida como conhecimento objetivo.

Porém, não apenas por meio desses conhecimentos “objetivos” é que o ser humano tem condição e capacidade para orientar sua ação, mas também segundo normas que se mostram como se fossem um dever ou uma obrigação. Normas que em primeiro plano são retiradas não da vivência objetiva, mas da ação daquele que

primeiramente cumpre um dever, que busca atingir um ideal. Nesse segundo caso, se dão ações baseadas em valores. Por isso chamadas de normativas, valorativas e a partir disso subjetivas.

Esse conhecimento objetivo constantemente acompanhado dos valores e normas inerentes aos seres humanos, é presente nas diferentes esferas de ação desses mesmos seres humanos. Incluindo os momentos em que esses se voltam para a política. Então a ação política também é permeada de componentes ligados ao meio em que os homens estão inseridos. Incluindo não apenas as vivências objetivas, mas também os valores e normas que os acompanham em suas ações.

No caso específico da política, para Weber (1994) a essência da política é a compreensão do sentido subjetivo da conduta humana. No caso desse autor, um dos motivos de seu interesse pelas ações ligadas à política é que pensava Weber, que a partir dela se poderia compreender a dominação do homem pelo homem, já que a política é um dos lugares em que isso efetivamente se dá.

Ainda na acepção de Weber, política implica em ações voltadas para a participação no poder. Essa é uma das principais aspirações daquele que busca a política. A partir dessa participação de alguma forma influenciar tanto nos momentos de utilização quanto nos momentos de partilha das possibilidades de ação acessíveis por meio do poder. Weber assim se expressa:

Por política entenderemos, conseqüentemente, o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado
(Weber, 1967-1968, p. 56)

Esclarece também que esse poder desejado por aqueles que se voltam para a política tem entre uma de suas principais funções o monopólio da violência e a legitimação desse monopólio. O poder é essa probabilidade de um ator impor sua vontade à do outro, ainda que esse outro manifeste resistência a essa imposição.

Vários tipos de atores podem participar de situações como esta. Desde indivíduos, grupos, grandes corporações, todo um país ou mesmo junção de países.

No caso do poder, uma de suas marcas é a capacidade de levar um indivíduo ou grupo de indivíduos à execução de uma determinada ação, sem que necessariamente estes indivíduos tenham sido convencidos de que aquilo que fazem é um dos caminhos mais indicados (Weber, 1967-1968).

Nesses casos a obediência a uma ordem não se dá necessariamente pela crença em sua legitimidade, não sendo a partir disso considerada um dever. Mais do que um dever, essa obediência se aproxima de uma necessidade momentânea por parte daquele que cumpre uma determinada ordem.

O temor a sanções costuma se fazer presente nesse tipo de ação. Essa é uma das formas que instituições como o Estado utilizam para garantir suas fronteiras ou a obediência a leis básicas. Nesses casos, o direito de aplicar sanções, incluindo aquelas com grande carga de violência é um dos fatores que pode levar à obediência. Essa junção de violência, poder e política são uma das bases de sustentação do controle de uma determinada liderança política em sua relação com um grupo de indivíduos.

Se por um lado esse domínio pode ser sustentado pela violência, incluindo possibilidades de utilizações carregadas de virulência, por outro, essa violência nem sempre necessita ser aplicada. Contudo a possibilidade de sua utilização não pode ser descartada. Essa possibilidade é colocada à disposição daquele que, por meio da ação política, conquistou o poder e o direito de se necessário recorrer à violência. conforme Weber:

A violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer dúvida mas é seu instrumento específico. Em nossos dias, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima tal como todos os agrupamentos políticos que historicamente o precedera, o Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima) o Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores.

(Weber, 1967-1968, p. 56-57)

Então, esse agir por meio da política, tem como um de seus intuitos o acesso ao poder que permite a utilização da violência. Porém, essa dominação do homem pelo homem não se limita à lida com a política com vistas ao monopólio do poder e com ele o direito de utilização da violência. Nas relações entre os homens, há outras possibilidades de se levar seres humanos a uma determinada ação ou conduta. O que também pode ser efetuado por meio da dominação.

Em relação à dominação, para Weber há três tipos puros de dominação. Assim caracterizados por esse autor: a) dominação legal que tem ordenações racionais e legais; b) dominação carismática a partir do carisma e da crença de que aquele que age tem por trás de si o que é especial e por isso fora do cotidiano; e c) dominação tradicional. Baseada na força quase sagrada de uma determinada conduta.

2.2.1 - A Política e as Formas de Dominação

Dominação Legal

Conforme Weber, uma das marcas dos três tipos puros de dominação é a busca de elementos que sustentem sua legitimidade. Legitimidade que deve ser tratada como probabilidade e não como garantia. Ao contrário do poder, na dominação, a obediência mais que uma coação por meio da violência assume características de um dever. Ao assumir essas características, também por meio delas as concepções valorativas ou normativas que estão além da vivência objetiva dos seres humanos se mostram.

No caso da dominação legal, esse fundamenta-se no reconhecimento, por parte daqueles que, obedecem da justiça e do direito daquele que emite ordens ou

admoestações. Um dos motivos de obediência a essas ordens e admoestações é que elas são legitimadas pela autoridade do indivíduo que as profere, sendo parte dessa autoridade ligada à força ou reconhecimento da instituição à qual o indivíduo ou grupo que faz um proferimento representa. Essa é uma das marcas da dominação legal,¹⁷ que assim é definida por Weber:

A dominação 'legal' em virtude de ser 'estatuto'. Seu tipo mais puro é indiscutivelmente a dominação burocrática. A sua idéia básica é a seguinte: qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente no que diz respeito à sua forma ... obedece-se à pessoa não em virtude do seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo quem e em que medida se deve obedecer. Aquele que manda também obedece à 'lei' ou a um 'regulamento' de uma norma formalmente abstrata.
(Weber, 1994, p. 349-350).

Então, no caso da dominação legal é prestada obediência a ordenações que são impessoais e objetivas e que são proferidas pelas pessoas encarregadas por uma determinada instituição. E assim se procede graças à legalidade de suas ações dentro do âmbito que lhes compete agir.

Na administração, o burocrata ou o juiz que profere uma sentença; na religião, o sacerdote que zela pela obediência de uma tradição, são exemplos daqueles indivíduos que com maior ou menor grau, têm por trás de si a força desse tipo de dominação.

Por isso, o agente tributário é obedecido. A sociedade considera-se corretos e legais os avisos que este envia sobre os tributos que devem ser recolhidos. Em certos casos esse recolhimento se mostra quase como um dever. A instituição está por trás de seu ato, lhe dá legitimidade. Como instituição considerada que o é, a saída de um agente ao qual de alguma forma se prestava conta e a chegada de um

¹⁷ A sociologia política de Weber tem ligação direta com a situação vivida pela Alemanha nos anos próximos da passagem do século XIX para o século XX. E a partir disso levando em conta que Weber assim como a maioria dos que viveu naquele período, pensa ser a função do sociólogo atuar diretamente nas questões políticas.

novo agente substituto, não modificam o processo. A instituição continuará legitimando o novo agente.

O mesmo se dá no caso do líder religioso, que ao ser substituído, ao menos a princípio e na maioria das situações, a comunidade estará disposta a aceitar a presença e as admoestações do novo líder. Tal comportamento esperado da congregação perante o novo líder tem um de seus pontos de sustentação justamente no valor atribuído à legalidade das leis e práticas religiosas que ele zela e representa, as mesmas que eram um dos pontos de sustentação do reconhecimento das admoestações do antigo sacerdote.

Essa dominação legal, como se verá posteriormente, é um dos pontos de apoio para as admoestações ou recomendações ligadas diretamente à fé, mas também é um dos pontos que dão legitimidade para que as demandas políticas efetuadas por líderes religiosos possam ser consideradas relevantes, e assim influenciarem, politicamente, na conduta dos que pertencem a um determinado grupo ou segmento religioso.

Dominação Tradicional

Além da dominação legal, Weber (1994), discorre sobre a dominação tradicional, expressando-se sobre ela da seguinte maneira:

Nesse segundo tipo, os princípios jurídicos e administrativos têm sua validade fixada a partir da sabedoria tradicional de tempos anteriores. Têm a função de orientadores pela tradição que neles se faz presente. A 'sabedoria tradicional' está diretamente ligada ao seu reconhecimento ou validade. Nela estão a do chefe de família e também o soberano, os quais, antes de qualquer outro fator, fundamentam-se na tradição.

Um dos momentos exemplares dessa forma de dominação, é a obediência a certas admoestações de um pai de família ou mesmo de um líder religioso como o

Papa. Este, em determinados momentos fundamenta-se também na tradição em sua ligação com um passado remoto, e não apenas na legalidade das leis que o acompanham, ou mesmo no carisma e nas características, quase mágicas, que podem ou não ser presentes em um determinado pontífice.

Assim, é lícito confirmar que a obediência via dominação tradicional, em primeiro plano, acontece não pela lei estritamente racional, ou pela crença na força interior do líder, mas sim na possibilidade de que aquilo que se obedece, em parte, independe do senhor ou do líder no poder. O valor da tradição, em muitas situações mostra-se mais importante que o próprio líder, o qual tem como uma de suas funções zelar por sua preservação. Esse zelo pelas normas que via tradição regem uma determinada conduta é um dos fatores que lhe propicia o reconhecimento como líder.

Dominação Carismática

O terceiro tipo puro de dominação, é chamada por Weber (1994) de dominação carismática. Ela se estrutura na crença em dons pessoais. Esse reconhecimento tem como base a fé na ação do indivíduo. Uma espécie de ligação que assume características de entrega “plena” e guiada pela fé, pela esperança nos prodígios, que um determinado indivíduo é capaz de realizar. Em primeiro plano, não há por trás do líder carismático uma burocracia tradicional e nem leis que esse líder deva preservar. Conforme o próprio Weber:

Dominação ‘carismática’ em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente, a faculdades mágicas revelações ou geroísmo. Poder intelectual ou de oratória; o sempre novo, o extra-cotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam, constituem aqui a fonte da devoção pessoal. Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. A associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade e no séquito o tipo que manda é o líder. O tipo que obedece é o ‘apóstolo’. Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder devido às

suas qualidades excepcionais e não em virtude de uma posição estatuída ou de uma dignidade tradicional; portanto também somente enquanto essas qualidades lhe são atribuídas, ou seja enquanto seu carisma subsiste [...] (Weber, 1994, p. 351)

Em primeiro plano o chefe, o líder é obedecido não porque há uma instituição que o legitime, ou porque se mostre continuador de uma tradição. O que ocorre é um chamado de acordo com as qualidades pessoais do indivíduo, que assim será visto enquanto seu poder se mostrar válido. Podendo como exemplo, essa validade ser questionada pelas palavras de um novo líder carismático. A esse propósito, Weber coloca que esse tipo de dominação vem em grande parte daquilo que normalmente rompe com a continuidade de tradições. Isso porque uma de suas marcas é rejeitar aquilo que é visto como cotidiano.

Na religião, Jesus Cristo, Maomé e mesmo uma parte dos chamados pastores protestantes da era eletrônica, podem ser citados como exemplos desse tipo de líder. Enquanto na política há líderes como o de Hitler, Lenin, e na Argentina Juan Carlos Peron, os quais parecem ter encarnado o típico líder carismático. Esse líder que aqui é referido é seguido em primeiro plano não pelo partido ou pela coalizão de partidos que busca legitimar suas ações, mas, sobretudo, por características pessoais que apontam para como as coisas efetivamente “deveriam” ser, para as condições ideais que o “lado” normativo e valorativo dos seres humanos almeja.

Assim como no caso da religião, em que o líder carismático em muitos momentos está acima das instituições, também na política, grande parte dos que seguem esse tipo de líder, não o fazem pela crença na instituição partidária que o legitima. Caso a crença nas capacidades extraordinárias que acompanham esse líder não seja abalada, a mudança para um partido já existente, ou a criação de um outro partido não retiram do líder carismático sua legitimidade.

Nesse ítem, até o momento foram feitas referências a alguns conceitos de Weber. Sem exclusão das várias maneiras de imposição de uma determinada postura por meio da violência, dos conceitos de Weber que aqui se fez referências,

nas partes do trabalho que se seguirão a essa se dará destaque ao poder, às formas de dominação. Já que esses parecem se fazer presentes quando se busca o convencimento e a adesão do fiel com vistas a se atingir um determinado objetivo. Sendo ainda que no próximo subitem, aos conceitos discorridos a partir de Weber se acrescentará o pensamento de Habermas e Arendt.

2.3 – Habermas, Arendt: espaço público e política

Nas palavras de Arendt (2003), a política é a união dos seres humanos para, livremente atuarem em busca do bem comum, com isso possibilitando a convivência entre diferentes. Uma maneira de se sobrepor ao caos absoluto que poderia reinar a partir das diferenças. Ela é a possibilidade da ordem em oposição à insegurança de um mundo social em que a imprevisibilidade das diferenças precisa de algum tipo de controle.

Essa espécie de encontro de diferentes em um espaço público, permite que a partir da ação política se evite, entre outras possibilidades, ações que levem à tirania da maioria ou da minoria. Para Arendt não há essência política nos seres humanos, não há substância humana política original. Os seres humanos não nascem com conhecimento prévio do tipo de ação que devem executar a partir da política. Isso implica em aprendizado e busca de percepção de que cabe à ação política se estruturar a partir de dois fatores: 1 - uma ordem necessária ao exercício da liberdade e 2 - um espaço público em que isso possa ser efetuado (Arendt, 2003).

A definição de política de Arendt (2003) tem ligação com a *pólis* grega e com a existência nessas mesmas *polis* de espaços públicos em que essas discussões eram efetivadas por homens livres e em condição de relativa igualdade. A partir disso, para essa autora, a política se volta para o social e para a convivência entre iguais.

Presente quando seres humanos dialogam em situações em que um dos elementos em destaque é a busca por condição de igualdade. Nesses momentos a ascensão dos pontos de vista próximos de equidistantes pode acontecer com maior facilidade. Então, por meio dessa ordem necessária ao exercício da liberdade e pela presença de um espaço público em que discussões se efetivem, pode ser dado destaque para o diálogo que visa o entendimento, e não o simples convencimento ou imposição.

A partir disso ficam fora da condição de ações políticas, aquelas situações em que em primeiramente a imposição é o que se deseja. Esse voltar-se para a *pólis* grega é que permite essa separação, e relega a ação estratégica a situações que na maioria das vezes estão fora dos limites da ação política. Já que segundo Arendt, a ação estratégica, e com elas a tentativa de imposição de um determinado ponto de vista sobre os demais, era sobremaneira utilizada pelos gregos em suas relações com estrangeiros. Incluindo as situações de guerra e não nas situações de debate político nas praças ou em qualquer outro local, em que acima de outros fatores, um espaço público passava a existir (Arendt, 2003).

O que leva sua utilização para o confronto com os desiguais, e não para as relações com os homens livres que compartilhavam os mesmos espaços públicos. Se no primeiro tipo de ação citado por Arendt, a ação política é baseada no diálogo entre homens livres e próximos da igualdade, o segundo caso, em que há a tentativa de imposição de uma vontade, o que existe não é a ação política, mas a violência e a imposição. Então, para essa autora, política se liga a discussões entre iguais e à busca do bem comum. Se efetiva quando os homens em condição de igualdade discutem temas públicos e a partir dessas discussões em pé de igualdade, podem chegar a acordos perante os temas discutidos publicamente.

Enquanto aquelas ações em que veladamente ou não há a tentativa de imposição de um ponto de vista sem se levar em conta a força do melhor argumento, essas, não podem ser pensadas como ações políticas. Já que esse tipo de ação é ou muito se aproxima das práticas que se utilizam da violência. Por isso não

devendo se fazer presentes nos pontos através dos quais se busca sustentar as ações legitimamente levadas a cabo nos espaços públicos de discussões políticas.

A partir do pensamento desse dois autores, o conceito de política que nesse trabalho será utilizado se volta para as discussões voltadas para o bem viver dos seres humanos. O que foi assim definido por Santos (2002):

Para tanto, por 'política' entenderemos aqui aquela dimensão da vida social em que são travadas as discussões e as disputas em torno de **decisões capazes** de afetar o 'bem viver' de uma sociedade e dos indivíduos membros dessa sociedade (Santos, 2002, p. 89)

2.3.1 - Jurgen Habermas e as Formas de Ações Políticas

Assim como Weber e Arendt, para Habermas (1993), poder e política têm muitos pontos em comum. Um deles se mostra pela impossibilidade de todos os cidadãos se voltarem diretamente e a partir disso sem a necessidade de representantes para as questões políticas todas as vezes que isso se faz necessário. Assim, cabe às lideranças políticas cumprir a função de ser os representantes daqueles que os legitimaram para tal.

Nesse caso esses representantes têm o poder de manifestar-se em nome daqueles que lhe outorgaram esse direito. Porém, esse poder de manifestação em nome de um determinado grupo ou de vários segmentos dentro de uma sociedade não faz com que os que representam, se intuíem geradores de poder, pois o poder preexiste e não é produzido pelas lideranças políticas. Habermas alude a isso da seguinte maneira:

O poder é um bem disputado pelos grupos políticos e graças ao qual uma liderança política administra; mas, nos dois casos, este poder preexiste, e não é produzido por tais grupos e lideranças. Esta é a impotência dos poderosos – eles precisam derivar seu poder dos produtores de poder (Habermas, 1993, p. 115)

Também para Habermas, um dos lugares onde essa disputa pelo poder se dá é na esfera de discussões de temas públicos. Definida por ele como Esfera Pública. São elas um dos locais por excelência, em que as discussões políticas se efetivam na contemporaneidade. Para isto a compreensão das características da esfera pública atual se torna-se importante. Por isso a discussão relativa a esse espaço de discussão pública será iniciada por meio do resgate histórico de parte das características e formas assumidas pelas esferas públicas nas sociedades.

2.4 – As Ações Políticas e a Esfera Pública

Segundo Habermas (2003), na história da humanidade houve várias formas de se conduzir discussões públicas. Sendo que as estruturas que na contemporaneidade sustentam as principais maneiras de se tratar dessas questões surgiram com a ascensão do capitalismo e da democracia. Projetos que timidamente começaram a ganhar força a partir dos séculos XVI e XVII com a ascensão da burguesia.

Na concepção de Habermas, as esferas públicas não surgiram com a ascensão da burguesia. Elas já podiam ser encontradas em sociedades que existiram há milênios. Dentre elas a sociedade grega (com destaque para Atenas) do período clássico. Não obstante, com diferenças evidentes do modelo burguês ligado à economia e política.

Na Grécia clássica, ao menos nos momentos de competição esportiva, já havia a orientação para o entendimento por meio do diálogo. O que é uma das características da esfera pública atual. Malgrado, outra de suas características atuais era menos presente, qual seja a contestação do poder do Estado existente. No caso

da Grécia clássica a “Luta” era contra um inimigo externo e não contra a intromissão em larga escala do Estado nas mais variadas instâncias.

Então, nos séculos XVI e XVII surgiram os fundamentos de um tipo específico de Esfera Pública ou local de discussão de coisas públicas, que aos poucos abriu maior espaço para os chamados burgueses que começavam sua ascensão nas sociedades europeias que caminhava para o capitalismo.

Mesmo embrionariamente tendo existido em outras épocas, é no final do século XVII que suas principais características começam a se firmar com maior efetividade. Ainda segundo Habermas, em várias regiões da Europa, foi da esfera pública literária que surgiu o primeiro grupo de pessoas que estruturaria a esfera pública política. A partir de sua ascensão nas primeiras sociedades chamadas burguesas, Habermas assim define esse modelo de esfera pública:

[...] pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis de intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública. Na língua alemã, esta palavra, *Räsonnement*, mantém indeléveis as nuances políticas de ambos os lados: o apelo à razão e, ao mesmo tempo, o seu rebaixamento, cheio de menosprezo, a mero palavatório pseudo-racional [...].

(Habermas, 2003, p. 42)

Nela, gradativamente começou a se elevar o número de pessoas que participavam das discussões de temas considerados públicos. Fator que acabou por se tornar uma de suas marcas. Sobre isso, Habermas diz que:

Na Prússia, o código jurídico (das *allgemeine Landrecht*) foi publicado em 1794; na Áustria, ele (*allgemeine Bürgerliche Gesetzbuch*) é publicado em 1811; entre ambos; coloca-se a obra clássica do direito privado

burguês: o Código Civil de 1804. É característico de todos esses códigos que eles não só surgiram no interesse da sociedade burguesa, mas também em seu meio específico: passaram muitas vezes através do debate público das pessoas privadas reunidas em um público. Através de concursos e enquetes, a opinião pública também participa na elaboração do código [...].
(Habermas, 2003, p.95)

À medida que esse tipo de ação ganha espaço, os debates de temas públicos efetivados por meio dessas ações, não se limita a modificar parte das características dos modelos de ação e discussão de questões públicas de então. Seu intento é modificar as estruturas em que essas ações e discussões se dão. Intento que pode ser percebido pela reação que a estruturação desse modelo de esfera pública causou em parte dos governantes de então.

[...] os burgueses são pessoas privadas; como tais, não `governam`. Por isso, as suas reivindicações de poderio contra o poder público não se dirigem contra a concentração do poder que deveria (ser) `compartilhado`; muito mais eles atacam o próprio princípio de dominação vigente. O princípio de controle que o público burguês contrapõe a esta dominação, ou seja, a esfera pública quer modificar a dominação enquanto tal. A reivindicação de poder que se coloca na argumentação da esfera pública, exigência de poder, que deveria, caso pudesse impor-se, levar a algo mais do que uma mera mudança na base de legitimação de uma dominação[...].
(Habermas, 2003, p. 68)

Uma mudança na própria estrutura das formas de dominação é o que se pretende a partir da ascensão do modelo de esfera pública das sociedades burguesas e do maior espaço para discussões de questões de interesse geral que essa em seu início de ascensão reivindicava.

O impacto e a extensão dessa pretensão também podem ser compreendidos pela reação causada naqueles partidários das formas de discussão de temas públicos

até então em voga. A força dessa reação pode ser percebida por meio de ações tais como o édito de 1784 de Frederico II, que diz:

[...]uma pessoa privada não tem o direito de formular nem difundir pela imprensa juízos *públicos* ou até mesmo críticos e inclusive notícias que chegaram a seu conhecimento, sobre ações comportamentos, leis, decretos e ordenações dos soberanos e da corte, de seus funcionários burocráticos, colégios e tribunais de justiça. Uma pessoa privada nem sequer tem condições de julgá-los, pois lhe falta o conhecimento completo das circunstâncias e dos motivos.

(Frederico II, citado por Habermas, 2003, p, 40).

Frente a essas diferentes perspectivas, qualquer possibilidade de modificação de componentes dentro das estruturas de poder em voga perde muito de sua força. A partir de então, a esfera pública que se estrutura e se torna importante, busca romper com muito dos meios até então utilizados para a lida com questões públicas. E aos poucos se projeta ocupando parte do espaço do modelo até então em vigência.

Um dos objetivos desse novo espaço de discussões públicas é permitir que essas mesmas discussões pudessem acontecer entre indivíduos em condições de relativa igualdade. Sobre essa igualdade, Habermas tem consciência de que qualquer forma de igualdade extremada não tem como se firmar a partir das bases das sociedades contemporâneas.

Porém, mesmo sem se alcançar efetivamente essa igualdade extremada, uma das características da esfera pública que se estrutura a partir do início da ascensão da burguesia é ser um local, em que principalmente nas negociações econômicas e políticas as posições de indivíduos ou de grupos, através da linguagem acessível pudessem ser transmitidas e compreendidas pelos demais indivíduos ou grupos envolvidos.

Nos primeiros tempos da ascensão desse modelo de esfera pública, a atuação do Estado em questões econômicas quando comparado com a atual pode ser considerada tímida. Nas relações econômicas as funções que cabiam a ele eram

prover meios para que o processo de produção de bens materiais pudesse seguir com o mínimo de contratemplos, não sendo sua atribuição ou mesmo atribuição dos partidos interferirem constantemente nesse mesmo processo de produção e na relação entre os que o compunham.

Já que, segundo o próprio Habermas (2003), de acordo com a concepção dos membros da sociedade burguesa do período, dos quais a maioria era formada por defensores da livre concorrência, esse mesmo sistema de livre concorrência poderia regular a si mesmo somente, com o pressuposto de que nenhuma instância além da econômica tivesse grande poder de decisão nos processos econômicos. Então o processo de produção de bens poderia funcionar no sentido do bem estar de todos, e assim, valorizar a eficiência e capacidade individual.

Porém, essa situação de valorização dos dons individuais e da livre concorrência, em conformidade com Habermas (2003), não durou tanto quanto muitos pensavam. A partir do século XIX, fatores como as crises do capitalismo, e o maior acesso às decisões políticas por parte das populações de vários países, passaram a influenciar as ações dentro desse novo modelo de esfera pública.

Também nas questões econômicas, o papel do Estado passou a implicar em uma presença mais marcante, com intervenções para, se necessário, modificar legislações com ações militares, financeiras e também influencia ideológica.

Nas transações econômicas, um dos objetivos mais importantes passou a ser conquistar a partir da política e também da imposição dos pontos de vista o acesso ao poder. E com isso impor maneiras de pensar, independentes de estas implicarem em consenso ou aceitação voluntária pelos demais.

Posto isto, quem quisesse ter voz ativa, ou seja, por meio da ação política conquistar espaço, deveria primar não apenas a ação comunicativa com valorização do diálogo que considera em sentido positivo a posição do outro, mas também “jogar” a partir das regras do “novo jogo”, que assumidamente mais do que antes passou a valorizar a ação estratégica que era baseada na imposição de pontos de vista (justos ou não), baseados acima de tudo nos interesses pessoais (acertados ou

não) de um determinado interlocutor, sem muita consideração pelas posições contrárias.

Habermas chama a atenção para que desse modelo vigente de esfera pública, da política e do poder se esperam ações que favoreçam os interesses de um grupo. A luta por influência política baseada na ação estratégica procura agregar partidos, funcionários de alto escalão, ou de organizações com prestígio nacional ou internacional. E também se busca a adesão de líderes religiosos, artistas e demais “formadores de opinião”.

Com a disseminação desta nova postura, a relação entre esfera pública, ação estratégica e ação comunicativa passa a ter ligação direta com as pesquisas sobre religião. Pois essa postura marcará não apenas as questões normalmente consideradas econômicas, mas a maioria das discussões públicas, incluindo questões religiosas e políticas.

Já que também grupos religiosos, em muitos momentos agem com as mesmas características daqueles que, acima das ações comunicativas valorizam as ações estratégicas, quando querem aumentar o número de seus membros ou mesmo quando um determinado membro busca alcançar objetivos pessoais.

Ademais, esses grupos, em muitos momentos têm comportamento de empresas capitalistas, pois um de seus objetivos é de alguma forma, aumentar seu espaço entre as demais igrejas, utilizando para isso estratégias que muito se aproximam das estratégias de marketing utilizadas no mercado de produção de bens materiais. Marketing eficiente que demonstra o valor de seu produto e também procuram demonstrar por meio de discursos bem elaborados que suas pretensões são corretas.

Em um processo que partindo do conceito de racionalidade de Max Weber (1994 e 1996), é racionalmente pensado em todas as suas etapas. E a partir disso visa o máximo de ganho com o mínimo de dispêndio. Em outras palavras: um processo que permite o máximo de lucros com o mínimo de gastos. E que a partir

disso, permite que em muitos momentos a chamada racionalidade “finalista” de Weber, que se volta para a conquista de um fim visado, acabe por se destacar.

Nesse momento, ao se comparar igrejas evangélicas e empresas, se faz referências principalmente às igrejas pentecostais, que entre outros objetivos, assim como as empresas capitalistas, procuram com muitos componentes de racionalidade no sentido utilizado por Max Weber (1994), alcançar objetivos individuais de um determinado líder religioso ou político. Incluindo o propósito de alcançar o maior número de fiéis (espécie de consumidores) com o mínimo de esforço (gasto), tendo o intuito de elevar numericamente o seu grupo de fiéis (uma espécie de mercado).

O que não deixa de ser uma maneira de elevar sua participação no mercado religioso, da mesma maneira que empresas de produção de bens procuram aumentar sua participação no total de produtos consumidos em sua área de atuação. Interesses e ações na esfera pública que conforme citado estão diretamente relacionados com as ações estratégicas e ações comunicativas a que se refere Habermas.

2.5 - Ações Comunicativas e Ações Estratégicas

Apesar de já terem sido apresentadas certas características das ações estratégicas e comunicativas, devido à importância que essas terão nas partes posteriores do trabalho, ainda fazem-se necessárias considerações mais detalhadas sobre essas ações.

No caso das ações comunicativas, essas podem ser definidas como aquelas presentes nos diálogos, e a partir das quais os interlocutores buscam atingir seus objetivos. Porém, buscam esses objetivos levando em consideração no sentido positivo, a posição do que com ele interage. A ação comunicativa visa um objetivo atingido preferencialmente por meio do consenso, a partir da consideração do valor que se dá ao ponto de vista daquele com quem se dialoga. Habermas, assim a define:

Os falantes e ouvintes assumem um enfoque performativo, (...) no qual eles se defrontam reciprocamente como membros do mundo vital de sua comunidade lingüística compartilhada intersubjetivamente, isto é, como segundas pessoas. Enquanto tentam chegar a um entendimento mútuo sobre algo, os fins ilocucionários visados situam-se, na ótica deles, além do mundo, ao qual eles podem se referir no enfoque objetivador de um observador e no qual podem intervir através de uma atividade teleológica. Nesta medida, eles assumem uma posição transmundana em relação aos outros... eles visam fins ilocucionários que não assumem o *status* de um fim realizável no interior do mundo, que não podem ser realizados sem a cooperação e o assentimento livre de um destinatário e que só podem ser explicados pelo recurso à idéia de entendimento... (Habermas, 1990, p. 69).

Essa definição pode ser pensada não apenas em situações ideais de fala (e por isso não encontradas no cotidiano), mas também em situações reais de comunicação. Como uma situação em que seres humanos dialogam frente a frente procurando reduzir as barreiras que impedem a livre comunicação e compreensão.

Nesses casos, a força consensual do entendimento, as ligações efetuadas a partir da linguagem participariam diretamente e em posição de destaque da coordenação de ações que buscam o convencimento a partir de argumentos que busquem aproximar-se de posições justas e se distanciar da imposição de pontos de vista sem consideração pelo outro.

O que seria um fator a contribuir para que objetivos fossem alcançados por meio de acordos efetivados a partir da compreensão do argumento do outro e daquilo que esse argumento a partir da perspectiva em que se encontra o outro pode acrescentar à posição já assumida. Ainda segundo Habermas:

Os participantes da interação unem-se através da validade pretendida de suas ações de fala ou tomam em consideração os dissensos constatados. Através das ações de fala são levantadas pretensões de validade criticáveis, as quais apontam para um reconhecimento intersubjetivo... a coordenação bem sucedida da ação está apoiada na racionalidade motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se

manifeste nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente.

(Habermas, 1990, p. 72)

Essa característica de busca do consenso, do permitir-se influenciar pela posição do outro, marca da ação comunicativa, é um de seus pontos que segundo Habermas (1990) a faz capaz de gerar comunicações com menor grau de intolerância e imposição. Essa é uma das formas de ações voltadas para a comunicação existente na contemporaneidade, dividindo espaço com a ação estratégica.

A Ação Estratégica

Se as características anteriormente trazidas são as marcas da ação comunicativa, a ação estratégica, um outro tipo presente nessas comunicações, diferentemente da primeira, pouco ou nada considera sobre o ponto de vista daquele com quem se interage o interlocutor. Seu propósito é a imposição de pontos de vista, buscando o convencimento do outro não pelo melhor argumento, mas pela força ou pelo desejo de ver triunfar uma determinada posição em detrimento de outra. Incluindo nesse triunfo a freqüente possibilidade de se assumir compromissos de efetuar uma ação que de antemão já se sabe que não será efetuada. Esse assumir um compromisso que não se pretende cumprir implica no distanciamento do consenso e das situações de consideração em sentido positivo do ponto de vista do outro.

Então, nessa ação, se necessário, são omitidas as conseqüências que ação pode gerar, incluindo nessa omissão, os verdadeiros propósitos daquele que age a partir dos pressupostos da ação estratégica. Habermas assim define essa forma de ação:

[...] Isso só será possível, se o falante afirmar que irá seguir sem reservas o objetivo ilocucionário de seu ato de fala, portanto, se deixar o ouvinte na ignorância sobre o real e unilateral rompimento dos pressupostos do agir orientado ao entendimento. O uso estratégico latente da linguagem vive parasitariamente do uso normal da linguagem, porque ele somente pode funcionar quando pelo menos uma das partes toma como ponto de partida que a linguagem está sendo utilizada no sentido do entendimento. (Habermas, 1990, p. 73)

O objetivo é o convencimento, mesmo que esse somente seja alcançado a partir da imposição de uma determinada postura, utilizando-se para isso uma série de meios, incluindo a não declaração de parte das posições que se pretende assumir em um momento posterior. Essas características estruturais acabam por diferenciar esses dois modelos de ação ¹⁸.

Isso na opinião de Habermas pode ser compreendido quando se leva em conta que o agir comunicativo se distancia do estratégico porque uma coordenação bem sucedida da ação não depende da racionalidade teleológica das orientações da ação, mas da racionalidade que busca o entendimento por meio consenso e não da imposição.

Habermas utiliza em seus exemplos vários modelos puros de ação, a partir de condições ideais não encontradas na realidade. Já que dificilmente se conseguirá uma situação que preencha integralmente todas as exigências da ação em uma situação ideal. Incluindo o abandono das exigências contidas nas ações estratégicas. Já que em situações reais de fala, mesmo não intencionalmente ou sem consciência de que isso esteja acontecendo, existe a possibilidade de se levar em conta o outro com o qual se dialoga, mesmo naqueles momentos em que se parte da ação estratégica.

¹⁸ Entre as ações que visam o êxito, destacam-se as ações estratégicas e também as ações instrumentais. A primeira, diferentemente, da segunda se preocupa em maior monta com os meios a se utilizar, de acordo com o grau de oposição e aceitação do oponente (Habermas, 2000; Coelho, 2000).

Fatores que não inviabilizam o reconhecimento das características e das diferenças desses tipos de ações. Pois mesmo que, em muitas ações estratégicas haja momentos em que se esteja disposto a cumprir um determinado acordo, e mesmo que, na ação comunicativa haja momentos nos quais se pode impor uma determinada postura, é necessário considerar que esses fatores costumam surgir, nessas ações, como elementos não essenciais.

Então o que faz a ação estratégica não considerar o outro em sentido positivo, ou o que faz a ação comunicativa buscar o consenso não é o fato de apenas fatores ligados à desconsideração do outro, ou em outros casos, fatores ligados ao desejo sincero e à capacidade de se levar o outro em consideração. Mas sim o fato de apenas uma dessas intenções, acima dos demais fatores, assumir a condição de guia da ação.

Dito de outra forma, o que estrutura a ação comunicativa parte não só, mas em primeiro plano, do diálogo que visa a conquista de um objetivo, sem que para isso deliberadamente se intente o não cumprimento de um determinado acordo, enquanto o que estrutura a ação estratégica parte não só, mas em primeiro plano da desconsideração ao menos parcial e consciente dos compromissos firmados com quem se dialoga.

No caso da ação estratégica, suas intenções nem sempre são veladamente declaradas. Um dos trunfos das ações estratégicas é justamente não se comportar como tal. Pois em muitos casos, se o ouvinte soubesse dos verdadeiros fins perseguidos, não apoiaria uma determinada postura, assim se expressa Habermas (1990).

Sendo ainda que além das ações estratégicas e comunicativas, Habermas discorre sobre as ações que assumidamente e publicamente tendem a desconsiderar a posição do outro. Há aquele tipo de ação em que as intenções do que age são claras. Habermas (1990), cita como exemplo disso um barco que ao desejar que outro barco pare, deixa clara a possibilidade de um tiro na proa, caso esse desejo não seja atendido.

Nesse caso, mesmo contra a sua vontade o barco acabará parando, não por ter sido levado a pensar erroneamente que essa ação seria interessante, por exemplo, para troca de mantimentos ou para se estar a par de acontecimentos recentes. A parada do barco tem como principal motivo o temor velado do afundamento.

Agora voltando ao caso das ações estratégicas mais diretamente tematizadas por esse autor e à sua característica de se passar por ação comunicativa. Esse é um dos fatores que permite o seu sucesso e a obtenção do apoio de outros mesmo quando essa ação em seu final, já inicia sua efetivação com componentes que serão danosos e não benéficos como ao menos por um tempo procuram parecer. Um dos objetivos dessa ação é camuflar aquilo que a guia. Conforme Habermas:

Esses efeitos perlocucionários não públicos só podem ser obtidos de modo parasitário, a saber, sob a condição de que o falante simule a intenção de perseguir *sem reservas* seus fins ilocucionários, quando na realidade está ferindo os pressupostos do agir orientado ao entendimento e ocultando esse fato do ouvinte. O uso latentemente estratégico da linguagem é parasitário, porque ele só funciona quando, pelo menos uma das partes, parte do pressuposto que a linguagem está sendo utilizada com o fim do entendimento. Quem age estrategicamente, precisa ferir *de modo imperceptível* as condições de sinceridade do agir comunicativo. (Habermas, 1990, p. 132)

Ainda para Habermas, além das ações instrumentais, as ações estratégicas e comunicativas são duas das marcas da contemporaneidade. É a partir desses modelos de ação que as relações entre os seres humanos se dão quando esses agem nas questões privadas e também nas consideradas públicas. A comunicação efetivada a partir de condições mais próximas da igualdade e a partir disso da ação comunicativa é, segundo Habermas, aquilo que as sociedades deveriam utilizar com maior constância.

Porém, mesmo a prática em excesso de ações estratégicas é desejável àquelas situações em que se vive a suspensão das comunicações. Pois mesmo quando se age estrategicamente vive-se uma situação em que, alguma forma de comunicação se faz presente.

Em relação a essa falta de comunicação, Habermas citado por Freitag (2005), utiliza como exemplo de falta de comunicação produtiva, uma situação em que se encerrou qualquer forma de interação por meio da oratória, entrando em cena a falta de comunicação efetiva e apoiada por meio de forças, tais como as forças militares.

Exemplo dessas ações, é o atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos e as posteriores batalhas e invasões de outros países de alguma forma a ele ligados, são exemplos da força dessa grande distorção, ou do fim da comunicação que vá além daquela possível a partir da declaração de guerra e do entrar em cena das forças militares.

Essa maneira com que Habermas pensa a esfera pública, o poder, a política e as ações estratégicas e comunicativas tem pontos de distanciamento, mas também pontos de aproximação com o pensamento de Weber e Arendt. Algumas dessas possibilidades de relação em sentido positivo e negativo é o que se verá a seguir. Com um pouco mais de destaque para Habermas e Weber, já que Arendt, em muitos momentos, é utilizada como meio de se firmar via contraposição ou similaridades o pensamento desses dois outros autores.

2.6 - Habermas, Weber e Arendt: similaridades e diferenças

Essa aproximação será iniciada por meio da ação comunicativa de Habermas e seus pontos de identificação e distanciamento das formas de dominação e os modelos de ação de Weber. Já que uma das marcas das ações comunicativas é atingir um fim ou objetivo.

Enquanto a aproximação com Arendt se dá a partir dessa autora pensar serem os espaços públicos em que se discutem entre outros temas questões políticas, locais em que se garante e se pratica a discussão em de forma igualitária entre os participantes.

Porém, sem perder de vista que o pensamento desses autores em relação a esses temas também tem pontos estruturais de distanciamento. Pois, se por um lado Habermas compartilha com Arendt a crença na existência de locais que possibilitam ou facilitam as discussões de temas públicos, no caso os espaços públicos ou esferas públicas, por outro, acaba se distanciando dela a partir do imputar às questões políticas não apenas a função de se fazer presente nos momentos em que seres humanos livres e próximos da condição de iguais tratam de temas ligados à sua convivência, assim agindo por meio de discussões livres de fundamentos, em primeiro plano, coercitivos.

Para Habermas, se uma das marcas das discussões políticas é a ação comunicativa e a partir dela a relação entre seres humanos que dialogam em níveis bastante próximos conforme pensa Arendt, a outra marca são as ações instrumental e estratégica e a tentativa de imposição de pontos de vista.

Para esse autor, que tem pontos de distanciamento com Arendt (2003), esses dois últimos modelos de ação, mesmo sendo baseada em primeiro plano na imposição, também pertence às ações políticas, sendo uma de suas marcas e não um de seus acidentes ou situação extraordinária. A imposição não está em primeiro plano voltada para as discussões além dos limites da política, mas deve ser vista como uma das marcas das ações políticas. Segundo palavras do próprio Habermas:

A situação apresenta-se de forma distinta se confrontarmos com a ação comunicativa a ação estratégica entre protagonistas que competem entre si, participando de uma forma de interação social orientada não para o entendimento mútuo, mas para o êxito; e se a contrastarmos com a ação instrumental, realizável, como uma ação não-social, por um sujeito isolado. Torna-se claro, assim, que a ação estratégica também se realiza dentro dos muros da cidade; ela se manifesta nas lutas pelo poder, na concorrência por posições vinculadas ao exercício do poder legítimo. (Habermas, 1993, p. 111)

Esse realizar-se efetivamente e constantemente dentro dos muros da cidade, no caso dos temas políticos coloca a ação instrumental e ação estratégica no mesmo patamar da ação comunicativa. Para Habermas nas ações que visam a comunicação, se essas se dão em situações próximas àquilo que Arendt, se voltando para a Grécia do período clássico definiu como intra ou extra muros, não chega a ser um fator que produz distinções estruturais entre esse dois tipos de ação.

Pois se uma das marcas da comunicação nos espaços públicos é a ação comunicativa, a outra são as ações estratégica e instrumental. Presentes nas discussões que se voltam para a política, não havendo por exemplo a possibilidade de por exemplo se abandonar totalmente a utilização de ações com componentes de ações estratégicas. Porém, a valorização dessas últimas muito acima das ações comunicativas pode permitir que o domínio de um grupo ou de grupos assuma características nem sempre positivas para aqueles que estão sob sua liderança.

A partir disso, para Habermas, nas questões políticas, quando pensadas a partir da organização dos espaços de discussão política atual, cabe ao grupo ou indivíduo que exerce a função de liderança ou representação o dever de garantir um campo de discussão de assuntos públicos em que não haja excessivo desequilíbrio entre esses modelos de ação. Na forma de organização dos espaços de discussão de temas públicos atuais, o intuito, é se chegar a uma situação que mesmo sem ser na condição ideal da citação a seguir, se aproxime de situações que permitam:

a) a inclusão de todas as pessoas envolvidas; b) chances reais de participação no processo político, repartidas equitativamente; c) igual direito a voto nas decisões; d) o mesmo direito para a escolha dos temas e para o controle da agenda; e) uma situação na qual todos os participante, tendo à mão informações suficientes e bons argumentos, possam formar uma compreensão articulada acerca das matérias a serem regulamentadas e dos interesses controversos.

(Habermas, 1997, p. 42-43)

Mesmo sem ser um dos pontos centrais desse trabalho, também para Habermas, nesse processo, não apenas, mas principalmente nas democracias,

também cabe ao direito papel de destaque para a estruturação de locais em que questões políticas possam ser discutidas.

Outro ponto de em que há o diálogo “direto” entre esses autores é a partir do sentido das ações de indivíduos. Weber e também Habermas (no caso desse último ao menos em parte por influência direta do primeiro), valorizam esse sentido. Porém, em muitos momentos as análises de Habermas vão a pontos não abordados na mesma profundidade por Weber.

Um desses momentos é quando Habermas analisa os discursos e as linguagens neles presentes. Com maior constância que Weber esse autor se volta para a valorização da análise dessa comunicação a partir dos diálogos e do papel das linguagens neles presentes. Essa análise da linguagem é um temas em certos aspectos menos constante em Weber.

Distinções que não os colocam em pontos de oposição que seja forte o bastante para impedir a percepção de similaridades, mas que mostra as características relativamente particulares ou individuais de suas análises.

Mediante isso, e da maior atenção dada por Habermas às linguagens presentes nas interações, nas discussões essencialmente voltadas para teorias da linguagem há a predileção por Habermas e apenas em segundo plano a utilização de Weber.

O que pode ser efetuado, já que essas marcas da política e das questões voltadas para o poder levantadas por Arendt e no caso desse trabalho levantadas principalmente por Habermas e Weber continuam atuais e permitem que se faça, são análises sobre o tema, utilizando diretamente o pensamento desses autores. Já que duas das marcas da análise dessas ações políticas aqui efetuadas são:

1 - a sua característica de em muitos momentos voltar-e para a dominação e tentativa de imposição de um ponto de vista a partir de discussões na esfera pública, o que é comum às ações estratégica e instrumental de Habermas,

mas que também tem pontos de encontro com os conceitos de dominação de Weber.

2 – e também as tentativas de diálogo relativamente livres, e que buscam o consenso. O que é uma das marcas das discussões políticas em espaços públicos de Arendt e, em muitos casos também uma das marcas das ações sociais de Weber, e da ação comunicativa de Habermas.

Os conceitos discutidos acima, mesmo sendo essenciais, ainda estão aquém do necessário para a análise de ações e discursos políticos. Já que as ações políticas quer sejam baseadas nas ações estratégicas, ações comunicativas, ou formas de dominação, são sempre intermediadas por linguagens e discursos. Devido a isso, a seguir, o objetivo é definir o que são linguagens e discursos, e como essas categorias podem contribuir para a compreensão das ações políticas.

Adiante será traçada uma análise das características específicas que os sentidos dos discursos assumem nas interações via ações comunicativas e estratégicas. Sendo que isso implica em uma teoria de análise de discursos e linguagens, propósito que será iniciado no subitem a seguir, partindo de um breve histórico das principais formas de se definir o papel de língua, linguagem e discursos nas interações.

2.7 - Linguagem e História

A análise da linguagem e do discurso, feita nos próximos subitens, constitui-se de três partes principais. A primeira delas consta de breve histórico desses temas, que primeiramente visa destacar as principais características que marcam linguagens e discursos. A segunda discorre sobre as contribuições dos principais autores contemporâneos para que essas características se firmassem. Posteriormente

há uma abordagem sobre as principais contribuições de Habermas, e com menor monta também de Weber, a respeito das definições de ações ou interações por meio de signos lingüísticos. Enfocando, especialmente, os momentos em que esses signos lingüísticos se efetivam como linguagens e discursos carregados de sentido¹⁹.

Não há pensamento, não há idéias, por mais particulares que pareçam, que já não estejam sempre articulados numa linguagem. A discussão, em verdade, desenvolver-se-á na tensão entre a linguagem enquanto sistema, ciência, e o sujeito singular livre e criativo. É o que num texto, corresponde à tensão entre sua estrutura formal e seu projeto de sentido singular; na linguagem, à relação entre um sistema de regras universalizado e a sua instituição e aplicação sempre singularizadas (Ruedel, 2000, p. 13).

Conforme o pensamento de Ruedel, a linguagem é um interessante instrumento para se compreender a maneira de agir de seres humanos. Sua força pode ser percebida de várias maneiras nas sociedades, em qualquer uma de suas instâncias. O que a coloca além das ciências. Uma espécie de acompanhante constante dos seres humanos. Presente desde aquilo que perpassa as artes, manifestações religiosas e demais formas de demonstração de pontos de vista ou busca de sentido para objetos e ações humanas.

No século XX a linguagem, começa a ser vista de outra forma, e assim, assume novos papéis nas análises científicas. Não que sua valorização tenha se dado apenas na atualidade, pois mesmo a partir de diferentes perspectivas, essa já era considerada também em outras épocas, quando já se fazia perguntas sobre sua função e sobre aquilo que a compõe.

Desde Platão, refletia-se sobre a linguagem, levantando-se, por exemplo, questões sobre os meios pelos quais uma expressão lingüística adquire sua significação. Platão (1970), na obra “Crátilo” tratando da linguagem, toma partido por uma posição naturalista. Não um naturalismo extremo, mas uma forma branda e

¹⁹ Com esse sentido sendo definido a partir do pensamento de Weber, (1994), conforme esse tema foi abordado no capítulo o II desse trabalho.

que não chega a defender que o significado de uma palavra pode ser descoberto pelo som, caso em que se compreenderia por ele línguas desconhecidas, mas que acredita na afinidade natural entre o som, a palavra a ele ligada e o significado dela.

Também crê na capacidade e na importância que caberia ao pensamento e às mentes ou intelecto dos indivíduos nos atos do conhecimento de um objeto. O conhecimento de um fato se dá em *insights* que essas mesmas mentes são capazes de ter. À linguagem caberia o papel de uma das intermediadoras daqueles momentos em que, se indica os caminhos pelos quais se fez as descobertas sobre esses objetos.

Então esse compartilhar caminhos de descobertas pode ser efetuado via linguagem, já que os seres humanos são capazes de, em relativa igualdade, compreender o significado de palavras e dos sons que as acompanham, e a partir disso conhecer as características dos objetos que elas representam.

Conforme Ducrot (1968), assim como nos demais naturalismos, também Platão crê que as primeiras funções das palavras são demonstrar a ordem dos objetos e também apresentar suas características básicas. Este pensamento liga-se à idéia de que os objetos e as reflexões sobre eles têm características objetivas, e ao lidarmos com eles fazemos necessariamente referências àquilo que a eles pertencem e que estruturam a forma pela qual os conhecemos.

Em reflexões similares a essa de Platão, o papel da linguagem não é de destaque. Pois para se conhecer o real não haveria necessidade premente de utilização de linguagens. Pensar, contemplar idéias é um exercício do intelecto ou da alma que em si possui aquilo que seria essencialmente necessário para esse fim, sem para isso necessitar em primeiro plano de qualquer forma de linguagem. Não caberia a ela, o papel essencial no conhecimento, mas apenas na indicação dos caminhos utilizados para tal. Já que esse se dá no pensar, que essencialmente acontece via *insights* da mente normalmente anteriores à necessidade de utilização de linguagens.

Essa força do pensamento grego que, distingue primeiramente o pensamento e posteriormente a expressão desse pensamento por meio da linguagem, terá bastante força nas análises posteriores sobre o tema. Ainda se mostrará presente mais de dois milênios pós Platão. Sendo também a partir dessa forma de pensar que autores os quais posteriormente influenciarão os estudos do papel da linguagem, desenvolverão a maioria dos elementos que estruturará seus pensamentos científicos.²⁰

E quando essa maneira de pensar chegou a ser questionada por outros pensadores, tanto no final da Idade Média quanto na chamada Idade Moderna, o rompimento com a tradição não chegou a ser radical. Buscava-se principalmente o que era comum às línguas, uma interseção do latim ao francês, inglês ou alemão, a partir de elementos por elas compartilhados e das influências mútuas que isso gerava. No mesmo raciocínio científico, quando a linguagem se mostrava mais que uma auxiliar pouco importante na busca do conhecimento, esse interesse se voltava mais para a relação entre as línguas do que para as suas características internas ou para as contribuições dos sujeitos que dela se utilizavam.

Ducrot, (1968) explica que, procuravam-se semelhanças materiais entre palavras ou entre seus morfemas tomados isoladamente. Buscando isso por meio da similaridade entre os sons de duas ou mais línguas. Possibilitando comparar português e espanhol; italiano e latim; alemão e sânscrito ou mesmo comparar dialetos com línguas “universais” como o inglês.

Situação que só sofrerá modificações estruturais a partir do século XX por meio de lingüistas como Saussure (1970), e também a partir do chamado segundo Wittgenstein (1996)²¹, os quais dão maior atenção para a organização interna das

²⁰ Um desses autores é Kant com a trilogia da crítica kantiana que são o princípio da valorização da linguagem na modernidade. Porém, apesar de ser um dos momentos em que isso se dá, Kant (2000) mostra claramente ter sido influenciado por posições similares às dos naturalistas, e mescla posições naturalistas com a gênese de posições posteriores que destacarão o papel do sujeito nessa relação. E a partir disso também mostra a força e a longevidade das formas de conceber a linguagem de autores naturalistas como Platão.

²¹ Normalmente assim chamado a partir da mudança que seu pensamento passa entre o chamado primeiro Wittgenstein da época da obra tratado lógico e filosófico (1996a), que está voltado para a linguagem na perspectiva tradicional, e por isso, no conhecimento científico parte da tese de que há correspondência entre

línguas, uma vez que para eles esse seria o caminho para a compreensão do papel das linguagens nas comunicações entre seres humanos. Conforme esses estudiosos, o critério para se determinar o sentido de uma expressão é em primeiro plano o seu próprio uso nos jogos de linguagem.

A partir de então a linguagem deixa de ser apenas ou acima de tudo descritiva, constativa ou declarativa. Em outras palavras deixa apenas de narrar um acontecimento ou declarar aquilo que já se sabe antes mesmo de se utilizar formas de linguagem, e passa a ser pensada como um componente que não apenas fala sobre o já sabido, ou indica os locais em que esse conhecimento foi encontrado, mas participa ativamente dos momentos em que o saber se efetiva.

Com isso, mais do que antes suas funções são alargadas e a linguagem acaba por se tornar ainda mais importante para o conhecimento e para as ciências em geral do que antes. Ao conseguir maior projeção, passa a ser considerada uma das que pode auxiliar em vários momentos de estruturação do pensamento científico. Incluindo as dúvidas sobre o papel que cabe ao sujeito e ao objeto no conhecimento e a partir disso se voltando para as dúvidas sobre os seus limites da linguagem, Oliveira (2001, p. 344), discorrendo sobre esse processo afirma: “Assim, vão triunfar as histórias sobre a filosofia da história, as culturas e as formas de vida sobre a gramática da língua enquanto tal. Interpretação e narração vão agora substituir a argumentação.”

Não a linguagem acima dos demais fatores pensada a partir de seus componentes atemporais e pouco influenciados pelos que fazem proferimentos por seu intermédio, mas a linguagem que também é influenciada e que assume sentido a partir dos valores sociais dos indivíduos que dela se utilizam. Essa passa a ser uma de suas funções na busca de compreensão das ações dos seres humanos e a partir

linguagem e realidade. Essa postura sofrerá modificação em obras como *Investigações Filosóficas* (1996), marcos de um projeto em que a linguagem se firma e adquire sentido também a partir de seu funcionamento, de suas funções práticas e de seu uso nos momentos em que dela os seres humanos utilizam-se. Não sendo o mais importante perguntas tais como aquelas que se voltam para os “significados fixos” de palavras ou de suas ligações com um objeto. Pois a linguagem também pode ser pensada a partir de suas funções ou sentido que as palavras assumem em uma frase ou discurso e não apenas a partir da correspondência com a realidade ou com um componente considerado exterior a ela.

disso da busca da compreensão das maneiras de se conceber simbolicamente via linguagem o mundo em que se vive.

Não há como pensar o mundo ou interagir com outros seres humanos sem de alguma forma se utilizar símbolos. Que são não apenas, mas em maioria, lingüísticos. Conforme Weber (1994) se seres humanos se comunicam por meios de símbolos organizam sua cultura e visões de mundo por eles, então é também por meio desses símbolos e dos significados a eles atribuídos é que devemos nos acercar a esses mesmos seres humanos.

Nesse processo, nas ciências, a linguagem que é uma das formas que lida com símbolos, em sua *ascensão* trilha diferentes caminhos e assume diferentes posições. Às vezes sem a pretensão de excluir outros posicionamentos e às vezes atuando explicitamente para esse fim.

Também nesse processo, ganha força a preocupação de compreender e ao mesmo tempo distinguir língua, linguagem e discurso. Elementos que mesmo com pontos de encontro têm características divergentes. Sendo que sua distinção mais acurada passou a ser uma das marcas dos estudos sobre esses temas:

- 1 – a língua em primeiro plano a estrutura que permite que signos, símbolos, fonemas, morfemas e a partir deles as palavras possam ser formados e compartilhados pelos membros de uma determinada sociedade. Sendo esse compartilhar a partir dos sentidos gerais o significado que uma ação ou palavra assume em sua utilização cotidiana. Sentidos nem sempre passíveis de fácil modificação (Araújo, 2004).
- 2 - A linguagem, por excelência se efetivaria naqueles momentos em que entre o grande grupo de símbolos com sentido compartilhado coletivamente um indivíduo escolhe aqueles que darão um determinado “tom” àquilo que ele quer dizer. A escolha desses símbolos lhe permitirá

entre outras possibilidades comunicar ou declarar sua frustração, alegria ou indiferença em relação a um determinado acontecimento.

3 – O discurso se efetiva principalmente na capacidade que esses indivíduos têm de não apenas comunicar ou declarar sua posição perante um acontecimento como se procede na linguagem, mas enquanto seres humanos, além disso, dão uma espécie de toque pessoal a essas comunicações. Já que há várias palavras com sentido compartilhado dentro da língua, e o ser humano que delas se utiliza não apenas escolherá entre essas várias palavras com sentido compartilhado uma que permitirá que os outros saibam sua posição. Mas assim procederá com maior riqueza de detalhes. Buscando entre aquelas palavras com sentido relativamente comum uma que lhe pareça transmitir com maior exatidão aquilo que sente. Em muitas situações acrescentando a isso em caso interações em que existam contatos visuais, entre meios de destaque de um termo ou frase, gestos corporais, que incluirão sorrisos, movimentos com as mãos, expressão de desânimo, aprovação ou reprovação. O discurso, mais que a língua e da linguagem, permite que o indivíduo que profere uma sentença tenha papel ativo no momento em que o sentido dos termos é formulado (Araújo, 2004).

Essas são, resumidamente, as principais modificações na maneira de pensar a linguagem, modificações que com maior ou menor força, marcam as definições de língua linguagem e discursos atuais. E, foi nesse processo de modificação que se geraram os embriões das atuais maneiras de se definir a língua, linguagem e discurso.

Assim, no próximo subitem, após esse “panorama geral”, a intenção é destacar com um pouco mais de detalhes, os componentes desse processo de

transformação que influenciaram as definições de linguagem e discursos da contemporaneidade.

Em seu processo de transformação, a partir do século XX, a língua e ao seu lado a linguagem e o discurso têm seus campos de atuação ampliados. Nesse processo várias possibilidades de se pensar esses elementos surgiram. Aqui se discorrerá sobre três dessas correntes de pensamento. Correntes diretamente relacionadas com a atualidade. A primeira se voltará para a primeira metade do século XX, a segunda para as décadas entre 1950 e 1980 e a terceira para as últimas décadas do século XX e início do século XXI.

2.7.1 - Linguagem Tradição e Modernidade: as várias correntes de pensamento

A primeira dessas correntes de pensamento se estruturou a partir de autores como Saussure (1970), quem colocou a língua como fator preponderante e a partir do qual as preocupações dos cientistas em primeiro plano deveriam estar voltadas. Nela, a língua se distancia do sujeito que dela se utiliza e em muitos momentos é colocada acima dele.

Para Saussure (1970) língua não é o mesmo que fala. As sociedades possuiriam um meio de comunicação com articulações, que seria a fala. Essa seria multiforme e poderia ser influenciada pelos indivíduos. E justamente essa característica de ser influenciada pelos indivíduos que dela fazem uso, coloca a fala na condição de um elemento que não mereceria ser estudado com profundidade por uma ciência da língua. Essa ciência, antes do que é perecível, deveria se voltar para o que é perene e que tem tendências a ser universal. Essa necessidade de se alcançar o que é universal, tem ligação com a busca das ciências humanas ou sociais por leis

universais similares às que então se pensava existir nas chamadas ciências exatas (Domingues, 2004).

Na busca dessa universalidade, autores como Saussure, se interessam pelo que é comum a todas as línguas. A compreensão dos fatores universais que seriam sustentáculos dessas mesmas línguas é que seriam passíveis de análises científicas. A língua seria esta possibilidade. Por ser, para esse autor, um componente ligado à sociedade sem possibilidades de ser criada por um indivíduo.

Uma outra das características do pensamento de Saussure é que os sujeitos que se utilizam da língua não são capazes de modificar as estruturas de uma determinada língua. A partir disso, por ser “fixa” uma determinada língua tende a ser homogênea e pode ter sua estrutura compreendida cientificamente com mais facilidade e eficiência (Saussure, 1970).

2.7.2 - A língua Parcialmente Ligada ao Contexto de sua Utilização

A segunda corrente de pensamento tem como um de seus principais autores Benveniste (1989). Para ele, o sentido de um proferimento lingüístico tem relação com o contexto situacional em que é efetuado. Desta maneira, com um pouco mais de constância a linguagem se aproxima dos sujeitos que a utilizam e das situações em que é utilizada.

Benveniste divide o estudo da língua²² em “dois” campos. O semiótico e o semântico. O primeiro deles deve se voltar para os signos lingüísticos, enquanto elementos formais e existentes além dos sujeitos que deles se utilizam. Nesse aspecto seu pensamento tem vários pontos convergentes com os de Saussure.

O segundo desses fatores, o semântico deveria se voltar para a relação entre o emprego da língua e contexto social. Aqui há um distanciamento da corrente de pensamento anterior ligada a Saussure (1970), já que Benveniste se volta para a

²² Ou Lingüística, que é o termo preferido pelo próprio Benveniste (1989).

língua não apenas a partir do seu campo semiótico, que pouco ou nada dependente dos contextos de utilização, mas também a partir da cultura e dos sujeitos.

O que não implica que esses dois fatores sejam vistos como se estivessem em pé de igualdade. Mesmo com a maior atenção para o campo semântico ou valores culturais, na maioria das situações autores como Benveniste (1989) são partidários da superioridade do campo semiótico ou das estruturas formais com tendências à longa duração presentes nas linguagens, em detrimento do campo semântico.

2.7.3 – Língua, Linguagem, Discursos e Sujeitos em Interação

A terceira dessas correntes se volta para a língua a partir de suas estruturas. Assim como fizeram as duas outras vertentes até então citadas. Porém acrescenta novos elementos à sua prática, e nesse processo analisa a língua a partir de sua efetivação em linguagem e discurso.

Nisso se distanciando das duas correntes de pensamento até aqui abordadas. Distancia-se da primeira por colocar o contexto como um dos elementos a constantemente ser considerado nos estudos da linguagem. E se distancia da segunda, porque nessa terceira corrente, com maior força que na segunda, o contexto e o indivíduo diretamente influenciam as formas assumidas pela língua e pela linguagem.

Para essa terceira corrente a subordinação do sujeito perante as características formais das linguagens não é a marca mais importante e nem uma característica constante dessa relação. Se por um lado, o sujeito sofre determinações das estruturas de língua às quais costuma estar em relação, por outro essas estruturas da também são influenciadas pelos indivíduos que as utilizam. O que

pode ser percebido quando um sujeito diz: “o Rei se foi” esta frase também tem seu sentido ligado a quem a pronuncia e à situação que se vive no ato do proferimento. Se há um rei em estado terminal pode ser um aviso de sua morte, se há um rei pronto para sair em viagem pode ser que esse já tenha partido.

Esse poder do sujeito, conforme Lasswell (1982) se evidencia nos momentos em que esse se utiliza de símbolos e sinais no momento de transmissão de uma mensagem. Os primeiros são palavras que carregam determinados significados, enquanto os sinais são dispositivos físicos empregados para a disseminação desses significados que se quer destacar.

Essas discussões são uma das influências que Habermas terá quando estrutura seu pensamento sobre o papel da linguagem nos momentos em que as interações se dão.

2.8 - Habermas: linguagem e discurso

Em relação à sua forma de conceber a linguagem Habermas recebeu influência de várias correntes de pensamentos. Entre os autores que o influenciaram estão Dilthey, Heidegger, Kant, além de autores ligados ao nominalismo. Sendo o nominalismo um termo utilizado para vários autores das chamadas Idades Antiga, Média e Moderna que tinham em comum a crença na inexistência de essências, substâncias ou arquétipos com características de universais.

A crença nesses modelos “perfeitos” existentes em um mundo transcendente²³ foi relativamente comum até o século XVIII. Por meio de autores como Guilherme de Ockam ligados ao nominalismo, essa busca desses universais perdeu espaço em meio aos processos de estruturação do pensamento científico. A partir disso a busca pelo conhecimento e posteriormente pela compreensão, em vez

²³ O termo transcendente é aqui utilizado a partir de sua definição por Kant (2000), para quem transcendente era o que não podia ser conhecido a partir da experiência. Incluindo a experiência científica.

de valorizar o que era transcendente, voltou-se para o imanente, ou para o que está no mundo dos homens e lhes é acessível também por meio da experiência.

A valorização do que existe no mundo dos seres humanos abriu espaço para o que cercava esses mesmos homens, incluindo suas experiências, crenças e valores. Esse abrir-se para as experiências crenças, valores e também para os locais habitados pelos indivíduos, foi posteriormente utilizado por Habermas em obras tais como *Agir Comunicativo e Razão Destrancendentalizada* (2002) e *Pensamento pós Metafísico* como base para o seu conceito de mundo da vida. Que mais do que elementos existentes em um mundo de arquétipos se volta para a relação entre o indivíduo e o meio social em que esse está inserido.

Habermas não abandonou totalmente o projeto de universalidade contido nas teorias universalistas. Essa influência se mostra quando esse autor tem a intenção de levar o consenso e o acordo para o máximo das interações dos seres humanos. Para esse autor, à medida que esse consenso ganhar espaço e tender ao universal, os ganhos como o alargamento de suas possibilidades de utilização não pode ser desprezado. Um consenso que se mostre como uma opção para as soluções excessivamente particularistas ou excessivamente centradas em um mundo exterior ao ser humano. E que ao mesmo tempo em que tende a universal mostra preocupações com particularidades.

Essa influência não é forte ao ponto de Habermas assim como fizera Kant, imaginar um local em que a razão transcendente e por isso com tendências a ser perene serviria de guia para os seres humanos. Para Kant, essa razão perene que diretamente influiria na moral dos seres humanos seria a base ou uma das bases de universalidade da espécie. A razão tenderia a ser eterna por estar fora do mundo dos homens e além da possibilidade de por ele ser influenciada.

Mesmo sem chegar à condição de objetos transcendentais e sempre iguais, para Habermas as possibilidades de extensão do consenso nas interações dos seres humanos terá conseqüências ainda mais positivas à medida que por meio dela for

possível atingir o máximo de lugares e situações que envolvem os seres humanos. Funcionando como um dos guias da intencionalidade das relações entre seres humanos. Em Habermas o conceito de intencionalidade é o “pano de fundo” de obras tais como *Agir Comunicativo e Razão Destrancendentalizada* (2002). Tem pontos de similaridade com o termo “sentido” utilizado por Weber, e se liga a valores e normas que a partir da experiência dos seres humanos no mundo interferem em suas formas de ação.

A esses conceitos, na estruturação dessa intencionalidade vão se somar as influências de autores mais próximos das ciências que estudam a língua, linguagem e discurso. Com destaque para a já citada corrente de pensamento que inserem essa mesma linguagem e discurso em contextos de fala com grande carga de especificidade. A partir disso, Habermas (1990 ; 2003) em sua análise da língua, linguagem e discurso preocupa-se com aqueles momentos em que:

- 1 – a linguagem colabora com as ações estratégicas e instrumentais e com o seu propósito de impor uma determinada vontade ou posição sobre o desenrolar de um fato ou situação, pouco ou nada levando em conta neste propósito os demais que dela participam (ação estratégica);

- 2 – a linguagem participa no processo de se facilitar o consenso e entendimento por meio não da tentativa de imposição de um ponto de vista como se procede na ação estratégica, mas por meio da valorização e aceitação do melhor argumento (ação comunicativa);

3 - da relação entre a) domínio daquilo que forma o sistema de regras gerais de uma língua; b) condições que limitam a utilização dessa língua, sendo essas condições produzidas internamente, ou seja, dentro da própria estrutura da língua; c) condições que limitam a utilização dessa língua e que são produzidas externamente, ou seja, fora da estrutura da língua.

Para Habermas a primeira dessas características está ligada a uma corrente científica à qual pertence Platão (1971) e o já citado fato de destacarem na linguagem sua condição de ser um instrumento. O que se dá quando aqueles que dela se utilizam a vêem apenas a partir de sua função de transmitir aos seus interlocutores aquilo que se acha pertinente. O que é comum em ações estratégicas.

O que pode ser percebido quando aquele que tem uma determinada ação, pouco ou nada leva em conta os interesses dos que com ele interagem. Os fins é que interessam. O papel da linguagem é considerado secundário, já que a força do sujeito que age e, que está perante outros interlocutores, é destacado.

A segunda das características da linguagem destacada a busca de consenso e de pontos de vista compartilhados, passíveis de efetivação e compreensíveis a partir da utilização dos signos lingüísticos. A linguagem e a possibilidade de interação que ela propicia visam o acordo em relativa igualdade entre aqueles que interagem.

A terceira característica destacada se volta para um outro aspecto da linguagem. Que se dá quando entre outros autores Habermas analisa a linguagem a partir de três níveis ou dimensões. O nível “a” é voltado para o falante que domina e se utiliza dos componentes de uma língua, o nível “b” é voltado para o que limita as possibilidades de utilização de uma determinada linguagem a partir das estruturas internas da própria linguagem (incluindo as formas de se organizar frases de maneira sintaticamente corretas, além da inexistência de determinados termos).

O nível “c” se volta para o que limita a utilização de uma determinada linguagem. Observa suas estruturas externas (incluindo termos socialmente aceitos, termos que devem ser evitados, além de temas que são considerados tabus).

Com esse terceiro fator, Habermas (1990 e 2003) é um dos autores que coloca no centro das análises via linguagem um componente que até então apesar de presente ocupava menos espaço do que esse autor considera merecido.

Ao lado da já há tempos valorizada busca dos meios de compreensão das formas como se constitui o sentido de um texto, conforme procederam Dilthey (1984 e 1995) e Schleiermacher (2003), coloca no centro das discussões também a preocupação com o que permite a validação de um determinado discurso ou de um determinado sentido de um discurso em detrimento de outros “possíveis” sentidos.

Sendo que para Habermas essa validação de um enunciado se dá a partir de atos ilocucionários e perlocucionários, presentes nas comunicações por meio da língua, organizadas em discurso. O primeiro, o ato ilocucionário é voltado para o sentido do ato de um sujeito que em um determinado momento inicia uma ação, e a partir dessa ação assume uma determinada posição. O segundo, o ato perlocucionário destina-se ao impacto que essa tomada de posição causa naquele ou naqueles que dialoga.

Essas formas de definição das funções e características da linguagem, com destaque para o pensamento de Habermas são centrais nos dois próximos capítulos desse trabalho. As formas pelas quais se pretende utilizar essas teorias é o que se verá a seguir.

2.9 - As Possibilidades de Utilização de um Texto

Para Habermas, quando o sujeito do discurso parece estar subordinado às estruturas, e a partir disso se aproxima daquilo que Foucault (1996 e 2004) chama de função sujeito. A Função sujeito se evidencia quando aquele que fala é

referendado pela instituição que ele representa. O discurso de um papa que acabou de tomar posse é um exemplo disso.

E efetiva isso não apenas utilizando o poder que o cargo lhe outorga, mas também, conforme já citado, a partir das escolhas das palavras, de entonação de voz, pausas em meio às frases, repetições, ênfases, movimentos faciais e labiais. Posturas em muitos aspectos ligadas ao indivíduo antes de estarem ligadas ao cargo ocupado.

Porém, também para esse autor, essas não são suas únicas características de um discurso. Outra de suas marcas é estar endereçado a outro ou a outros. Não há discursos que se voltem apenas para aquele que o efetiva. Há sempre um interlocutor a quem se dirige o discurso.

Alguém que normalmente se considera capaz de agir como um interlocutor, sendo também a partir das perspectivas que se formam em relação a este ou estes aos quais o discurso é endereçado é que, esse mesmo discurso é organizado. Então, esse se dirigir a alguém acaba também por influenciar na maneira em que suas mensagens são efetivadas (Wittgstein, 1996).

Em todos esses passos, não apenas o autor entra em evidência. Pois em um discurso político o poder de interpretação do leitor influenciará em sua elaboração e na própria interpretação que esse leitor terá daquilo que o discurso teve a intenção de transmitir. Além do que, o próprio texto é portador de sentidos e idéias que o autor, muitas vezes, sequer imaginou.

Então, o sentido atribuído à linguagem quando articulada no discurso, o alcance e as possibilidades de aplicação dessa mesma linguagem e discurso, não partem apenas do emissor ou autor do discurso, pois sua utilização em um momento posterior não se restringe apenas àquilo que foi pensado ou planejado por ele.

A partir disso, também cabe ao leitor papel de destaque na análise de um texto, não apenas para descobrir aquilo que o autor quis dizer, mas também levar o texto a lugares não pensados pelo autor, na verdade um texto ou discurso, ao menos em parte já pré-existe em um outro discurso anterior (Habermas, 1990).

Em relação a esse “levar a lugares não anteriormente pensados pelo autor”, há várias situações em que isso pode ser evidenciado. As possibilidades de aplicação de uma entrevista, por exemplo, não podem ser totalmente previstas pelo entrevistado.

Também não pode ser totalmente previsto, pelo líder político protestante, que defende uma determinada postura em um discurso proferido no templo, todas as possibilidades de impacto causado pela utilização de suas palavras. Elas podem causar um sentido contrário àquele desejado, de forma que os ouvintes se voltem contra ele.

Entende-se assim que, textos, obras de arte ou qualquer outro tipo de ação estão sob essa possibilidade de aplicação além do que o autor poderia supor no momento em que foram efetivadas. Arendt (1972) utilizando Franz Kafka retrata essa característica:

Ele tem dois adversários: o primeiro acossa-o por trás, da origem. O segundo bloqueia-lhe o caminho à frente. Ele luta com ambos. Na verdade, o primeiro ajuda-o na luta contra o segundo, pois quer empurrá-lo para frente, e, do mesmo modo, o segundo o auxilia na luta contra o primeiro, uma vez que o empurra para trás. Mas isso é apenas teoricamente. Pois não há ali apenas dois adversários, mas também ele mesmo, quem sabe realmente de suas intenções? Seu sonho, porém é em alguma ocasião, num momento imprevisto – e isso exigiria uma noite mais escura do que jamais o foi nenhuma noite -, saltar fora da linha de combate e ser alçado, por conta de sua experiência de luta, à posição de juiz sobre os adversários que lutam entre si.
(Kafka citado por Arendt, 1972, p. 33).

Várias das possibilidades de utilização dessa passagem não poderiam ser pensadas por Kafka. Arendt a utiliza para discorrer sobre os momentos de quebra de tradição na relação entre passado, presente e futuro, e coloca no lugar dos três contendores de Kafka justamente o passado, o presente e o futuro, que disputam o direito de ter maior influência nas ações dos seres humanos. Em um contexto que talvez não tenha sido pensado por Kafka, o autor da passagem em questão.

E mesmo que sejam reunidas as utilizações dessa passagem efetuadas pelo próprio autor, Kafka, com as utilizações dessa mesma passagem por Arendt, não seria possível esgotar todas as suas possibilidades de aplicação. Entre outros possíveis usos dessa passagem de Kafka estão situações em que várias possibilidades de escolha se mostram válidas.

Nesses casos uma nova utilização dessa passagem poderia se mostrar viável. Por exemplo, por meio dela se poderia demonstrar os empecilhos, auxílios ou mesmo incertezas quando se tem pela frente mais de uma via para se escolher. Essa gama de possibilidades de utilização permite projetar essa passagem para contextos jamais pensados pelo autor, e ao menos em parte repassa ao leitor ou intérprete a condição de co-responsável pelas idéias de “outro”.

Essa característica se estende para qualquer outro texto. Pois os textos de Marx, por exemplo, são utilizados nos assuntos ligados à economia de várias formas. Incluindo aquelas que buscam reafirmar as principais linhas do pensamento desse autor, e também as que tentam desqualificá-las.

A partir disso um texto pode ser utilizado para desqualificar as pretensões originais do autor no momento em que esse o escreveu. A partir disso, ao publicar um determinado texto, esse autor não poderia pensar muitas das utilizações que posteriormente se fará de seu pensamento.

Com isso a linguagem e o discurso político de um líder protestante, pode se voltar contra ele mesmo, e uma outra análise, pode desabonar aquilo que ele pretendia justificar. Essa possibilidade de descrédito, por meio de outra interpretação ou utilização de uma determinada ação, também depende da capacidade interpretativa e argumentativa do próprio leitor, e da sua capacidade de buscar em um texto vestígios e possibilidades, não necessariamente pensadas por aquele que escreveu. Há de se considerar que qualquer ouvinte ou leitor ao interagir com determinado discurso, trará para aquele momento toda uma gama de conhecimentos armazenados, os quais exercerão influência sobre aquela

interpretação. Assim um discurso pode causar variados efeitos em diferentes leitores.

Nesse caso, na interpretação da linguagem política que se efetiva em discurso político, pode se dizer que essa mesma interpretação parte: 1 - do sujeito que discursa e do sujeito que com ele interage; 2 – do texto e das características internas da linguagem, nele presente; 3 – da força do contexto social sobre o sentido e significados da linguagem e dos discursos. É a partir dos elementos teóricos presentes nesse capítulo que nos capítulos III e IV que serão analisados, principalmente, os discursos que tem como intento justificar a busca de elevados índices de crescimento e as ações políticas de protestantes pentecostais.

CAPÍTULO III

PROTESTANTISMO PENTECOSTAL : ÍNDICES DE CRESCIMENTO E ATUAÇÃO POLÍTICA

Aqui se discorre sobre os meios como no último terço do século XX uma parcela dos protestantes, segmento até então ao menos aparentemente menos preocupados com os índices de crescimento, e com questões políticas, mudou de postura em relação a esses dois fatores.

Na análise de alguns dos fatores que contribuíram para este estudo. Em um primeiro momento fez-se um breve histórico de seus índices de crescimento, com ênfase nas principais mudanças de postura que auxiliaram na elevação desses mesmos índices. Em relação a essas posturas, foi dada ênfase às formas de divulgação e também às práticas de rituais presentes nos chamados cultos especiais. Cultos bastante comuns nas igrejas pentecostais.

Em um segundo momento foi dado destaque às causas da mudança de postura em relação à política. Nesse aspecto, foram destacados os meios utilizados para demonstrar aos fieis que a maior presença na esfera política era um dever para com a sociedade, e também um dever ou prática que poderia ser utilizada em favor do grupo. Nos dois casos, nas análises dos cultos especiais e nas análises das ações voltadas para a política, o discurso é um aspecto destacado.

3.1 - A Ascensão Pentecostal e o Crescimento do Protestantismo no Brasil Atual

O século XX foi um século em que várias formas de expressão de fé se projetaram no Brasil. Incluindo novas formas de protestantismo e de catolicismo. Além das novas religiosidades ou religiosidades não-convencionais (Siqueira, 2003 ; Siqueira, 2003a)

No caso do protestantismo, os índices de crescimento são um dos motivos que parecem estar mais diretamente relacionados com a maior preocupação por parte dos protestantes com as questões políticas. Sobre esses índices, segundo o último recenseamento do IBGE, em 2000, o número de protestantes cresceu mais acentuadamente nas regiões Norte; com 20,8% da população que admitiu ser protestante, com destaque para Rondônia com 27,8%, em algumas partes da região Sudeste, com destaque para Espírito Santo e Rio de Janeiro; na região Centro-Oeste com 18,5%, nessa região havendo destaque para Goiás com 20,9% e a cidade de Goiânia com 23,8% da população é protestante.

Não que o Brasil tenha deixado de ser um país essencialmente católico, na medida que cabe ao protestantismo e às demais formas de expressão de fé ou de ateísmo a condição de minoritárias. Sendo que no último recenseamento do IBGE, 73,8% dos brasileiros se declararam católicos, o que equivale a quase três quartos da população do país. Além de ser também um número quase cinco vezes maior que os do segundo lugar em declaração de filiação religiosa. No caso o protestantismo, com 15,4% da população.

Situação que não impede o reconhecimento da força do crescimento do protestantismo nas últimas três décadas. Em relação a isso, segundo reportagens de periódicos e teses de Mestrado e Doutorado, elaboradas a partir de 2000²⁴, o protestantismo continua a dar indícios de ainda ter “fôlego” para sustentar índices de crescimento em níveis consideráveis pelos próximos anos. Sobre esse crescimento, em 2000, segundo o IBGE era essa a distribuição por Estado do protestantismo e de outras religiões no Brasil:

²⁴ Como a de Neusa Santana, *Pentecostais e Carismáticos em Goiânia*, 2002, do Mestrado do IFITEG/UCG –Goiânia, Elizabete Bicalho com a Dissertação: *Mulheres Carismáticas e Pentecostais na Virada do Milênio 2003*, IFITEG-UCG-Goiânia, e também reportagens de jornais, revistas e programas de televisão que abordam o tema (como a revista *Veja* de 03-07-2002 com a reportagem: "A Nação Evangélica).

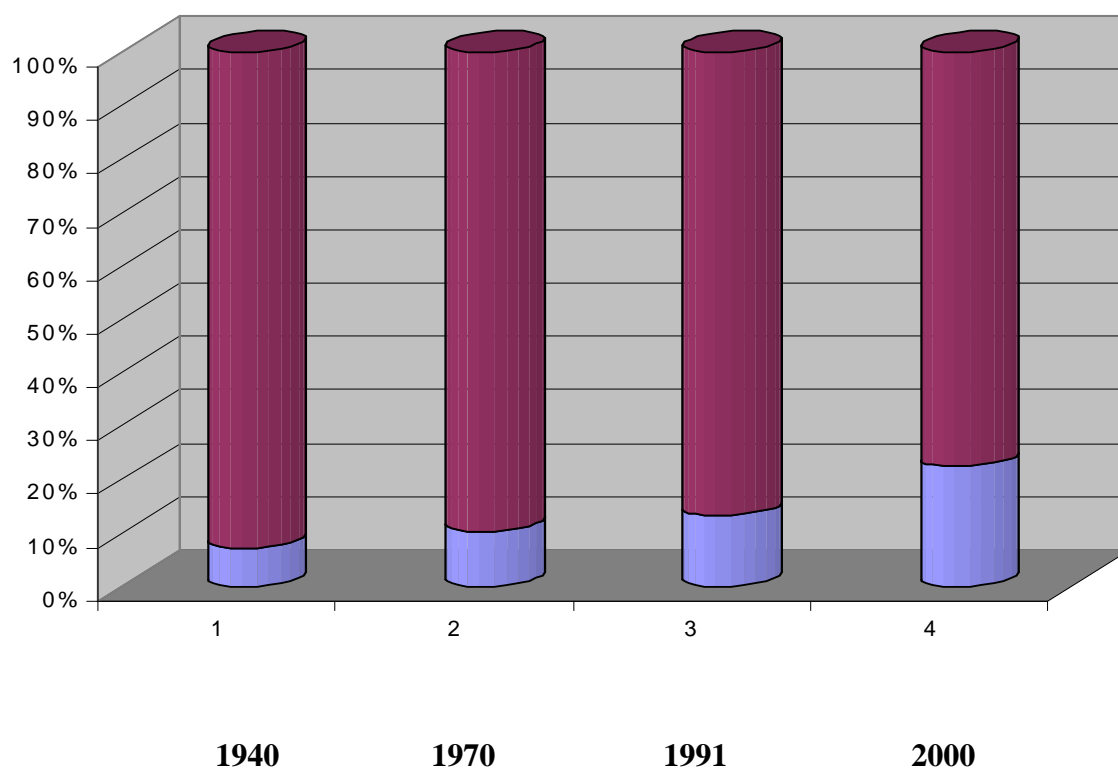
Figura 8 - Distribuição Religiosa nos Estados do Brasil em 2000

Brasil Regiões/estados	População Total	Católica	Protestante	Espírita e umbanda	Outras religiões	Sem religião
Brasil	169.799.170	73,8	15,4	1,7	1,9	7,3
Rondônia	557.726	57,6	27,8	0,5	1,6	12,5
Acre	1.379.787	70,1	20,4	0,2	1,4	7,8
Amazonas	2.812.557	70,8	19,2	0,5	3,0	6,6
Roraima	324.397	64,6	23,7	0,3	1,8	9,7
Pará	6.192.307	75,5	15,6	0,5	2,1	6,2
Amapá	477.032	75,0	18,8	0,1	2,0	4,1
Tocantins	1.157.098	76,0	16,0	0,5	1,5	6,1
Maranhão	5.651.475	83,0	10,2	0,2	0,6	5,9
Piauí	2.843.278	91,4	5,7	0,1	0,4	2,4
Ceará	7.430.661	84,9	9,2	0,4	1,1	4,3
Rio G. Norte	2.776.782	81,7	9,7	0,3	0,8	7,5
Paraíba	3.443.825	84,3	9,4	0,4	0,7	5,3
Pernambuco	7.918.344	73,8	13,1	1,2	0,8	11,0
Alagoas	2.822.621	81,9	8,6	0,5	0,8	8,1
Sergipe	1.784.475	81,7	7,4	0,9	1,1	8,8
Bahia	13.070.250	75,5	11,6	0,8	1,8	10,2
Minas Gerais	17.891.494	78,9	14,2	1,4	1,2	4,2
Espírito Santo	3.097.232	60,9	27,5	0,8	1,1	9,7
Rio de Janeiro	14.391.282	57,2	21,1	4,1	2,0	15,5
São Paulo	37.032.403	70,8	17,3	2,4	2,8	6,8
Paraná	9.563.458	74,5	17,9	0,7	2,1	4,7
Santa Catarina	5.356.630	80,3	15,5	0,9	1,1	2,3
Rio G. do Sul	10.187.798	76,7	13,0	3,7	2,1	4,4
Mato G. do Sul	2.078.001	69,8	18,7	1,5	1,4	8,5
Mato Grosso	2.504.353	72,9	16,1	1,3	1,5	8,0
Goiás	5.003.228	66,5	20,9	2,8	1,8	7,9
D. Federal	2.051.146	68,4	18,7	3,1	2,1	7,7

Fonte IBGE – <http://www.ibge.gov.br/censo2000>, acessado em 20-05-2001. (Obs. os dados são em porcentagem (%) e nem proporcionais à população residente).

Conforme o IBGE, mesmo sendo religião minoritária, o crescimento numérico dos evangélicos parece não ter arrefecido. E pesquisas de outras instituições que analisam o fenômeno a partir de 2000, como o Instituto Eleitoral Brasileiro²⁵ (ESEB) 2002 trabalham com números percentuais de crescimento, indicadores de tendências de continuação de elevação numérica do protestantismo. Sobre essa ascensão, conforme os dados do recenseamento de 2000 do IBGE:

Figura 9 - Número de Protestantes em Relação ao Total da População Brasileira de 1940 a 2000



Azul - protestantes; Vermelho - restante da população

Fonte: Recenseamento populacional de 2000 do IBGE. <http://www.ibge.gov.br>, acessado em 20-05-2001.

²⁵ O ESEB é uma instituição que tem ligação e financiamento da CAPES e uma de suas principais funções fazer pesquisas periódicas sobre estatísticas e demais fatores ligados à política no Brasil. As legendas via dados do ESEB a partir de agora utilizadas no trabalho se referem a pesquisas realizadas entre 31 de outubro e 28 de dezembro de 2002. Com a utilização de amostra probabilística que abrangeu todas as regiões do país, num total de 2.513 entrevistas.

Em relação a isso, apenas entre os anos de 1991 e 2000 os números apresentados foram superiores à soma dos cinquenta anos anteriores (Caderno de fatores sociais do recenseamento do IBGE do ano de 1991 e do ano 2000). As grandes denominações foram as que mais cresceram. A *Assembléia de Deus* se consolidou como a maior igreja evangélica do Brasil. Saindo de 2,4 milhões de fiéis em 1991 para 8,1 milhões de fiéis em 2000, o que totaliza 31,0% dos aproximadamente 26 milhões de evangélicos brasileiros e 46,0% dos de origem pentecostal.

A *Igreja Universal* teve entre 1991 e 2000, crescimento de 646,0%. E em relação ao total de evangélicos do país a parcela de adeptos da Universal cresceu 491,5%. Apesar disso, em 2000, a segunda maior igreja evangélica brasileira continua sendo a Congregação Cristã no Brasil, que tinha 1,6 milhões de fiéis em 1991 e passou para 2,3 milhões. Sobre esse crescimento, vários fatores podem ser ressaltados como parte de seus principais incentivos. Um deles é a ação política, o outro são os cultos especiais. O próximo subitem abordará os cultos especiais, comparando vários tipos de cultos especiais utilizados nas igrejas pentecostais com cultos das igrejas chamadas tradicionais.

3.2 – Os Cultos Especiais e os Discursos que os Legitimam

A necessidade de se conquistar novos fiéis não é comum apenas às igrejas protestantes. O incentivo à pregação do evangelho aos não convertidos encontra-se em várias passagens da Bíblia e é uma marca do cristianismo. Porém, na maioria das igrejas pentecostais, o projeto de crescimento constante e em grandes percentuais parece ocupar um lugar mais destacado que nas demais igrejas protestantes. Sobre isso, na *Igreja Fonte da Vida*, segundo seu principal líder, o Apóstolo César Augusto esclarece:

Estamos entrando nos últimos dias onde iremos presenciar a maior colheita que irá acontecer antes da volta do Senhor Jesus Cristo. Os frutos estão maduros em todo o campo do Senhor. A Igreja já começou esta colheita em vários lugares.

(www.fontedavida.com.br/expansão. Acessado em 02-11-2002).

Igrejas como a do Apóstolo César Augusto muito valorizam a força das conversões em massa (Mariano, 2004). As palavras do discurso desse Apóstolo enfatizam isso ao dizer que “[...] estamos entrando nos últimos dias onde vamos presenciar a maior colheita.” O objetivo principal dessa colheita a conquista de novos adeptos.

Esses cultos são um dos fatores a se levar em conta na compreensão das causas da ascensão numérica dos pentecostais no último quarto do século XX. Cultos especiais não são exclusivos das igrejas pentecostais. Em geral, Igrejas cristãs realizam esse tipo de celebração. Como exemplo há os cultos especiais da Igreja Presbiteriana do Jardim América (Goiânia), no ano de 2002²⁶.

Porém em boa parte das igrejas pentecostais, a novidade é sua quantidade. Nelas, é especial a maioria das celebrações. O culto especial valoriza o Deus especializado. Há um dia na semana para a resolução de cada tipo de aflição. O que se percebe a partir de relatos de participantes das reuniões especiais para empresários, que acontecem nas segundas feiras nas Catedrais da *Igreja Universal* em todo o Brasil. Segundo um desses relatos:

²⁶ Como parte das pesquisas empíricas estive presente em vários desses cultos. Na Igreja Presbiteriana do Jardim América em Goiânia, em 1º de janeiro, houve o culto em favor de um ano novo cheio de bênçãos; no Dia das Mães, foi realizado o culto em prol da família visando entre outros objetivos a melhoria das relações conjugais; no Domingo de Páscoa, houve o culto que relembrou a ressurreição de Jesus, culto que convidou os fiéis a terem um novo compromisso com Cristo; no Dia dos Pais, outro culto em favor da família e dos problemas conjugais; dia 31 de dezembro, houve o culto em favor de um ano novo com bênçãos. Entre outros, além destes, houve ainda o culto em comemoração ao aniversário da Igreja.

Sanderlei Rodrigues de Vasconcelos, 28 anos, chegou ao fundo do poço; no entanto, hoje é um empresário bem sucedido. (conforme narra o próprio Sanderlei:) Tinha boa formação, uma família bem estruturada financeiramente, mas por influência de amigos acabei me envolvendo nas drogas e tornei-me um dependente. Não tinha necessidade de viver dessa forma, porém acabei perdendo tudo... a ponto de ir morar em um lixão. Foi quando, numa segunda feira, andando pelas ruas, acabei entrando em um templo da Universal onde fiquei sabendo que existia uma solução para tudo que estava vivendo. Depois de perseverar nas correntes, reconquistei tudo o que havia perdido... abri meu próprio negócio. “Hoje sou um homem próspero e feliz em todos os sentidos” (Folha Universal, 11 de Junho 2001, p. 12b - grifo nosso).

Sanderlei Rodrigues foi abençoado em cultos prioritariamente fatores voltados para problemas financeiros. No culto chamado de Vigília da Prosperidade, preferencialmente devem ir os que têm problemas financeiros, os que possuem empresas ou os que estão em vias de atuar nesta área. Nessas celebrações é comum a presença de visitantes, membros comuns, obreiros e pastores. Todos voltados exatamente para os mesmos objetivos.

A linguagem dessa reportagem do jornal Folha Universal que traz os comentários sobre Sanderlei enfatiza isso e pode ser dividida em duas partes: a primeira destaca as alegrias dos que perseveraram em Deus, enquanto a segunda destaca aquilo que pode ser encontrado quando se está distante de Deus.

O que mesmo superficialmente pode ser percebido por meio de técnicas auxiliares e introdutórias de análises de discurso, as quais sugerem a leitura de um texto em várias etapas. Segundo Souza e Marques (1999), o primeiro passo é a chamada leitura inspeccional. Leitura rápida e horizontal, utilizada para conhecimento geral, que no caso do texto específico demonstrará que ele fala de fé e possibilidade de solução de problemas por meio dessa mesma fé.

Essa leitura será seguida da chamada leitura analítica e reflexiva, que se volta para a descoberta dos principais pontos do texto. Isso é feito em um segundo momento, principalmente a partir de seus pontos centrais. O objetivo é

compreender as vivências perspectivas e interesses que provavelmente guiaram o autor do texto. A partir disso, ainda conforme Souza e Marques (1999), mesmo que de forma indicativa, se quer descobrir quais perspectivas e interesses que guiaram a escrita do texto. O que aplicado ao discurso de Sanderlei permite que sejam destacadas as partes que se seguem:

Pontos destacados que assumem um sentido negativo:

Sem Deus

- Sanderlei chegou ao fundo do poço.
- Se envolveu com drogas e se tornou dependente delas.
- Degradou tanto ao ponto de ir morar em um lixão

Pontos destacados que assumem sentido positivo:

Com Deus

- Entrando em um templo da Universal ficou sabendo que existia solução para as coisas negativas e que estava vivendo (Deus).
- Seguindo a fórmula de perseverança nas correntes de oração conquistou o que havia perdido.
- Tornou-se um homem prospero e feliz em todos os sentidos.
- Sanderlei agora é um empresário bem sucedido.

Mesmo que ainda efetuada de maneira superficial, a análise demonstra que aqueles que andam com Deus conquistam benesses, e os que não andam podem ter sérios problemas. E também diz que a Igreja Universal é um bom local para se buscar comunhão com Deus. Além de destacarem a força da igreja, especialmente

por meio dos cultos especiais. Porém, as técnicas de análise do discurso que foram utilizadas podem até ser um passo inicial interessante, mas não bastam para a análise sociológica da maioria dos discursos.

Um segundo, e, no caso específico posterior e mais importante passo, é a percepção do lugar daquele que escreveu e quais instituições o legitimam, o que é feito a partir da busca de compreensão de quais perspectivas permitem que isso seja efetuado. No caso, essa “segunda” fase da análise foi efetuada a partir do sentido das ações sociais de Weber (1994)²⁷. Por meio dessas ações se quer saber qual o sentido da ação do indivíduo que está por trás, ou no qual se ancora o discurso. Weber ao discorrer sobre ação social nos diz que:

Por `ação´ entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um *sentido* subjetivo. Ação `social´, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso... não se trata, de modo algum, de um sentido objetivamente `correto´ ou de um sentido verdadeiro[...].

(Weber, 1994, p. 3 e 4)

No caso, do texto da *Igreja Universal* que destaca acontecimentos da vida de Sanderlei, a aproximação com essa passagem de Weber pode ser efetuada pelo sentido que essa ação em questão assume e sua orientação com vistas ao comportamento de outros. Orientação que de mostra em passagens que destacam elementos tais como: a ênfase do texto sobre as conquistas, e a partir disso a possibilidade da alegria como um elemento constante no caminho daqueles que estão com Deus.

²⁷ Conforme discorrido no capítulo II sobre o conceito de ação social de Weber e o sentido que essas ações assumem para o que age.

O que é aliado à possibilidade de tristeza para os que dele se afastam. O título da reportagem enfatiza isso: *Famílias Melhoram sua Relação Após Conversão*. A partir disso não apenas Sanderlei pode ser agraciado. Todos podem sofrer nos casos de comportamentos que impliquem em afastamento de Deus. Enquanto os comportamentos que aproximem de Deus podem produzir situações contrárias. Veja:

- Sem Deus: fundo do poço.
- Com Deus: próspero e feliz.

No caso desse discurso específico, a análise aqui efetuada, não se preocupa em primeiro plano se aquilo que se anuncia é verdadeiro no sentido factual do termo. Também não é interessante se essa ação é estratégica ou comunicativa. Pois no caso desse exemplo ainda há pouca importância se a ação visa o convencimento puro e simples, ou se há por parte de quem escreve e publica a crença naquilo que escreve ou a preocupação em sentido positivo com a posição de seu interlocutor. Interessam os meios utilizados para a transmissão da mensagem, que deseja demonstrar as possíveis conseqüências com os que se afastam ou não perseveram as ordenações de Deus, e o sentido do que se quer transmitir com a mensagem.

A reportagem em questão é também uma das várias formas de chamada para os cultos especiais. Cultos presentes na maioria das denominações pentecostais e sempre colocados em destaque nas chamadas para as atividades dessas denominações. Sua legitimação também se dá a partir da instituição maior que mantém o jornal (no caso a *Igreja Universal*). Instituição que autoriza a publicação e com isso legitima e reconhece a validade da mensagem do texto.

Essa legitimação por parte da *Igreja Universal* também dá a esse discurso características do que Weber (1994) definiu como dominação tradicional. Sendo

esse tipo de dominação um dos componentes da autoridade de bispos, apóstolos, pastores e obreiros.

Pelos discursos que foram produzidos em um determinado período é possível perceber sua relação com os valores e práticas sociais daquele período, e também sua relação com as instituições que os validam. A dominação tradicional é um dos caminhos para se descobrir os caminhos para que um discurso de um determinado líder, ou de um membro que tem o aval da liderança seja considerado em detrimento de outros discursos.

Conforme da dominação tradicional, para Weber (1994), no caso do líder religioso que se mostra ligado e guardião de uma tradição, em muitos momentos, mais importante do que sujeito que profere uma assertiva é a instituição que o legitima. Ao contrário da dominação carismática, o sacerdote que age a partir da dominação tradicional, está em um lugar que pode ser ocupado por vários outros sacerdotes, e esses assim como ele serão reconhecidos pela força da tradição que lhes dá sustentação e da qual são guardiões. Fora do meio religioso, uma destas situações é uma audiência para concretizar um divórcio consensual, em que vários magistrados podem desempenhar a função que cabe ao juiz, pois aquilo que cabe a ele até certo ponto independe do nome de um determinado magistrado.

Nesse caso seus pronunciamentos têm maior ligação com o cargo e com o que dele emana, do que com o sujeito ou indivíduo que o pronuncia. Este pode ser substituído sem grandes perdas para o sentido e para a força dos discursos, ou para o andamento dos trabalhos.

No caso da reportagem sobre Sanderlei, o texto relativamente anônimo do artigo no jornal também está sob o poder da legitimação da instituição à qual o autor pertence. Instituição que mesmo tendo menos de 40 anos, como é o caso da *igreja Universal*, é tradicional porque busca demonstrar ligação com a tradição da Reforma Protestante. Reforma que, conforme seus idealizadores teve como uma de suas principais causas o resgate ou manutenção de tradições bíblicas diretamente

ligadas a Cristo e aos apóstolos (Delumeau, 1962). O que em parte lhes dá o caráter de grandiosas, imemorais e quase impossíveis de se abandonar.

Também a partir dessa legitimação, para o fiel o culto certamente é especial, e as chamadas ao culto enfatizam isso. Nos discursos anteriores à celebração há “quase” que garantias prévias de que esses milagres de fato se efetivarão. O fiel vai ao culto convicto de que fatos muito expressivos podem acontecer ou acontecerão.

A “quase” garantia é prévia e o discurso bem elaborado e efetuado por quem, entre outros fatores, tem por trás de si a força do reconhecimento da instituição à qual pertence. O convite é para que ninguém perca aquilo que tem grandes possibilidades de ser grandioso.

Essa possibilidade parece ser ampliada pela presença no culto especialmente voltado para um determinado problema. Há também a possibilidade de ser agraciado com outros tipos de bênçãos. Mas o culto especial dá a muitos fiéis a impressão ou sensação de resolver melhor um tipo específico de problema.

3.3 - A Ascensão Numérica dos Pentecostais e os Cultos Especiais

Um dos possíveis motivos para a ascensão destas igrejas, parece ser ter conseguido tornar quase todos os seus cultos especiais. O fiel e os ouvintes em geral têm sempre a expectativa de que um fato grandioso vai acontecer. Com a tabela abaixo, que permite a comparação de práticas de diferentes igrejas protestantes pode-se compreender a importância desses cultos em parte das igrejas pentecostais:

Figura 10 - Dias de Cultos de Igrejas Evangélicas em Goiânia

Denominação	Dia	Dia	Dia	Dia	Dia	Dia	Dia
	Semana	Semana	Semana	Semana	Semana	Semana	Semana
	2ª. Feira	3ª. Feira	4ª. Feira	5ª. Feira	6ª. Feira	Sábado	Domingo
Sara Nossa Terra (Setor Bueno)	Culto sem titulação especial	Culto de fé e milagres	Culto das mulheres	Culto de casais	Culto de libertação	Culto dos jovens	Culto da família
Fonte da Vida (Setor Marista)	Culto sem titulação especial	Culto de santificação	Culto sem titulação especial	Culto da prosperidade	Culto sem titulação especial	Culto dos jovens	Culto da família
Universal (Catedral de Goiânia)	Reunião dos Empresários	Sessão do descarrego espiritual	Busca do Espírito Santo	Corrente da família	Culto de libertação	Terapia do amor	Busca do espírito santo
Assembleia de Deus (Campinas)	Sem culto oficial	Culto de oração	Culto sem titulação especial	Sem culto oficial	Culto sem titulação especial	Sem culto oficial	Culto sem titulação especial
Batista (Jardim América)	Sem culto Oficial	Sem culto Oficial	Reunião de Oração	Sem Culto Oficial	Estudo Bíblico	Sem culto oficial	Culto sem titulação especial
Presbiteriana (Jardim América)	Sem cultos oficiais	Reunião de oração	Sem cultos oficiais	Culto sem titulação especial	Sem cultos oficiais	Sem cultos oficiais	Culto sem titulação especial

Fonte: Cronograma de dias e horários de cultos oficiais presentes na entrada dos templos destas denominações, em Janeiro de 2004.

A tabela mostra que cultos especiais são mais comuns em igrejas pentecostais, sendo que pouco ou nenhum destaque é dado a eles em igrejas evangélicas chamadas tradicionais.

Ainda em relação aos cultos especiais, a análise do Culto de Libertação (popularmente chamado de Culto de Expulsão de Demônios) da *Igreja Universal*, realizado todas as sextas feiras pode ser bastante esclarecedor. As chamadas para

este evento na Rede Record de televisão deixam claro que se o fiel está titubeando na fé, se ouve vozes, vê vultos, se parece que Deus não tem atendido seus pedidos, há grandes possibilidades que o demônio seja a causa²⁸. O Culto de Expulsão de Demônios ou Culto de Libertação é o ideal para selar uma nova comunhão com Deus e conforme o termo utilizado no próprio culto, “pisar na cabeça de Satanás”²⁹.

Nesse culto todos podem de alguma forma participar da celebração. A maioria dos demônios é expulsa pelos chamados obreiros³⁰, que colocam as mãos sobre a fronte do que se diz estar endemoniado e com uma oração normalmente rápida, raramente ultrapassando um minuto, expulsa os demônios.

Aqueles que teimam em ficar chamam a atenção de mais de um obreiro. Caso estes não consigam expulsá-lo os pastores ou Bispo presentes, cuidam deles pessoalmente. Caso ainda teimem em ficar todos os presentes participam da expulsão. Nesses casos o encarregado do culto pede aos presentes que fiquem de pé e levantem suas mãos apontadas para o altar e iniciem uma oração em voz alta.

Os presentes, depois de terminada a oração, ainda de frente para o altar, viram os braços para trás apontando as mãos para a porta do templo proferindo em altíssima voz as palavras “sai, sai, sai”³¹. O que parece ser o bastante para que os demônios não se manifestem mais naquele culto. No entanto podem voltar e este é um dos motivos para que o agraciado não deixe de freqüentar os trabalhos da igreja. Um ritual que utiliza várias formas de linguagens e discursos, voltados para os que estão no templo e são freqüentadores assíduos, para os visitantes e para os que assistem em casa pelo rádio ou televisão.

²⁸ Na rede Record, as chamadas aos cultos especiais são claras e temos seguintes dizeres: “Se você ouve vozes, vê vultos, tem insônia, chora sem ter motivo aparente, você pode estar com um encosto. Vá à vigília de libertação da Igreja Universal na sexta feira e consiga a libertação” (Chamadas veiculadas na programação diária da Rede Record durante todo o ano de 2002).

²⁹ O que, segundo o pastor Gonçalves, entrevistado em 13-06-2002, em Aparecida de Goiânia, é uma alusão ao livro de Gênesis, capítulo 3, versículo XV, quando Deus diz que da descendência da mulher sairá aquele que pisará a cabeça da serpente (aqui representa Satanás).

³⁰ Homens e mulheres que são um misto de diáconos e evangelistas que têm entre suas funções, a de auxiliar pastores e bispos. Na hierarquia da *Igreja Universal*, o cargo superior é o de Bispo, que está um degrau acima dos pastores que estão um degrau acima dos obreiros.

³¹ Culto que presenciei, realizado na Catedral da Fé, em Goiânia, no dia 19 de maio de 2000, às 19:00h..

No caso do culto de expulsão de demônios, parece haver aproximação entre o ritual que ali acontece e o que Lasswell (1982) define como símbolos e sinais. No caso dos símbolos, esses parecem se mostrar por meio das palavras carregadas de significados e força, como a palavra “sai”, que não dão outra possibilidade ao demônio que não seja a de sair, e que com isso demonstra a força da liderança da igreja e também a força da congregação.

A força dessa última pode ser percebida a partir não apenas dos símbolos presentes no discurso, mas também nos sinais, definidos também por Lasswell (1982) como aqueles componentes físicos (gestos com as mãos, expressões faciais), que no caso desse culto é demonstrado pelo movimento de braços de toda a congregação ao mesmo tempo em que proferem seguidamente a palavra “sai”. Símbolos e sinais como elementos que dão a tônica do discurso, que são o poder de Deus manifestado por meio da força da denominação. Força da liderança que comanda as ações e também força dos fiéis que ativamente contribuem para as bênçãos.

Também a igreja *Fonte da Vida*, em sua sede internacional em Goiânia, no dia 26 de abril de 2006 iniciou a série de 14 cultos especiais chamados Aliança com Deus. Realizados às quartas-feiras em todos os templos da igreja no mundo.

Na primeira quarta-feira o tema foi: “Eu e Minha Casa Serviremos a Deus.” Nele, em Goiânia, no culto dirigido pelo líder mundial da igreja, o Apóstolo César Augusto proclama que, todos os fiéis que perseverarem e tiverem fé poderão esperar a conversão ou uma nova relação entre Deus e toda a família daquele que frequentou o culto.

Para que as bênçãos se concretizem, os fiéis deverão frequentar de preferência sem exceções a série de cultos das 14 quartas-feiras. As bênçãos almejadas são as mais variadas, com um tema por semana, que vão desde problemas no casamento até problemas de saúde.

Em Goiânia as chamadas para a Aliança com Deus, e também o primeiro culto realizado dia 26 de abril de 2006, em sua seqüência de acontecimentos sugere muito do ritual da celebração e também do propósito a ser alcançado.

O ritual das 14 quartas-feiras é bastante sugestivo e, ao mesmo tempo, comum em cultos protestantes. Admoestações verbais e gestos bastante incisivos por parte dos líderes da reunião, com frases que garantem a bênção e que são acompanhadas de orações, louvores e comunhão muitas vezes acompanhados de jejuns, de forma que ao término das quatorze semanas o fiel possa parecer aos olhos de Deus, aquele que merece a graça almejada³².

A análise dos cultos especiais e as entrevistas com freqüentadores são fatores que também tem ligação com o pensamento de Habermas. Incluindo nessa análise o que Habermas (1990)³³ define como levar uma ação ou discurso a lugares não pensados pelo próprio autor. Já que a partir dessa prática sua utilização pode ir além do que até então pensou aquele que tem a autoria de um texto ou discurso.

Na ação ou discurso aqui analisado, entre outros objetivos, construído como meio de divulgar a grande quantidade de vitórias dos que freqüentam as Igrejas *Universal e Fonte da Vida*, mais que a quantidade dessas vitórias, o objetivo é compreender quais técnicas permitem a esses discursos se tornarem validos para uma parcela dos que a eles tem acesso. O que nesse momento será efetuado por meio dos três elementos que para Habermas (1998) são essenciais para a compreensão das ações, linguagens e discursos que acompanham as interações dos seres humanos. Que são:

³² Como parte das pesquisas empíricas, freqüentei todos os cultos da Aliança com Deus, e a maioria dos freqüentadores de uma determinada quarta-feira deixavam claro que seu propósito era conseguir bênçãos exatamente naquele assunto que o culto daquele dia trataria com maior força. O culto era especial para aquele tipo de aflição. Qualquer outro tipo de aflição também poderia ser resolvido ali, mas o melhor era buscar a solução de problemas relacionados com o tema daquele dia.

³³ De fato a noção de que o leitor ou intérprete tem ligação direta com o sentido atribuído a um texto não surge com Habermas. Wittgenstein (1996), Dilthey (1984) e Schleiemacher (1990) já discorriam sobre isso. Porém, ao contrário de autores como Habermas, o propósito de autores como Dilthey e Schleiemacher era primeiramente descobrir as características da época em que o autor de um texto viveu. Objetivo que se sobrepunha à compreensão dos vários discursos presentes em um texto e a partir daí também se sobrepunha às suas várias possibilidades de utilização.

- a) as tentativas de imposição de determinadas posições. Tentativas que podem ser veladas ou latentes;
- b) os espaços de interação que podem se formar nas relações entre seres humanos;
- c) os papéis e posições assumidas pelos sujeitos em seus discursos ou ações.

Fatores que podem ser percebidos nos momentos em que se efetivam:

- as chamadas para os cultos especiais;
- os acontecimentos do próprio culto;
- as declarações de seus freqüentadores.

No caso específico dos cultos especiais, um dos momentos em que a tentativa de imposição de uma determinada posição se inicia é na própria chamada para os cultos. No caso da série de cultos especiais da *Igreja Fonte da Vida*, os cultos da Aliança com Deus, as bênçãos são anunciadas a partir de discursos que as tornam próximas de uma conquista certa: “Venha para a Aliança com Deus e sua vida mudará”. Essa chamada para os cultos destaca a suposta garantia de mudança de vida. E a partir dessa “garantia”, um de seus objetivos é demonstrar que a ida ao culto, ou mesmo assisti-lo por rádio ou televisão é uma ação mais acertada que a grande maioria das demais.

Ainda relacionando o culto com o pensamento de Habermas, o espaço de interação, e ligado a esse espaço, o terceiro elemento destacado que é o papel do sujeito se forma no próprio culto, com as ações das lideranças e dos demais participantes. Cânticos coletivos, e no caso do culto de expulsão de demônios da *Igreja Universal* a expulsão coletiva de demônios e necessidade da participação não apenas da liderança, mas dos fiéis em geral.

O culto continua a dar resultados muito depois do seu final. Entre suas funções está transcender seu momento de realização. Seus resultados que dão

ênfase a entrevistas com os que dizem ter recebido bênçãos são constantemente divulgados em jornais e outros meios de comunicação das denominações. Deixando de ser um único evento, perpetuando-se através da conquista da graça almejada. O discurso enfatiza isso com frases similares a: “[...] Não sofra mais procure paz para os seus problemas através da aliança com Deus [...]” bênçãos são demonstradas a partir de seu poder de ir além do momento do culto.

Entre outros fatores, também na melhor competência na lida com esta forma de religiosidade, estão provavelmente muitos dos motivos que explicam a ascensão das igrejas pentecostais, e o impulso que elas têm dado ao crescimento numérico total dos evangélicos no Brasil.

A constante divulgação da possibilidade de que por meio da participação nessas celebrações o fiel poderá se aproximar de Deus e resolver grande parte de seus problemas.

Entretanto, de forma isolada, os cultos especiais parecem não ser suficientes para explicar o crescimento do protestantismo nas últimas décadas. Para a compreensão desse crescimento, a esses cultos, faz-se necessário agregar novos elementos. Incluindo entre eles, as questões propriamente políticas, que lado a lado com os cultos especiais acabam por ter destaque entre os fatores que podem explicar a ascensão do protestantismo.

Discurso, política e cultos especiais: três das principais bases desse crescimento. Este último fator já foi explorado, destacando aquilo que pudesse ter validade para elucidar o crescimento dessas igrejas. Os outros dois elementos, no caso a relativamente recente valorização da política e os discursos que a legitimam serão analisados a partir de agora.

3.4 – Protestantismo: discurso e política

Compreender os motivos de uma maior atuação política incisiva por parte de evangélicos se intensifica somente a partir da década de 1980, e também o

porquê do relativo distanciamento dessas questões no passado, além do exposto no primeiro capítulo deste trabalho, a herança do pentecostalismo norte americano e seu distanciamento inicial de questões sociais, se faz necessário acrescentar outros elementos à reflexão. Um dos caminhos para isso é a partir do método histórico recorrer à História do Brasil, de Goiás e de Goiânia no período da chegada dos primeiros missionários protestantes ao país, a esse Estado e a essa cidade.

Se em parte a tradição de afastamento de questões políticas pode ser, nos pentecostais, justificada pela característica da religiosidade do qual é oriundo, no caso os cultos de parcela das igrejas pentecostais estadunidenses que separavam questões sociais e religiosas, essa mesma justificativa não pode ser dada para o parcial afastamento dessas mesmas questões pelas igrejas protestantes tradicionais. Já que essas chegaram ao Brasil em períodos anteriores ao século XX, e por isso anteriores ao surgimento das igrejas pentecostais brasileiras e estadunidenses.

Um dos motivos para se encontrar essa postura também entre os protestantes históricos, é que no Brasil, principalmente nos primeiros tempos de presença efetiva, o protestantismo sempre foi religião de minorias (Fausto, 1997). Isso contribuiu para que, nos pontos de cruzamento e disputa de influência de instituições sociais, a maioria de seus líderes acabasse se fechando no que diretamente atingia os seus projetos de evangelização ou o seu restrito grupo de seguidores.

Já parecia ter sido uma grande conquista o direito de evangelizar com relativa liberdade, afinal estava-se em um país oficialmente católico (Fausto, 1997). A partir disso parece que o que deixava de atingir diretamente os seus membros ou os projetos de evangelização passou a ter menor interesse, gerando uma espécie de “abandono” dos que não pertenciam ao rol de seus seguidores. Abandono que não chegou a ser total. No Brasil, missionários protestantes sempre tiveram consciência da importância da boa relação com os líderes das cidades em que evangelizavam.

O Missionário Kalley pode ser citado como exemplo. Preocupou-se em ter a simpatia dos grandes líderes do Rio de Janeiro. Entre eles os líderes políticos,

incluindo o imperador D. Pedro II (Leonard, 1981). Apesar desta busca de boa relação, os caminhos de influência em decisões políticas estavam para eles quase fechados.

Kalley não opinava em questões políticas gerais, apenas queria ter simpatia e apoio oficial para evangelizar. As ações de D. Pedro II ou de outros líderes políticos não seriam por ele contestadas em sermões. Kalley também não pensava em incentivar a população a discutir questões políticas em sua Igreja.

Um de seus principais interesses era evangelizar com o mínimo de problemas (Leonard, 1981). Não se via como interlocutor que pudesse se manifestar perante autoridades representando a maioria católica. Para quem havia sofrido perseguições na Ilha da Madeira³⁴ o direito de evangelizar em paz parecia ser quase um favor que as autoridades lhe faziam. Já era uma conquista que parece que o satisfazia com sobras. Sua relação com políticos e com política parece que ia pouco além da formalidade e cordialidade de quem na medida do possível quer ser deixado em paz em seu trabalho.

O que aparentemente não acontecia com o sacerdote católico que era líder religioso da maioria da população, e a partir disso acabava por se envolver também em questões políticas, morais, estéticas e também éticas. Eram os líderes religiosos da maioria.

Essa possibilidade de influência do sacerdote católico sobre assuntos políticos e a partir disso não necessariamente ligados à religião, pode ser compreendida quando se pensa que a religião é composta de indivíduos que estão inseridos em uma sociedade, a partir disso, em muitas situações vivenciando seus problemas. Incluindo as questões políticas.

Muitas vezes levando esses assuntos não necessariamente ligados à fé para os momentos de culto, ou de relação com a autoridade religiosa. A partir disso a autoridade desse líder religioso poderia se manifestar além de temas diretamente

³⁴ As citadas perseguições na ilha da Madeira tiveram como uma de suas causas o envolvimento em questões políticas, o que fez com que Kalley decidisse se afastar destas questões quando evangelizou no Brasil (Leonard, 1981).

ligados à religião. Poder de influência que pode ser percebido a partir do conceito carisma de Weber e sua ligação com as formas de dominação legal e tradicional.

Conforme o capítulo II deste trabalho, para Weber, há três tipos puros de dominação. A primeira se estruturando na força da lei, a segunda a partir da tradição e do poder que emana daquele que está ligado a essas tradições, e a terceira a partir do carisma de um determinado indivíduo. Esse carisma não acompanha apenas os líderes religiosos, mas entre outros líderes, também os líderes políticos. Com destaque para os que esse autor define como políticos por vocação. Em relação ao carisma, a dominação carismática e a conduta política, Weber nos diz que:

Existe em segundo lugar, a autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe. Tal é o poder “carismático”, exercido pelo profeta ou – no domínio político – pelo grande demagogo ou pelo dirigente de um partido político.

(Weber, 1967-1968, p. 57)

Então, o carisma é um dos elementos básicos na estruturação e legitimação não apenas de profetas, mas também dos políticos. Um elemento que entre outros, políticos e profetas de alguma forma compartilham. O que pode aproximar suas imagens e suas áreas de ação.

Essa aproximação a partir do compartilhar elementos que legitimam seu campo de atuação pode gerar dificuldades em diferenciá-los. Segundo uma das biografias de Bismarck (escrita por WALLER, B. - 1974), esse líder político da Alemanha era visto, em muitos momentos, quase como um sacerdote. Muitos queriam tocá-lo pela suposta mística e magia que emanavam de sua figura, pois viam nele quase um enviado de Deus para a união dos ducados alemães, a partir

disso transformando em realidade o que para muitos era um sonho com séculos de existência.

Para esses, a unificação da Alemanha (em parte obra de Bismarck) era tão especial que se aproximava daqueles momentos em que grandes magos ou outros grandes homens a serviço de divindades realizavam prodígios que jamais se pensava que alguém pudesse³⁵. O que segundo Marc Bloch (1978), de certa forma confirmando o pensamento de Weber, não é apenas uma das marcas de Bismarck. Já que essas características também podem ser encontradas nos reis taumaturgos da chamada Idade Moderna e em seu poder de interceder por doentes.

Dons que não estão a serviço apenas das religiões e que são compartilhados por membros que agem em diferentes esferas das mesmas instituições sociais. A religião é composta de indivíduos que estão inseridos em uma sociedade e que vivem os seus problemas, e que incluindo os problemas políticos às vezes os levam para os momentos de culto. Sobre este tema, partindo do pensamento de Weber, Marchi (1997) nos diz que:

Mesmo que uma determinada Igreja estabeleça como núcleo central de sua ação a propagação da fé através de sua mensagem religiosa, dos atos litúrgicos e das práticas pastorais, certamente, como toda e qualquer instituição também defenderá outros interesse e buscará expandir sua influência, porque sabe que sua força e poder estão profundamente articulados ao seu relacionamento com outras instituições, ao número de sacerdotes que tiver, à quantidade de seguidores, ao crescimento institucional e à situação financeira, bem como ao intercâmbio que estabelece com os poderes constituídos, sua inserção no universo das relações econômicas e sociais e sua capacidade de atuar nas estruturas da sociedade em que se insere.

(Marchi, 1997, p 178).

³⁵O que lembra as romarias em época de seca prolongada no Nordeste. Muitas vezes primeiro há a Romaria e no momento em que essa é realizada, sua própria realização é uma espécie de mobilização para reivindicação de uma necessidade. E posteriormente a essa mobilização, pode ser que se tenha a presença do caminhão pipa que abastece sem periodicidade definida as regiões. Em que momento de fato o “milagre” se estrutura ou se efetiva? Na hora em que o sacerdote e a comunidade pedem chuva ou alguma outra forma de aliviar os problemas gerados pela seca ou na hora que o político traz o caminhão com água? Para muitos pode ser que o milagre se “efetive” na ação dos dois.

Segundo as palavras de Marchi (1997), os líderes religiosos que são lideranças reconhecidas pelos membros de uma comunidade religiosa em seus momentos de adoração, podem, utilizando estes mesmos dons de liderança e influenciar com maior ou menor consciência disso, outras áreas de vida dos fiéis. Essa dificuldade de separação permite que em muitos momentos a influência do sacerdote se manifeste em assuntos ao menos aparentemente distantes de sua alçada. Por isso suas palavras podem ser eficientes também nos pontos de cruzamento da religião com outros componentes sociais (Bourdieu, 2001). Em assuntos religiosos e mesmo naqueles fora da alçada da religião.

No caso dos sacerdotes católicos, justamente por serem líderes da grande maioria, acostumaram a se manifestar em nome de parcelas tão extensas da população, que em muitos momentos sentiam-se como representantes de toda a nação. Daí parece ter vindo grande parte da tradição dos líderes católicos de pensarem na nação.

São reconhecidos pela maioria esmagadora da população como pessoas que se manifestam em seu nome, e em muitos momentos se sentem seus representantes. Sobre isso, o Jornal Gazeta Goyana (de orientação católica) de 13 de Setembro de 1890, em uma reportagem de primeira página sobre a força política dos católicos, pode ser citado como exemplo desta conduta:

Bravo, bravíssimo! O *Goyaz* (um outro jornal da cidade – grifo nosso) rendeu-se e francamente confessa que *o povo é religioso!*
... a religião que entre nós felizmente domina é a catholica apostólica romana .
Não compreendemos como possa um povo catholico concorrer para o aniquilamento de sua religião e como nosso povo que é religioso como cremos e como afirma o *Goyaz* não poderá mostrar incoerência.
(Jornal Gazeta Goyana, 13-09-1890, p. 2).

Assim segundo a reportagem, o povo goiano é católico. Os autores do artigo acima, ao se referirem a esta igreja e aos seus interesses e os colocam como interesses da nação. Pois são poucos os que não assumem, ao menos oficialmente,

sua condição de católico. A minoria não católica acaba por ser incluída. Em muitos momentos o clero católico fala em nome de todos os habitantes. Sobre isso, o Jornal Gazeta Goyana, ainda nos diz que:

Ora a religião que entre nós felizmente domina é a catholica, apostolica, romana. Sendo assim como um povo preso a Jesus Christo pela verdade do Evangelho poderá votar em uma chapa de atheus ou de indiferentes?...uma nação catholica não pode apostatar dos princípios salvadores da religião (Jornal Gazeta Goyana, 13-09-1890, p.1).

A população mesmo convivendo com práticas nem sempre condizentes com o recomendado pelos sacerdotes católicos, oficialmente tendeu historicamente a se dizer católica. De posse disso os representantes do catolicismo acabam em muitas situações se manifestando em nome de toda a população a ponto de em caso de diferenças com os líderes políticos (também católicos, ao menos publicamente), criarem um partido para defender seus interesses que, segundo os próprios autores, mesmo sendo interesses católicos, são chamados de interesses da nação. Sobre a criação deste partido católico, o documento a seguir nos diz que:

Mas perguntamos: o partido catholico que actualmente pleiteia as eleições é um partido puramente político? Quaes seus fins? O Goyaz (um outro jornal que questionava a validade e legitimidade do estatuto do partido católico - grifo nosso) sabe e já o disse: queremos a reivindicação dos direitos da Santa Igreja, queremos a reivindicação dos direitos de uma classe inteira que foram espezinhados por amor a meia dúzia de individuos, com descontentamento de toda população do Brazil (Jornal Gazeta Goyana, 18-09-1891, p1.).

Conforme o documento acima, ir contra os interesses da igreja Católica era ir contra os interesses do povo brasileiro. Mesmo em meio a muitas outras formas minoritárias de manifestação de fé, era constantemente chamada de “a Igreja”. Sua condição majoritária permitia que, utilizasse deste pseudônimo. Conforme uma das

frases do discurso do jornal Gazeta Goyana: “uma nação catholica não pode apostatar dos princípios salvadores da religião.” Aparentemente há ligação entre o ao menos oficialmente se declarar católico e a maioria absoluta da população.

Independente do projeto de criação de um partido católico ter se mostrado viável ou não, frente a essa postura a ação comunicativa tem pouco espaço para se manifestar. Já que os interesses da maioria católica são considerados como os interesses da nação, e por isso estando acima da preocupação em se ouvir os possíveis argumentos de outras minorias religiosas, incluindo a minoria protestante. Incluindo nessa dificuldade de manifestação de protestantes e membros de religiões minoritárias os jornais da época. Já que artigos em jornais escritos por evangélicos nesse período eram exceções³⁶.

De fato, a relação de desconfiança entre católicos e protestantes tinha muitos pontos de tensão. Um deles é que para parte dos membros do clero católico, o protestantismo era uma heresia que deveria ser combatida nos púlpitos. Não apenas na passagem do século XIX para o século XX, que é o período dos artigos do Jornal Gazeta Goyana anteriormente citados, mas também em um período posterior a esse. A carta de 1960 de Dom Prudêncio Gomes da Silva, Bispo de Goyaz, endereçada às dioceses goianas e tendo como tema principal a reforma protestante e a atuação de protestantes em Goiás deixa clara esta posição. As páginas 17 e 18 desta carta nos dizem que:

Do protestantismo tiraram a sua origem todos os erros políticos-sociaes que perturbam as nações modernas.

De fato, affirma o Santo Padre Leão XIII, a pretendida *reforma*, cujos fautores e caudilhos, com suas novas doutrina, fizeram crua guerra aos poderes ecclesiasticos e civis, foi acompanhada de repentinos tumultos e

³⁶ Conforme pesquisa em arquivo da atual Cidade de Goiás, em todo o Estado, nos cinco periódicos mais importantes dos séculos XVIII e XIX, apenas o jornal O Democrata publicava com alguma regularidade artigos escritos por protestantes nos periódicos goianos. Sendo esses cinco jornais mais importante: Matutina Meiapontense, Santuário de Trindade, O Goyaz, Gazeta Goyana e O Democrata. O jornal O Democrata publicava um artigo escrito por evangélicos e em seguida dava o direito de resposta aos católicos. Além disso, fazendo também o procedimento contrário.

rebeliões adaciosas, sobretudo na Allemanha, que causaram taes mortandades e dissensões civis tão sangrentas, que quase não houve lugar que não se visse assolado de revoluções e não fosse inundado de sangue fraterno.

Daquela heresia nasceram, o seculo passado, essa fementida philosophia e esse direito que chamão *novo*, a soberania popular e essa desenfreada licença que muitos julgam ser unicamente liberdade, dahi se passou as pragas confinantes do *communismo*, *socialismo*, *nililismo*, monstruosas calamidades, negros verdugos e quasi sepulchros da sociedade civil, *Encycl. Diuturnum de 29 de Jun. de 1881*.

Isso mesmo por igual, motivo, se deve dizer do anarchismo...

(Silva, P. 1960, p. 17 e 18)

O texto de Dom Prudêncio G. Silva enfatiza que o abandono, por parte dos protestantes, das práticas católicas trouxe sérios problemas para a cristandade. Postura que demonstra similaridades com as formas de dominação indicadas por Weber (1994), com destaque para a dominação tradicional.

Já que para Weber, na dominação tradicional se obedece a alguém pelo caráter quase sagrado da tradição que esse representa. Sendo esse caráter quase sagrado um dos motivos pelos quais não se deve romper com essa tradição. No caso do surgimento do protestantismo houve rompimento com a hierarquia religiosa e com práticas com as quais constantemente se fazia questão de demonstrar ter ligação com o Apóstolo Pedro, e a partir disso, demonstrando a força da tradição sobre a qual se assentava.

Nas entrelinhas das palavras de Dom Prudêncio, a Reforma Protestante se volta contra toda essa tradição; já que Dom Prudêncio diz que:

De fato, affirma o Santo Padre Leão XIII, a pretendida *reforma*, cujos fautores e caudilhos, com suas novas doutrina, fizeram crua guerra aos poderes ecclesiasticos e civis, foi acompanhada de repentinos tumultos e rebeliões adaciosas, sobretudo na Allemanha, que causaram taes mortandades e dissensões civis tão sangrentas, que quase não houve lugar que não se visse assolado de revoluções e não fosse inundado de sangue fraterno

(Silva. P. 1960, p. 17)

Guerras, mortes, calamidades a partir do rompimento dos reformadores com a tradição, e com aqueles que de alguma forma se sentem guardiões dessa tradição como são Dom Prudêncio e também o Papa Leão XIII. Em relação a esse tipo de dominação, segundo Weber:

Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria santificada pela tradição: por fidelidade. O conteúdo das ordens está fixado pela tradição, cuja violação por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio, que repousa exclusivamente na santidade delas.

(WEBER, 1994, p. 351)

A dominação ligada à obediência santificada pela tradição, e no caso do surgimento do protestantismo, o abandono dessa mesma tradição, dessa obediência ao que foi santificado pela tradição acaba produzindo pontos de tensão.

Fatores como esses reforçaram a tradição do protestantismo de relativo distanciamento da política. Afastamento que se fez presente em Goiás nos séculos XVIII e XIX, continuou pelo século XX influenciando inclusive a nova capital que surgia. Já que também na História de Goiânia, há vários momentos que podem ser utilizados como exemplo desta postura.

3.5 - Goiânia: catolicismo, protestantismo e política

Em Goiânia a relação entre catolicismo e política se mostra no culto de fundação da nova cidade, realizado com a presença oficial apenas de sacerdotes católicos (Morais, 2003). Como se a celebração Católica resolvesse os problemas de fé de toda a população. Incluindo as necessidades das ligadas a outras religiões.

Também em Goiânia, um outro exemplo desta postura foi a tomada do poder por militares no Brasil em 1964. Parte da população, incluindo muitos estudantes, se rebelou contra o governo militar, organizando passeatas contra suas ações. Mais diretamente contra o assassinato do estudante Edson Luís em 28-03-1968, no Rio de Janeiro (Duarte, 1996).

Mesmo sem permissão da polícia e do Governador, no dia 01 de Abril, os estudantes saíram em passeata com faixas contra a censura e a perda de direitos de opositores do regime militar. Nisso, nas proximidades da Praça Cívica foram perseguidos pela polícia.

Um lavador de carros, confundido com o atual Vereador Euler Ivo, foi morto pela polícia. Parte dos manifestantes se refugiou na casa do Arcebispo D. Fernando Gomes do Santos, que intermediou a saída dos estudantes sem que a polícia novamente os perseguisse (Jornal Folha de Goyaz, 03-04-1968).

No dia 02 de Abril houve novo protesto. Agora pela morte do lavador de carros que havia falecido nos protestos do dia anterior. Novamente os manifestantes foram perseguidos e, mais uma vez, se refugiaram nas dependências da Igreja Católica, desta vez na catedral. A polícia ali entrou e feriu a tiros dois manifestantes. Com a chegada do secretário da SSP-GO e a atuação de D. Fernando e D. Antônio Ribeiro, os ânimos se acalmaram (Duarte, 1996).

Mais que o seu desfecho, interessa aqui a atuação dos participantes destes acontecimentos. O Arcebispo Dom Fernando não foi escolhido ao acaso como intermediador. Era um líder reconhecido e respeitado pela maioria dos manifestantes e policiais pela sua autoridade de Arcebispo católico, aliado ao seu carisma pessoal.

Não há relatos de missionários protestantes com essa autoridade. Euler Ivo, um dos líderes destas manifestações ao ser perguntado, em entrevista, do motivo de terem procurado em vez de um templo evangélico ou a casa de um pastor (já que na região também havia igrejas protestantes) a catedral e a casa do arcebispo para refugiarem-se, afirmou que: “O Arcebispo era a pessoa mais indicada justamente pela sua condição de arcebispo. Era respeitado” (Entrevista de 22-06-2004). Ainda na citada entrevista, ao perguntarmos se pensou em procurar auxílio de um pastor o Vereador respondeu: “Não. Naquela época não tinha assim tantos protestantes”.

Segundo palavras do ainda Vereador Euler Ivo, pode se concluir que o sacerdote católico era o líder da maioria da comunidade. Líder espiritual com

caminho aberto para transitar em todos os segmentos sociais presentes na contenda. Por isto, sua intermediação era procurada.

Em Goiânia, um outro exemplo desse mesmo tipo de situação são os movimentos de ocupação urbana, comuns entre 1979 e 1990. Bairros como o Jardim Nova Esperança, surgiram da invasão de áreas públicas e particulares. No caso específico, a área invadida em 1979 era a fazenda Caveirinha, que foi seguida em 1980 de várias outras invasões. Entre elas as do Parque Areião, Avenida Goiás, Setor Novo Mundo, Jardim Botânico, Jardim Ana Lúcia, e outras mais. Em todas elas, os membros da denominação cristã mais atuante eram os católicos, presentes nos dois lados da contenda³⁷.

Uma reportagem do jornal Folha de Goyaz (09-11-1980, p. 8), intitulada: *Invasores Consultam Padre Ivo*, citava acontecimentos em uma destas invasões, e nos fala da busca de conselho por parte dos invasores junto ao clero católico. Não apenas conselhos, mas também intermediação em seu favor junto às autoridades. No caso do Padre Ivo, segundo a reportagem, esse era considerado um líder que, além de aconselhar sabiamente os invasores, também poderia, pessoalmente ou através de outros clérigos católicos, levar as reivindicações até as autoridades, ser ouvido por elas e muitas vezes voltar com algum tipo de resposta.

O padre e o restante do clero católico fazem parte de uma instituição que é reconhecida sua presença e força em todos os segmentos da sociedade. A partir das palavras de Duarte (1996) é possível dizer que nas invasões em Goiânia entre 1978 e 1990 a maioria dos participantes da contenda tinha em comum o catolicismo³⁸.

³⁷ O Jornal Folha de Goyaz traz uma série de reportagens sobre estas invasões. Dia 06-10-1979 na página 8 do dia 06-10-1979, nos fala sobre a invasão que hoje é o Jardim Nova Esperança (Fazenda Caveirinha). Intitulada: "Tratores e Caminhões Destroem Casas na Fazenda Caveirinha". Em reportagem do dia 06-10-1979, p 9, uma reportagem sobre a desapropriação de lotes da invasão do Parque Areião, que seriam vendidos a preços módicos aos invasores. No dia 26-07-1980, p.8 uma reportagem sobre a invasão de áreas da Avenida Goiás Norte. Dia 14-08-1980 p. 20, Sobre a desapropriação da área invadida do que hoje é o atual jardim Ana Lúcia, e sobre a atuação da Igreja Católica neste processo. Dia 04-11-1980, p.7 sobre a invasão no Setor Novo Mundo. Em todas estas reportagens, é notória a atuação da Igreja Católica, que tinha livre acesso aos dois lados da contenda. Afinal, apesar de alas diferentes, eram católicos discutindo com outros que também se assumiam católicos.

³⁸ Enquanto uma parcela dos membros das lideranças católicas podia ser considerada de vanguarda, outra parcela era conservadora e favorável à atuação de governos autoritários (Duarte, 1996). Fato que não impedia que a Igreja Católica fosse vista como intermediadora de peso.

Esse relativo distanciamento se torna uma das características do protestantismo, e chamou pouca atenção até as décadas de 1970 e 1980. Quando se presenciou o surgimento ou (no caso de denominações já existentes) a modificação de posturas tradicionais no trato com questões sociais.

Essa nova postura foi essencial para que, a partir da década de 1980, dentro do protestantismo, o segmento pentecostal se destacasse em crescimento e atuação mais incisiva em questões sociais culturais e políticas. Surgindo então uma nova forma de relação entre uma parcela das igrejas protestantes e as questões políticas. Conforme se verá nos dois próximos subitens, que destacarão os elementos principais motivadores a essa mudança de postura.

3.6 – O Último Quarto do Século XX: os pentecostais e a política

No século XX, entre as décadas de 1930 e 1960, no Brasil, houve mudanças significativas. Tais como parte da industrialização do país e o surgimento de uma classe de trabalhadores em grande parte operários, que se uniam para reivindicar benesses tais como melhores salários e condições trabalho (Maia, 2006).

Nesse período, nas cidades, uma parte desses trabalhadores freqüentava os trabalhos das ainda recentes igrejas pentecostais. Esses operários pentecostais, em maioria, ligados às igrejas *Assembléia de Deus* e *Congregação Cristã no Brasil*, passaram a fazer parte de associações que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho. Com isso contribuindo para o início do ainda lento processo de redução da distância entre questões sociais e pentecostalismo (Maia 2006).

Esse ainda tímido e lento processo que aproxima protestantismo e questões sociais, não chega a ter muitos incentivos com a chegada dos governos militares na década de 1960, quando a censura, os direitos civis, os embates armados e as torturas passam a ser uma das marcas da política brasileira. O que poderá ser percebido por meio da entrevista com os ex Deputado Estadual de Goiás Tarzan de Castro.

No fim do ano de 64 Para derrubar o Mauro (Governados de Goiás-grifo nosso), eles fizeram a segunda leva de prisões. Nós fomos chegando ao 10º BC e caímos na tortura imediatamente. Eu não sou e ninguém é herói, mas o fato é que eu não concebia aquilo, eu fui barbaramente torturado e denunciei a tortura. As notícias saíram na imprensa nacional. O Pedro Ludovico fez discurso sobre a minha tortura. Eu denunciei que fui torturado com choques, pancadas, queimaduras. Citei o nome dos caras. O coronel Danilo, o comandante, era um conspirador tradicional desse grupo ideológico e policialesco, era o mão-de-ferro, já tinha sido delegado do DOPS no Rio de Janeiro. Ele veio para cá, com a missão da linha dura, para derrubar o Mauro, então ele envolveu o Mauro num IPM (Inquérito Policial Militar – grifo nosso). Nós denunciemos isso e houve um escândalo nacional, o Pedro Ludovico fez denúncias no Senado, na imprensa nacional. Aí eles juntaram os torturados, que éramos eu, o João Batista Zachariotti , o Simão e o Paulo, e nos levaram para Brasília. Eu me lembro de que estava preso num compartimento do 10º BC, quando o coronel Danilo chegou e disse: ‘Olha, eu vim cá para avisar a vocês que vocês serão transferidos e, para o bem e a saúde física e mental de vocês, esqueçam tudo que aconteceu aqui. Do contrário vocês não serão mais seres vivos. Está entendido?’ (Tarzan de Castro, entrevista gravada e anotada em 20-10-2006).

Então, durante grande período dos governos militares nem sempre era “aconselhável” discutir vários temas. Não apenas a violência, mas também a censura, e a desinformação. O que não chegou a ser um grande incentivo para uma maior aproximação entre protestantes e política. Sendo que essa aproximação teve novo impulso somente a partir do final da década de 1970, com o ainda tímido início do processo de ampliação dos direitos de manifestação e com ele de maior liberdade política no Brasil.

Nesse espaço para discussões de temas públicos surgido ao final dos governos militares, vários temas foram colocados em discussão. Sendo essa gama de temas um dos motivos para essa presença numérica maior do que em outras épocas de parlamentares ligados ao protestantismo. Um dos momentos de abertura de espaço e de presença mais marcante de evangélicos na política foi a Assembléia Constituinte de 1988. Entre os deputados federais eleitos para a organização da

nova Constituição brasileira havia 33 deputados evangélicos (Martins, 1994). Um número até então sem paralelos na Câmara dos Deputados.

Entre eles a preocupação com os rumos que a Constituinte deveria tomar, o temor da excessiva influência do catolicismo, e partir disso a preocupação com temas variados tais como a proibição ou legalização do aborto são segundo Novaes ; Mafra (2002) parte dos motivos dessa maior presença

Foi nesse contexto que a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) se estruturou na Constituinte de 1988. A FPE é composta de deputados federais e senadores evangélicos, e tem como um de seus intuitos a atuação na Câmara e Senado Federal de acordo com os interesses desses mesmos evangélicos³⁹ (Mafra, 2000). De fato, em âmbito nacional, a FPE não é a única instituição de atuação política criada por evangélicos.

Se a FPE foi estruturada em meio à Constituinte de 1988, posteriormente, em 2002 foi criado o Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP). Iniciativa do Bispo Robson Rodovalho da Igreja *Sara Nossa Terra*. Oficialmente, entre os objetivos do FENASP está o apoio às ações sociais e políticas que estejam em acordo com o que consideram ser os valores bíblicos. (Conforme dados do site www.fenasp.com, acessado em 20-12-2006).

Tanto no caso da FPE, quanto no caso do FENASP, a maioria dos seus integrantes são pentecostais. Sendo também que a FPE e o FENASP surgem em um período em que ganham força projetos que ao menos oficialmente visam o afastamento do uso do poder e da violência e se aproximam de ações que ao menos com maior constância visam o entendimento. Esse propósito de entendimento se mostra por meio da maior liberdade de expressão e da possibilidade de por meio disto ao menos parcialmente se levar em conta o que defendem as partes envolvidas em uma discussão.

E é justamente nessas décadas que surgiram três das quatro igrejas que com maior destaque são analisadas nesse trabalho. A *Igreja Universal*, fundada em

³⁹ No capítulo IV há maiores detalhes sobre a forma de atuação da Frente Parlamentar Evangélica

1977 e as Igrejas *Sara Nossa Terra*, e *Fonte da Vida*, que embrionariamente surgem no final da década de 1980 fazendo parte da igreja Comunidade Evangélica. Sendo que dessa Igreja se separam em 1992, a *Sara Nossa Terra* e em 1994 a *Fonte da Vida* (Mariano, 2004).

Além do que, foi também nas décadas de 1970 e 1980 que a *Assembléia de Deus* que ainda timidamente havia iniciado a maior preocupação com problemas que envolviam outras parcelas da sociedade, dá novo impulso a esse processo. Passando por transformações em suas doutrinas e costumes, e a partir dessas mesmas transformações, também ela acabou por se voltar para a política.

Essa aproximação permitiu que com frequência cenas de políticos dos mais variados partidos e filiações religiosas procurassem demonstrar ter no mínimo boa relação com as lideranças das igrejas protestantes. Sobre isso, em Goiânia, no dia 17 de Fevereiro de 2002, uma cena em um culto especial em homenagem à família, na *Igreja Fonte da Vida* marcou a campanha política de 2002. No início deste culto, o evangélico e candidato pelo PMDB ao Senado por Goiás, Íris Rezende, e o católico Governador do Estado e candidato à reeleição, Marconi Perillo, receberam lado a lado em frente ao púlpito e frente às mais de três mil pessoas (em sua maioria evangélicos) presentes a bênção do pastor César Augusto.

Ao contrário da fuga da política, a valorização da presença das autoridades enquanto representantes políticos e não apenas como fiéis. A bênção e a oração efetuadas naquele momento se voltaram para pedidos de iluminação por parte de Deus para as ações políticas dos então candidatos a Governador e ao Senado. Sendo que após o término do culto os dois candidatos fizeram questão de cumprimentar grande número dos ali presentes⁴⁰. Em um procedimento que, mais do que aos interesses estritamente ligados à fé parece ter ligação com práticas de campanha política. O momento da bênção é retratado pela foto a seguir:

⁴⁰ Conforme análise dos dados presentes na reportagem do Jornal o Popular do dia 18 de fevereiro, que narra os acontecimentos ligados ao culto.

Figura 11 - Marconi Perillo e Iris Rezende Oram Juntos em Culto



A iniciativa para este encontro e bênção lado a lado aos dois líderes políticos foi do Apóstolo César Augusto. Que parece ter as características do líder carismático descrito por Weber (1994)⁴¹. Sacerdote que iniciou seu ministério ano final dos anos 80, já no período de maior valorização da política por parte dos evangélicos. Que naquele momento, ao abençoar os dois candidatos, se mostrou capaz de caminhar ao lado dos principais representantes dos dois partidos políticos que, publicamente, mostram a maior animosidade no Estado de Goiás.

⁴¹ No caso do carisma essa afirmação é efetuada a partir de dados do capítulo II, em que se discorre sobre a dominação carismática. Em relação a fundação de uma nova igreja a partir das bases de uma anterior, se faz referências ao capítulo I, em que se discorre sobre a fundação da Igreja *Fonte da Vida*.

Independente de esses representantes políticos oficialmente se declararem católicos ou evangélicos.

3.6.1 - Fé e Política: a nova aliança

Quando se discorre sobre a maior aproximação entre política e protestantismo não se faz referências a todas as igrejas protestantes. Algumas das maiores igrejas ligadas a esse segmento, tais como as Testemunhas de Jeová e a Congregação Cristã no Brasil continuam a evitar se envolver na mesma proporção que os demais evangélicos em questões políticas.

Em relação a essas denominações, a herança da tradição de separação mais radical entre espiritualidade e questões sociais, que era uma das marcas do protestantismo tradicional do Brasil, e que também é uma das marcas do pentecostalismo que congregava parte da população de pele branca dos Estados Unidos e que chega ao Brasil com as primeiras denominações pentecostais ainda parece mostrar sua força (Melo, 2006).

Em relação às testemunhas de Jeová e também da Congregação Cristã no Brasil, essa conduta não tem impedido que seus números continuem a se elevar consideravelmente. Porém, apesar de apresentarem números relativamente expressivos, seus atuais percentuais de crescimento, muito superiores aos das igrejas tradicionais. Já que segundo o recenseamento de 2000 do IBGE, a Congregação Cristã no Brasil, que foi a que mais cresceu entre as igrejas pentecostais que continuaram distantes da política e da mídia via rádio, jornais e televisão, teve um crescimento de 37,7% entre os anos de 1991 e 2000, passando de 1,6 milhões de fiéis em 1991 para 2,2 milhões.

Números que mesmo chamando a atenção, entretanto sem ser tão expressivos como os conseguidos por parte das igrejas pentecostais que se aproximaram da política. Com destaque para a *Igreja Universal e Assembléia de*

Deus. E também e em percentuais também sendo menos expressivo do que o de igrejas menores tais como a *Fonte da Vida* e *Sara Nossa Terra*. Porém mesmo sendo menos expressivos seus números são consideráveis. A partir desses fatores, essa mudança de postura que se discorrerá nessa parte do trabalho diz respeito à maioria das igrejas pentecostais, mas não a todas elas.

3.7 - Os Discursos de Justificativa da Maior Presença na Política

No protestantismo a partir de 1970, o lento processo de aproximação com questões sociais ganha força à medida que o número de novos membros tem sua elevação acelerada. Alguns desses novos membros com tradição de atuação política mais incisiva (Morais, 2003). Com isso também acabando por influenciar nestas questões, e permitindo que temas políticos/sociais em muitos momentos passassem a ser tratados a partir da perspectiva levantada por Cavalcante em um artigo da revista evangélica *Ultimato* (Novembro de 1986) pode auxiliar na compreensão dessa questão:

E de repente os evangélicos estão redescobrimo a realidade política. Alguns estão como adolescentes em bailes de debutantes, deslumbrados com as luzes do salão... Igrejas que até bem pouco tempo eram capazes de excomungar quem falasse no assunto, este ano estão lançando candidatos oficiais com papel timbrado e tudo, monoliticamente, em prejuízo dos membros que pensam diferentemente... procura-se minimizar a importância do ideológico e do partidário, mas, a esmagadora maioria opta por partidos conservadores [...] (Cavalcante, 1986, p. 5-6)

Protestantes sendo comparados a debutantes e agindo como aqueles que descobrem um mundo novo. O Pastor Caio Fábio, também em artigo publicado neste mesmo número da revista *Ultimato* (Novembro de 1986), chega a criar uma cartilha do voto protestante na qual diz que, antes de votar, os protestantes devem analisar os seguintes aspectos:

1 Saúde - como vai? 2 Educação é boa? 3 Habitações são suficientes? 4. Distribuição de terras é justa? 5 Lazer, existe? 6. Providência tem sido eficaz? (o que parece ser um erro de digitação. Ao que tudo indica o que se desejava escrever é a palavra *Previdência*) 7 Custo de vida- pode ser controlado? 8- Salários dão para viver? 9 Emprego/desemprego - quais os índices? (Filho, C. 1986, p.7- 9)

Nos dois discursos trazidos nos parágrafos anteriores o destaque é dado para temas que se voltam para a necessidade de toda a sociedade e não para segmentos específicos, e também para a necessidade de maior preocupação com as questões éticas na política. Sendo essa maior necessidade de ética na ação política e as questões sociais mais gerais, dois dos temas que ao menos na teoria serão uma das marcas mais presentes nas justificativas dos protestantes para sua maior presença na política. Conforme se verá posteriormente com mais detalhes.

De fato, na década de 1980, não foram apenas os protestantes que descobriam o “mundo novo” da política. Toda a população brasileira provava da liberdade política ao menos em parte perdida há quase duas décadas. A diferença é que a tradição histórica de envolvimento com a política que acompanhava a maioria da população católica e que, anteriormente, era menos presente nos evangélicos, agora surgia também em seu meio. Também publicado na Revista *Ultimato* em Novembro de 1986, um segundo artigo de autoria do pastor Caio Fábio (1986), também reconhecendo a “novidade política” no meio evangélico nos diz que:

A igreja evangélica brasileira está febril. Aliás, talvez eu esteja sendo brando. De fato ela está delirando de febre. Só que desta vez a temperatura é política. E o termo usado por mim não na perspectiva poética, mas médica. A febre é doentia.

Tendo vivido quase sem pulso e semi-morta- politicamente- falando durante anos, a Igreja agora deu sinais de vida, mas não de cura. A temperatura gélida deu lugar a um calor descontrolado. Impõe-se ainda que haja médicos à cabeceira. Se no passado a palavra política era palavrão, o discurso político era execrado, agora, entretanto, até os “jardineiros da Igreja” estão aproveitando o contato com muita gente no mesmo lugar, domingo de manhã, para lançarem sua candidatura à uma

´vereança` qualquer da vida. Não que os jardineiros não tenham tal direito, mas nossa alusão é ao oportunismo reinante (Filho, C. p. 7-9)

Em seu artigo, o Pastor Caio Fábio fala do surgimento de vários candidatos, muitos aproveitadores ou sem experiência, querendo atrair a atenção do eleitorado evangélico. Porém, seu discurso também se volta para um elemento que a partir de então será uma das marcas da relação entre política e evangélicos que é a busca de justificativas para procurar atuar com maior visibilidade nas questões ligadas à política. Muitas dessas justificativas passaram a ser buscadas na própria Bíblia. A *Sara Nossa Terra*, em seu *site* na internet, traz o seguinte comentário:

Os cristãos têm-se omitido por muitos motivos, entre outros, porque não querem se envolver com política por decepções no passado, por medo de se corromperem, mas estes motivos não são aceitos diante de Deus. Vemos inúmeros registros bíblicos, onde Deus intervém na situação política de uma nação, principalmente quando o Seu povo decide clamar e agir de maneira prática... vemos Deus agindo com benevolência com algumas nações, quando estavam sob o governo de seus servos, como no caso do Egito quando José era governador. Imagine se José se omitisse ao cargo político a ele oferecido (Rodvalho, R. porque a ação política? www.saranossaterra.com.br, acessado dia 15-08-2002.)

Não que necessidade de ordenação bíblica ou mesmo necessidades da grande maioria da população seja o único guia. Os interesses das denominações também são destacados nos cultos. Segundo palavras do Bispo Rodvalho, em sermão proferido na sede estadual da Igreja *Sara Nossa Terra* em Goiânia no dia 20-05-2006:

Irmãos sem atuar politicamente não há como crescer. A política é muito importante para se conseguir espaço. Senão logo logo esse crescimento começa a incomodar e começam a aprovar leis contra o povo de Deus (Rodvalho, Goiânia, da *Sara Nossa Terra*, 20-05-2006).

Essa justificativa também é utilizada por outros líderes pentecostais. Porém, em grande parte dos momentos que se discorre sobre a política, essas justificativas

ligadas a uma ou mais denominações não têm maior destaque que outras que se voltam para a coletividade.

O que pode ser constatado pelo pronunciamento do Bispo Rodovalho no momento de sua Posse como Deputado Federal por Brasília em 2006. Tendo sido eleito com um pouco mais de 68.300 votos, conforme dados do TSE. O site do FENASP divulgou seu discurso de Posse, que acima de outros fatores se voltava para os seguintes temas:

Esse é um momento de alegria e emoção, pois lutamos muito para isso. Chegamos até aqui com o apoio, as orações e ajuda de muitas pessoas que trabalharam conosco. Vou tomar posse e me preparar para representar a altura das expectativas das pessoas e do nome que nosso Deus merece. Graças a Ele essa etapa está cumprida e agora começa o mais importante, que é o resgate do Brasil na Câmara, trazendo moralidade, honestidade e transparência, além de esperança para nosso povo sofrido...
(www.fenasp.com acessado em 12-02-2007)

E também nesse contexto, que em Goiânia e em Goiás a relação mais próxima entre política e protestantismo pôde ser constatada a partir da ascensão do número de representantes do protestantismo na Câmara Municipal de Goiânia, Assembléia Legislativa também em Goiânia e Câmara e Senado Federal.

Esses representantes políticos que gradativamente se elevam, em 2006 alcançaram números superiores aos de qualquer outra época. Nesse ano, em Goiás, conforme dados da Associação Evangélica Brasileira 14 prefeitos e 264 vereadores se declararam evangélicos. Enquanto em Goiânia atualmente, esses são os representantes políticos que de alguma forma atuam na cidade e que tem ligação com os evangélicos:

Figura 12 - Cargos Públicos Ocupados por Membros de Denominações Evangélicas Eleitos com Apoio Dessas Denominações

Nome	Cargo Ocupado	Denominação com a qual tem maior ligação
Íris Rezende*	Prefeito de Goiânia	Igreja Cristã Evangélica
Íris Araújo	Deputada Federal	Igreja Cristã Evangélica
João Campos	Deputado Federal	<i>Assembléia de Deus</i>
Daniel Messac	Deputado Estadual	<i>Assembléia de Deus</i>
Fábio Sousa	Deputado Estadual	<i>Fonte da Vida</i>
Francisco Oliveira	Deputado Estadual	<i>Fonte de Vida e Assembléia de Deus</i>
Samuel Almeida	Deputado Estadual	<i>Assembléia de Deus</i>
Thiago Peixoto	Deputado Estadual	<i>Assembléia de Deus</i>
Pastor Rusembergue	Vereador	<i>Igreja Universal</i>
Abdiel Rocha*	Vereador	<i>Fonte da Vida</i>
Amarildo Pereira	Vereador	<i>Assembléia de Deus</i>
Anselmo Pereira	Vereador	Evangélico sem declaração de denominação
Cida Garcez	Vereadora	<i>Assembléia de Deus</i>
Deivison Costa	Vereador	<i>Assembléia de Deus</i>
Wanderlan Renovato	Vereador	Igreja de Cristo
Misael Oliveira	Vereador	Igreja Videira
Josué Gouveia	Vereador	<i>Assembléia de Deus</i>

Fonte Arquivos da Câmara Municipal de Goiânia, Assembléia Legislativa e www.camara.gov.br acessado em 18-2-2007

* Apesar de freqüentador dos cultos, o apoio a Abdiel por parte da liderança da denominação não chegou a ser oficial nas últimas eleições. Enquanto Íris Rezende mesmo sendo eleito prefeito com apoio da denominação fez campanha política que se voltou para outros segmentos da população.

Os deputados estaduais, federais e vereadores da tabela anterior são aqueles que publicamente se assumem evangélicos e veiculam essa condição em sua propaganda eleitoral. Números que com exceção da Câmara municipal não são proporcionais à quantidade de evangélicos da cidade, mostrando uma representação

política inferior ao seu percentual numérico. Porém, são números que estão entre os mais expressivos na história de Goiânia e do Estado, e são um indício da maior preocupação com essas questões. E essa maior presença de evangélicos na política, inclusive com pastores candidatos acaba por ser mais um fator a dificultar a percepção de quando um sacerdote primeiramente age como líder religioso de sua ação em primeiro plano como membro de uma sociedade que se volta para questões políticas e sociais. Relação de proximidade e influência que pode ser demonstrada pelos dados do ESEB

Figura 13 - Determinantes da Escolha do Partido Político

Religião	Evangélica	Católica	Espírita*	Sem Religião
Programa do Partido	13,0	15,6	24,0	18,9
Ser um Partido de Gente Honesta	51,8	59,7	56,0	60,6
Atuação Passada de Seus Representantes	9,4	7,0	11,0	8,8
O Tipo de Pessoa que o Partido Representa	5,0	6,9	9,4	6,5
Ter Amigos e Parentes no Partido	2,2	3,1	1,1	2,9
Ser Apoiado por Autoridade Religiosas	18,6	7,7	2,2	2,4

*Em espíritas estão adeptos do candomblé, umbanda e kardecistas Fonte: ESEB, 2000

Segundo dados do ESEB⁴² existe relação entre liderança religiosa, candidato e partido político. Esse poder que tem o líder de utilizar no sentido utilizado por Weber (1982) a autoridade que emana da instituição com a qual esse tem ligação, no protestantismo, mais que nas outras religiões é um dos fatores a ser levado em conta no momento em que os protestantes escolhem um determinado candidato.

Autoridade não para gerar as instituições políticas e o poder. Mas para se apossar dele e dele se utilizar. Pois conforme Arendt (2003) essas instituições são anteriores aos homens que delas se utilizam. Aparentemente a autoridade é utilizada para influenciar para qual candidato irá o apoio do fiel.

Conforme Freston (2002) e conforme os próprios dados do ESEB, essa influência não é total. Já que há sempre um número expressivo de fiéis que pouco ou nada é influenciado pela posição da liderança. Porém os números da tabela anterior chamam a atenção, e mostram que na relação das lideranças com uma parcela dos fiéis, o poder de influência dos primeiros não deve ser desprezado. A força da liderança ou conforme Habermas (2003) aqueles que se consideram formadores de opinião dentro das denominações.

Segundo os dados da tabela anterior, entre os evangélicos o total dos que levam em conta o apoio da autoridade religiosa chega a 18,6 %. Um número que não encontra paralelos em outras das instituições religiosas mais expressivas no Brasil. Demonstrando que na esfera política a força da religião não pode ser desprezada, e que a linguagem e os discursos do líder religioso podem ser diretamente ligados às questões políticas.

Em relação a esse e aos demais temas aqui tratados, o primeiro capítulo desse trabalho voltou-se para as características gerais do protestantismo. O segundo, para os conceitos de poder, política, carisma, linguagem e discurso e o terceiro para a força da elevação dos índices de crescimento e para a mudança de sua forma de

⁴² As legendas, via dados do ESEB, a partir de agora utilizadas no trabalho se referem a pesquisas realizadas entre 31 de outubro e 28 de dezembro de 2002. Com a utilização de amostra probabilística que abrangeu todas as regiões do país, num total de 2.513 entrevistas.

atuar politicamente, analisando os argumentos presentes nos discursos que justificam essa mudança.

O próximo capítulo principalmente a partir de políticos ligados ao pentecostalismo analisará a ação prática dos protestantes nas questões políticas, buscando perceber como os políticos diretamente ligados ao protestantismo agem na esfera política, e qual a ligação dessa ação política com os interesses das lideranças, dos membros das denominações ou mesmo interesses privados de um determinado membro.

Um dos objetivos é por meio da análise dessas ações, demonstrar que o discurso que defende a maior presença na política a partir da necessidade de maior preocupação com a ética na política, e também maior preocupação com conquistas para a população em geral, são projetos que, em muitos momentos, ao serem colocados em prática não se sustentam.

Tema que será iniciado com a análise de mais discursos de lideranças protestantes.

CAPÍTULO IV

FÉ, DISCURSO E AÇÃO POLÍTICA

Reflexões em torno das ações políticas dos protestantes pentecostais serão efetuadas nesse capítulo, que se voltará, inicialmente, para comentários gerais sobre essa questão a qual será seguida de: 1 - análises de projetos de doação de áreas públicas para igrejas evangélicas na cidade de Goiânia; 2 - análise da atuação de parlamentares pentecostais da Frente Parlamentar nas instâncias federais, com destaque para políticos goianienses, buscando os pontos em que esses parlamentares atuam em conjunto e aqueles em que entre eles há divergências; 3 – análise da atuação de políticos pentecostais em Goiânia, na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa, buscando os momentos em que sua atuação se volta para os interesses de um segmento específico em detrimento da sociedade em geral, e também os momentos em que há distanciamento da transparência e da ética.

4.1 - Política e Protestantismo

A diretriz que os políticos protestantes deveriam seguir na política pode ser percebida pelas posições da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), órgão que reúne a maioria das igrejas evangélicas do Brasil (incluindo grandes igrejas pentecostais como a *Assembleia de Deus*⁴³). Oficialmente, sua maneira de atuar politicamente deveria ser igual ou bastante similar àquela que prega a cartilha do voto da AEVB.

⁴³Segundo o site da AEBV, das grandes igrejas normalmente chamadas de evangélicas oficialmente não fazem parte da AEBV a Congregação cristã no Brasil e as Testemunhas de Jeová (www.aevb.com.br, acessado em 20-08-2006)

Destacam-se entre as admoestações os seguintes pontos: 1 - a obrigação de votar de acordo com a consciência do eleitor; 2 - a preocupação em eleger políticos que em sua área de atuação, quer essa seja em uma cidade, estado ou todo o país, levem em conta a diversidade que marca as sociedades e a partir disso priorizem projetos e leis voltados para a população como um todo; 3 – a preocupação com a relação entre ética e política; 4 - a preocupação com o programa de governo dos candidatos.

“Os dez mandamentos do voto ético” (segundo a Cartilha do voto evangélico) tem as seguintes recomendações:

- O voto é intransferível e inegociável
- O cristão não deve violar sua consciência política, mesmo que um líder da igreja tente conduzir o voto da comunidade noutra direção.
- Os pastores e líderes têm obrigação de orientar os fiéis sobre como votar com ética e com discernimento. O pastor não pode transformar o processo de elucidação política num projeto de manipulação e indução político-partidário.
- Os líderes evangélicos devem ser lúcidos e democráticos. Portanto, melhor do que indicar em quem a comunidade deve votar, é melhor organizar debates multipartidários, nos quais, simultânea ou alternadamente, representantes das correntes partidárias possam ser ouvido sem preconceitos.
- A diversidade social, econômica e ideológica que caracteriza a igreja evangélica no Brasil, impõe que não sejam conduzidos processos de apoio a candidatos ou partidos dentro das igrejas, sob pena de constranger os eleitores (o que é criminoso).
- Nenhum cristão deve-se sentir obrigado a votar em um candidato pelo simples fato de ele se confessar evangélico. Os evangélicos devem discernir se os candidatos ditos cristãos são lúcidos e comprometidos com as causas de justiça e da verdade.
- Os fins não justificam os meios. O eleitor cristão não deve aceitar a desculpa de que um evangélico político votou de determinada maneira porque obteve a promessa de que, em assim fazendo, conseguiria benefícios para a igreja, sejam rádios, concessões de TV, terrenos para templos, etc.

- Os votos para presidente da República e para cargos majoritários devem, sobretudo, basear-se em programas de governo, e no conjunto das forças partidárias por detrás e tais candidaturas.
- Sempre que um eleitor evangélico estiver diante de um impasse do tipo “o candidato evangélico é ótimo, mas seu partido não é o que eu gosto” é compreensível que dê um “voto de confiança”, desde que ele tenha as qualificações para o cargo. Entretanto, é bom considerar que ninguém atua sozinho, por melhor que seja o irmão.
- Nenhum eleitor evangélico deve se sentir culpado por ter opinião política diferente da de seu pastor ou líder espiritual. O pastor deve ser obedecido em tudo aquilo que ensina sobre a Palavra de Deus, de acordo com ela.

Fonte aliança Evangélica do Brasil

Essa postura, também é recomendada por líderes influentes de denominações evangélicas, como o pastor Silas Malafaia, da *Assembléia de Deus*, de acordo com quem o evangélico não deve votar em candidato corrupto e nem em candidato que fez promessas de benesses apenas para igrejas evangélicas⁴⁴. O mesmo procedimento é recomendado também por candidatos a deputado federal de Goiás, os quais são ligados a igrejas pentecostais, como o ex Deputado Federal por Goiás, Antonio de Jesus, candidato a um mandato como Deputado Federal em 2006 (não tendo sido reeleito), que distribuiu folhetos de campanha com os seguintes dizeres:

Quando o justo governa o povo se alegra (citação bíblica)... com toda essa corrupção e escândalos degradando a nossa Nação, (Antônio de Jesus) sentiu-se na obrigação de colocar mais uma vez seu nome à disposição dos eleitores goianos, para representá-los na Câmara dos Deputados e lutar por uma política mais justa, limpa, honesta e solidária (Antonio de Jesus, entrevista anotada dia 17-09-2006).

⁴⁴ Conforme sermão proferido no canal gênese em Goiânia, no dia 17-09-06.

As posições de Antônio de Jesus em muitos pontos parecem convergir com a Cartilha do Voto ético da AEVB. Porém há que se refletir sobre os momentos em que essas regras de conduta traçadas pelos protestantes, com destaque para os pentecostais são, efetivamente, levadas em conta.

O olhar sobre a política é uma constante na maioria das igrejas pentecostais, a ponto de as estatísticas do IBGE 2000 sobre o crescimento dos evangélicos serem questionadas pelos líderes das igrejas *Assembléia de Deus* e *Igreja Universal*, que chegaram a duvidar dos dados do censo por considerarem que um percentual de 15,3% de evangélicos é um número abaixo do esperado (Pierucci, 2000).

Para Pierucci, uma das causas deste questionamento é que os números de crescimento abaixo do esperado implicam em menor poder de influência por parte do partido ou de candidatos ligados a uma determinada ala ou denominação protestante no que se refere às ações no âmbito da política.

A partir do menor número de membros nas denominações, o número de eleitores em potencial poderia ser diminuído, com o risco de redução de representantes em instâncias como as câmaras municipais, assembleias legislativas estaduais, Câmara dos Deputados e Senado, o que afetaria a capacidade deste grupo de atuar na esfera política, ainda segundo Pierucci (2000). Essa redução de capacidade de atuação acabaria por se refletir em várias situações, incluindo aquelas em que, claramente, há interesses divergentes entre os evangélicos e outros segmentos sociais.

4.2 - Os Interesses Divergentes

A ligação entre representante político e uma determinada igreja evangélica ou, em certos casos, com mais de uma dessas igrejas, pôde ser percebida por meio de acontecimentos ligados aos moradores do conjunto Romildo Ferreira Amaral, em Goiânia, que protestaram contra a doação de área pública no bairro para a

construção de um templo da Igreja Pentecostal Comunidade Cristã Jerusalém. A doação seria efetuada por meio da Lei Municipal nº 8913-2006, sancionada a partir de um Projeto de Lei do Vereador Abdiel Rocha.

Sobre esse assunto, em entrevista, F. B, membro da Associação de Moradores do bairro, disse que *‘isso é um desrespeito contra os habitantes do bairro, já que aquela área já tinha uma quadra de esportes que servia toda a comunidade e agora só vai servir aos crentes’* (entrevista anotada e gravada em 13-09-06). Os manifestantes queriam que uma comissão de vereadores fosse até o local para verificar a situação e que, posteriormente, tomasse posição a favor de um Projeto que também tramita na Câmara Municipal de Goiânia para revogação da doação (Projeto de Lei Municipal nº 224-2006, de autoria do Vereador Humberto Aidar, conforme arquivos da Câmara Municipal de Goiânia).

Um dos membros da denominação, que não quis se identificar, ao ser perguntado em entrevista sobre o que achava da reação de uma parcela das pessoas do bairro, disse que ali onde a igreja está sendo construída *‘era só mato e uma quadra velha’* e que muitas pessoas da região seriam beneficiadas com a construção da nova igreja. Conforme palavras do entrevistado⁴⁵:

- Pergunta: para quem o senhor acha que essa doação é mais interessante?

Resposta: pra a igreja e pra todo mundo. Vai ser boa pra todo mundo. A creche vai ser para a comunidade.

- Pergunta: mas e no caso daqueles que não freqüentam a igreja você acha que seria interessante ouvi-los ou não?

- Resposta: mas nós falamos com eles, mas não tem como agradar todo mundo.

- Pergunta: O senhor sabe exatamente porque uma parcela dos moradores do bairro questionou a doação? Todo mundo aqui do bairro sabia do Projeto do Vereador para a doação?

⁴⁵ O entrevistado permitiu que apenas as iniciais de seu nome (T.M.) fossem citadas.

- Resposta: *Tinha gente que não sabia. Eles queriam que antes dos lotes serem dados para a gente isso fosse conversado aqui (no bairro, grifo meu). Mas aí acho que tem gente que ia ser contra. Acho que tem gente que não entendeu que creche vai ser boa para todo mundo. Depois que perceberem a maioria vai gostar. Melhor do que aquela quadra velha* (Entrevista realizada, em 13-09-06 em Goiânia).

A posição do entrevistado tem relação com a ação estratégica de Habermas, pois essa se dá quando:

O uso estratégico latente da linguagem vive parasitariamente do uso normal da linguagem, porque ele somente pode funcionar quando pelo menos uma das partes toma como ponto de partida que a linguagem está sendo utilizada no sentido do entendimento (Habermas 1990, p. 73).

O *´boa para todo mundo´* do início do trecho da entrevista citada dá pistas de busca de bem comum e, a partir disso, demonstra aproximação com situações de entendimento e consenso já que as mudanças implicariam em melhorias para o bairro. Porém essa posição de busca de entendimento não parece ser a marca principal de todos os momentos do discurso. Um de seus limites se mostra quando em entrevista, F.B., o membro da Associação de Moradores do bairro diz: *´ como é que alguém pode esquecer de avisar a comunidade sobre isso? Tinha sido combinado que a gente ia reunir de novo pra decidir. Aí aparece esse projeto. Até porque eles sabiam que a gente ia ser contra´*.

Nesse momento há sinais de descumprimento de um acordo de nova reunião para discussão do tema. O que aproximaria a ação de uma ação estratégica, já que ao menos uma das partes envolvidas não parece disposta a cumprir o que afirmou que faria. Esse aparente descumprimento e, ligado a ele a dificuldade de se formar

uma arena de discussão baseada na comunicação em condições de relativa igualdade afasta essa ação da condição de ação comunicativa.

Outra característica dessa ação é que uma de suas marcas não é a desconsideração da posição de parte dos moradores do bairro, conforme se procede na ação instrumental, mas a interpretação errônea da posição e provável ação de uma parte desses mesmos moradores. O ato de em uma ação se levar em consideração (mesmo que equivocadamente) a provável reação do “outro” implica em mais um ponto de aproximação da ação estratégica.

A aparente tentativa de não comunicação do Projeto de doação em tramitação, dá mostras de ser resultado de análise da provável posição e reação dos contrários a efetivação dessa doação, e não da desconsideração do ponto de vista desses. Nas palavras de F.B., líder da Associação de Moradores, ‘ *eles só queriam que a gente soubesse quando tudo tivesse pronto.* ’

Ainda conforme o já citado entrevistado F.B., essa postura era intencional e não um esquecimento ou falha. Essa atitude de não comunicação oficial se mostra como um entrave à formação de uma arena de discussão de um tema público. E isso parece ter limitado as possibilidades de manifestação dos que poderiam ter argumentos contrários à doação, a exemplo do citado discurso do líder da comunidade.

Uma ação que para muitos beneficia uma igreja evangélica efetivou-se a partir de um projeto político apresentado por um Vereador integrante da Bancada Evangélica da Câmara Municipal de Goiânia. Ação que parece estar além de um acontecimento isolado e que retirasse dessa ação a condição de, primeiramente, se voltar para um segmento dentro do pentecostalismo. Afinal a doação da área pública parecia ser vista pelos próprios assembleianos como um ato positivo para sua denominação.

Essa força de projetos voltados para doações de áreas públicas a igrejas na Câmara Municipal de Goiânia poderá ser percebida com mais detalhes pela legenda a seguir:

Figura 14 - Projetos Políticos Concluídos e em Tramitação Destinando Áreas Públicas Para Denominações Evangélicas em Goiânia nos anos de 2005 e 2006.

Em 2005

Autor	Beneficiado	Área (m2):	Bairro:	Situação:
Pedro Azulão Júnior	Associação Evangélica Beneficente da Região Noroeste de Goiânia	(*)	1 Setor Santos Dumont	Aprovado
Abdiel Rocha	Igreja Comunidade Cristã de Goiânia	759	2 Conjunto Castelo Branco	Aprovado
Djalma Araújo	Arquidiocese de Goiânia	1.005,60	3 Setor Jardim Pompéia	Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara
Josué Gouveia	Associação Evangélica Betesda	1.552,69	4 Jardim Guanabara 2	Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara
Izídio Alves	Arquidiocese de Goiânia/Comunidade Divino Pai Eterno	2.000	5 Jardim Real	Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara
Áreas propostas ou aprovadas para desafetação/2005: Total: 5.317,29 m2				

OS PROJETOS E SEUS BENEFICIADOS (2006)

Autor	Beneficiado	Área m2:	Bairro:	Situação:
Prefeito de Goiânia	Paróquia São Miguel Arcanjo	1.758,94	6 Jardim Santo Antônio	Aprovado
Sérgio Dias	Arquidiocese de Goiânia	2.000	7 Residencial Centerville	Procuradoria da Câmara
Bruno Peixoto	Paróquia Nossa Senhora Aparecida	4.117,72	8 Balneário Meia Ponte	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Prefeito de Goiânia	Paróquia Nossa Senhora da Assunção	995,92	9 Conjunto Morada do Bosque	Comissão de Obras e Patrimônio
Prefeito de Goiânia	Associação Beneficente Cristã	2.000	10 Setor Façalville	Em tramitação
Cida Garcêz	Igreja Assembléia de Deus	800	11 Vila Pedroso	Procuradoria da Câmara
Jacyra Alves	Grupo Espírita Mãos Unidas	(*)	12 Residencial Mar Del Plata	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Bruno Peixoto	Centro Espírita Raio do Sol	1.744	13 Bairro Cidade Verde	Diligência - Seplam
Áreas propostas ou aprovadas para desafetação/2006 Total: 13.416,58 m2				
Total em 2005/2006: 18.733,87m2				

(*) Projetos não informam a área do terreno Fonte: Câmara Municipal

Fonte: www.camara.gyn.gov.br acessado em 25-01-2007

São projetos de doação de áreas presentes em todas as regiões da cidade com destaque para as áreas com ocupação mais recente. E, justamente nessas regiões, há ainda muitas áreas públicas que se pretende transformar em centros sociais ou praças ainda sem edificação. E esses locais com menor tempo de ocupação são aqueles em que o protestantismo, principalmente em sua linha pentecostal, tem alcançado maior crescimento. Esse crescimento implica em áreas para construções⁴⁶.

De um lado, estão as áreas com ocupação urbana mais recente, com muitos espaços para áreas públicas destinadas a lazer e a centros de auxílio como creches e centros comunitários ainda a serem construídos. Do outro, próximo a essas áreas, há elevado número de pentecostais em demanda por áreas para templos, lazer, casas pastorais e também trabalhos sociais. O que acaba por fazer com que locais para praças e centros comunitários possam ter destino diferente daquele que, a princípio foi estabelecido, essa característica poderá ser percebida com maior clareza a partir dos dados figura a seguir. Que mostra as áreas em que essas doações de áreas mais frequentemente acontecem :

A figura demonstrará que de todas essas áreas, apenas três das 13 leis, decretos ou projetos de 2005, 2006 que destinam áreas públicas a igrejas ou a instituições diretamente a elas ligadas estão em regiões com maior tempo de ocupação.

⁴⁶ Ainda em relação aos dados do mapa e da tabela anterior, segundo esse dados, essa prática de se ter interesse em doações de áreas públicas para igrejas não é comum apenas às igrejas evangélicas. Já que conforme dos dados do mapa e da tabela anteriores, das 13 áreas doadas, seis doações foram para a Igreja Católica. E conforme Morais (2003) foi assim que a Igreja Católica conseguiu boa parte das áreas destinadas para construção de igrejas em Goiânia, na época de fundação dessa cidade e também em períodos posteriores.

Figura 15 - Áreas Públicas Doadas a Instituições Religiosas em Goiânia nos anos de 2005, 2006



Fonte: arquivos da Câmara Municipal de Goiânia, www.camaragyn.go.gov.br, acessado em 25-01-2007.

Apenas os números 2, 8 e, ao menos parcialmente, o número 6 estão em áreas de ocupação mais antiga. Os demais estão em áreas de ocupação mais recente. Sendo ainda que cinco dos treze projetos têm ligação com igrejas evangélicas. Igrejas que elegeram 25,0% da Câmara Municipal em Goiânia, mas que nos últimos anos, segundo os dados do mapa e da tabela anterior, conseguiram aprovar ou colocar na pauta para votação 38,5% dos projetos que destinam áreas públicas para instituições religiosas. Além disso, todos esses projetos de doação de áreas para igrejas evangélicas atendem a interesses de seu segmento pentecostal.

E no caso dos momentos em que esses projetos produzem manifestações contrárias pelos que se sentem prejudicados pelas doações, essas manifestações chamam a atenção para a possibilidade de que esses projetos, antes de se voltarem para a coletividade conforme em muitos momentos foi anunciado nas justificativas da maior presença de evangélicos na política, estejam direcionados para os interesses de uma ou mais igrejas pentecostais. Ou mesmo os interesses de um líder pentecostal, ou de um pequeno número de membros.

Esses projetos foram freqüentes não apenas em 2005 e 2006 conforme a legenda anterior, mas também se mostraram em outros períodos. Em relação a isso, em 1986, houve a doação de áreas destinadas a espaços públicos em um bairro de Goiânia, o setor Finsocial. No caso, as doações atenderam aos interesses da Igreja Católica e também de igrejas evangélicas. A doação de áreas públicas do Setor Finsocial foi efetuada por meio do Projeto de Lei nº 39-1986, da Câmara municipal de Goiânia.

Segundo os arquivos da Câmara Municipal de Goiânia, em 1986, havia sete áreas públicas, sem edificações, destinadas para construções de prédios públicos e praças. Uma parcela dos moradores achava interessante que, em lugar de praças, as áreas deveriam ser doadas para que igrejas construíssem templos, casas pastorais e demais edificações de seu interesse. Outra parcela queria que se privilegiasse a construção de espaços para lazer.

A solução encontrada pelo Poder Público (e também pela comunidade) foi doar cinco áreas para igrejas. Uma para a Igreja Católica e quatro para igrejas evangélicas. Das quatro áreas para igrejas evangélicas, três foram destinadas para igrejas pentecostais e uma para a Igreja Presbiteriana. A sexta área se transformou em posto de saúde e delegacia de polícia. A sétima, em uma praça.

Outros exemplos da longevidade dessa prática podem ser encontrados em vários momentos. Entre eles as doações efetuadas por meio da Lei Municipal nº 7545-1996, que altera a Lei Municipal nº 7397-1994, foi feita a doação para a Igreja Presbiteriana área para construção de seu seminário. E também a Lei nº 7615-1996

com doação de área para a Igreja de Cristo. Esses exemplos foram trazidos por dois motivos principais: 1 – por envolverem igrejas tradicionais, o que confirma a assertiva de que essa prática não pertence apenas aos pentecostais, mas principalmente ganhou força com eles; 2 – porque as áreas doadas estão em regiões nobres da cidade. O que eleva consideravelmente o valor dos imóveis e coloca essas mesmas doações entre aquelas que implicam em considerável valor financeiro⁴⁷.

A força desses projetos na Câmara Municipal é Considerável. Entre 2000 e 2006, 41,0% dos projetos de vereadores evangélicos da cidade, de alguma forma, mostravam ligação direta com interesses de denominações ou interesses pessoais dos vereadores evangélicos. Chama a atenção o fato de que esses projetos estão entre aqueles que envolvem maiores quantidades de verbas.

Entre esses projetos, está o do então Vereador Valter Soares, na época, ligado à *Igreja Universal*, apresentado na Câmara Municipal de Goiânia como o Projeto de Lei Complementar nº 159-2001 que isentava as igrejas goianienses do pagamento de uma série de impostos municipais. Essa isenção não era apenas para áreas onde houvesse templos, mas para todas as áreas ou instituições que pertencessem ou que fossem dirigidas por uma igreja.

Dos projetos de Valter Soares, esse foi um dos que teve maior destaque em seu mandato como Vereador, pois foi veiculado pelos meios de comunicação evangélicos, com destaque para aqueles pertencentes à *Igreja Universal*. Sobre esse Projeto uma das edições do Jornal Folha Universal trouxe a seguinte reportagem:

⁴⁷ Conforme avaliação extra oficial, corretor credenciado pelo Conselho Regional de Corretores Imobiliários (CRECI) Kioche Okada, o metro quadrado sem edificações nessas regiões tem um valor médio de 270,00 reais. No caso dessas áreas doadas é necessário agregar ainda maior valor, já que se trata de áreas localizadas em avenidas. Sendo ainda que pelo teor dos documentos de doação não foi possível saber exatamente a extensão das áreas.

Figura 16 - Isenção de Impostos Para Templos Religiosos

Isenção de impostos para templos religiosos

Goiânia/GO – O que o eleitor espera do político que elegeu? Entre outras coisas, principalmente honradez, sinceridade, atuação e compromisso com a sociedade. Desde que tomou posse na Câmara Municipal de Goiânia, essa tem sido a linha de conduta do vereador pastor Valter Soares (PL-GO) da Igreja Universal do Reino de Deus. Atuante, o vereador tem apresentado vários projetos de lei e requerimentos. Dentre as propostas apresentadas está a que isenta os templos religiosos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O texto do projeto de lei complementar modifica o Artigo 11, do Código Tributário Brasileiro, acrescentando que “os imóveis próprios ou locados, utilizados nos templos religiosos de qualquer natureza, ficam isentos de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)”.

Na opinião do vereador pastor Valter Soares, os segmentos religiosos prestam relevantes serviços à nossa comunidade”, concluiu.



Vereador Valter Soares

Foto: C&S

Jornal folha Universal 27-05-2001

Mais uma vez há destaque para a atuação de um Vereador evangélico ligado ao segmento pentecostal. Muitas dessas características também parecem ser algumas das marcas da atuação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) na Câmara dos Deputados, como se verá a seguir.

4.3 - A Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados: atuação e discursos

Um outro dado que demonstra os pontos cuja ação política dos pentecostais, em muitos momentos, tende a seguir, são as formas de ação da Frente

Parlamentar Evangélica (FPE)⁴⁸ na Câmara dos Deputados e a sua defesa daquilo que é considerado interesses das igrejas protestantes ou da denominação que elegeu os referidos parlamentares.

Na FPE, composta majoritariamente por pentecostais, há parlamentares preocupados com uma gama de temas que incluem a defesa de projetos que darão acesso a benesses tais como a isenção ou redução de tributos federais, estaduais e municipais para os seus templos. Também estão empenhados na aprovação de projetos que voltados para a elevação de limites de decibéis permitidos nas regiões em que estão seus principais templos (Machado, 2006).

Essa força de união perde muito de seu poder de impressionar quando os temas debatidos na Câmara estão além de questões diretamente ligadas aos interesses gerais dessas denominações. A discussão sobre liberação de pesquisas com células-tronco é um exemplo disso. Apesar da maioria da bancada ter votado contra o Projeto, os 16 deputados ligados à *Igreja Universal*, de acordo com orientação do Conselho de Bispos da denominação, votou a favor da permissão. Segundo Machado (2006), isso ocorreu em decorrência de negociações com o Palácio do Planalto, as quais envolveram liberação de verbas para áreas em que havia projetos desenvolvidos pela *Igreja Universal*.

Essa característica de fragmentação da Frente Parlamentar Evangélica para temas que estão além dos objetivos diretos das denominações se mostra pela inexistência de uma linha política comum por parte dos membros da FPE. Essa dificuldade de uma linha partidária com características de maior proximidade pode ser percebida pela quantidade de partidos em que os políticos da frente são filiados. Sobre isso, conforme dados do site da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br/deputados/frentespar acessado em 20-12-2006), em dezembro de 2006 havia parlamentares ligados à FPE nos seguintes partidos: PMDB, PL, PT, PFL, PDT e PTB. A partir disso, é possível considerar que esses possuem

⁴⁸ Também conhecida como Bancada Evangélica

representantes em todos os segmentos partidários, quer sejam estes enquadrados como de direita, centro ou esquerda⁴⁹.

A FPE, ao menos oficialmente, se volta para três preocupações principais. Segundo seu Estatuto de Fundação, são esses alguns de seus principais objetivos:

São finalidades da Frente Parlamentar Evangélica: 1) Acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução; 2) Promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação; 3) Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua Palavra.⁵⁰

Oficialmente, seus principais pontos de atuação têm muita similaridade com aqueles defendidos pela Associação Evangélica Brasileira (AEBV). Seriam as políticas públicas, as relações internacionais e o respeito aos valores familiares, além da moralização das questões políticas através da ética e conduta de acordo com as recomendações bíblicas, a partir da aprovação de novas leis ou de modificações em leis já em vigor. Ainda em relação ao seu campo de atuação, oficialmente, a Frente também se preocupa com as seguintes questões:

... apoio à instalação da Frente Parlamentar Evangélica no Distrito Federal e em outros estados; audiência com o ministro das comunicações sobre concessões de rádio e TVs; reconhecimento dos cursos de Teologia

⁴⁹ O que parece ser facilitado pela falta de diretrizes de atuação política de parte dos partidos políticos brasileiros (Messenberg, 2000). O que faz com que uma parcela dos partidos filie parlamentares de variadas correntes ideológicas.

⁵⁰ Estatuto de Fundação da Frente Parlamentar, Brasília, 2003. Disponível em www.adelovvieira.com.br/estatuto, acessado em 20-10-2004.

no Brasil; apoio ao programa de erradicação do analfabetismo no Brasil; audiências com ministros de Estado; acompanhamento e aprovação da Lei 634/03, alterando o novo Código Civil; discussão e deliberação sobre o projeto de biossegurança (clonagem humana); discussão sobre o projeto de Lei que restringe a programação religiosa na rádio e na TV; discussão sobre a Lei do Som – Meio Ambiente; discussão sobre a contribuição previdenciária aos ministros religiosos (www.adelorieira.com.br, acessado em 20-12-2005).

Trata-se de interesses diversos, mas em grande parte voltados para o que uma determinada denominação ou que a maioria delas, de alguma forma, considera positivo para o desenvolvimento de seu trabalho. Marcas da atuação da FPE que podem ser demonstradas por uma das matérias de seu interesse, no caso, o Projeto de Lei nº 5.901-2005, que tramita na Câmara dos Deputados e que tem como autor o Deputado Almir Moura, membro da FPE, do PMDB do Rio de Janeiro .

O Projeto quer a modificação da Lei nº 10.527-2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição, com o objetivo de garantir que não haja necessidade de estudos de impacto de vizinhança para igrejas já em atividades ou para igrejas que no futuro iniciarão os seus trabalhos (www.camara.gov.br/projetodelei acessado em 20-07-2006).

O Projeto do Deputado Almir Moura é bastante similar ao Projeto de Lei nº. 7.265 de 2002, de autoria do Deputado, também membro da FPE, Lincoln Portela do PSL mineiro. O Projeto de Lei 7.265-2002 também propõe modificações ou exclusão da exigência de estudo de impacto de vizinhança para templos religiosos (www.camara.gov.br/projetodelei acessado em 20-07-2006).

A ascensão da Frente Parlamentar Evangélica pode, em parte, ser explicado a partir do apoio que, segundo pesquisas do ESEB, grande número dos evangélicos deu a seus candidatos. A partir desses dados, a força da religião sobre a conduta

política dos fiéis não pode ser descartada, assim como a força das lideranças sobre esse voto

Esses elementos, mesmo sem serem gerais, acabam por determinar muito da conduta dos fiéis nas questões ligadas à política. Filiação religiosa e voto parecem ser uma das características do protestantismo na atualidade, ficando isso demonstrado a partir de dados disponíveis sobre o voto dos evangélicos nas eleições para Presidente da República em 2004.

Figura 17 - Declaração de Votos Válidos a Partir da Filiação Religiosa

Denominação Religiosa	Luis Inácio L. da Silva (Lula)	Ciro Gomes	José Serra	Anthony Garotinho
Mormons, Adventistas e Testemunhas de Jeová	69,7	6,1	21,2	3,0
Evangélicos em Geral	36,9	5,0	15,3	51,7
Pentecostais Tradicionais	29,8	4,0	12,9	62,9
Umbanda, Candomblé e Kardecismo	70,1	4,7	18,2	—
Católicos	57,5	10,9	25,5	5,8
Sem Religião	58,7	14,3	13,5	13,5

Fonte Instituto de Pesquisa de Opinião (IPO) e Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) 2002. Valores percentuais, relativos ao primeiro turno das eleições presidenciais de 2002. O sinal — indica percentual abaixo de um por cento

O candidato Garotinho teve no segmento evangélico o maior percentual de votos proporcional, segundo a filiação religiosa do eleitor. E dentre os evangélicos, os pentecostais são os que se destacam. 62,9% dos pentecostais entrevistados declararam ter votado em Garotinho, o que representa um fator a mais para justificar o crescimento da bancada evangélica e sua preocupação em apresentar projetos que estejam em acordo com os interesses dos fiéis da igreja às quais pertencem ou com os interesses de outras igrejas protestantes.

Da mesma forma que Garotinho obteve altos percentuais entre os evangélicos pentecostais, deputados, vereadores, e senadores também parecem retirar dali grande parte de seus votos. Em relação a isso, a FPE mostrou bom crescimento entre 1986 e 2005. Em 1986, o número de deputados federais a ela ligados era de 33. Entre 1998 e 2002, 48 deputados eram ligados à Frente Parlamentar Evangélica. E, segundo dados da Câmara dos Deputados, entre 2002 e 2006, este número elevou-se em 25,0%, passando de 48 para 61 deputados, sendo a maioria deles ligados a igrejas pentecostais. Ao final de 2006 a Igreja com maior número de representantes era a *Igreja Universal* que tinha 16 dos 61 deputados (www.camara.gov.br/deputdos/frente.htm, acessado em 20-08-2006).

No entanto a presença efetiva de evangélicos na política não se resume à Câmara dos Deputados. Somente no Estado de Goiás, além dos vereadores evangélicos, em Dezembro de 2006, segundo dados do Senado Federal e do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), havia uma Senadora evangélica, a Senadora Íris Araújo, e 14 prefeitos, incluindo o Prefeito de Goiânia.

Essa relação entre representante político e denominação continuará a ser analisada a partir de ações e discursos de políticos goianos e goianienses no próximo subitem.

4.4 – As Atuação dos Políticos Pentecostais de Goiânia

A seguir, será feita uma análise de parte de um dos discursos do Deputado Federal João Campos (PSDB-GO) em seu mandato na Câmara dos Deputados entre 2002 e 2004. O intuito é compreender sua forma de atuação

... Há exatamente 10 anos, em março de 1994, como foi dito e demonstrado nesta manhã, o casal César Augusto e Rúbia de Sousa, sob orientação de Deus, dava início a um ministério com visão evangelizadora, missionária e comprometida com a expansão da igreja do Senhor Jesus na terra. Estamos falando, portanto, de um marco da nossa sociedade, como exemplo maior da nossa história, cujo resultado podemos contemplar com nossos olhos e, mais ainda, sentir com nossos corações.

Hoje conhecida como Ministério Fonte da Vida, a Igreja Apostólica Ministério Comunidade Cristã teve um começo humilde e pequeno sob a liderança de seu fundador, o Apóstolo César Augusto. O pequeno grupo que se reunia em um simples salão alugado começou a crescer debaixo da palavra de Deus, embasado num sonho grande e nobre. Em apenas 10 anos, esse Ministério projetou-se como uma das grandes instituições religiosas de nossa Nação, apresentando proposta inovadora e ungida, aprovada por Deus, pelos seus membros, admiradores e simpatizantes.

O Ministério Fonte da Vida apresenta-se hoje, no Brasil, com mais ou menos 400 mil membros, sendo sua sede internacional na nossa querida Goiânia. Seu principal templo tem capacidade para 5 mil pessoas e existem 50 outros núcleos na grande Goiânia, perfazendo uma audiência de mais de 100 mil pessoas semanalmente.

Nesses 10 anos de existência, o Ministério Fonte da Vida cresceu de forma exclusiva. Atualmente, são mais de 500 igrejas no Brasil, conquistando, nos Estados, as capitais e as principais regiões.

Para facilitar a execução de sua proposta de crescimento, estabeleceu sedes regionais em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Recife, Salvador, Palmas e Curitiba. Como a Parábola da Boa Semente, que produziu a 30, a 60 e a 100 por um, o Ministério Fonte da Vida cresceu num ritmo multiplicativo. Internacionalmente, a igreja está presente em Portugal, Inglaterra, França, Namíbia, Angola, Estados Unidos [...] (Seção 052.2.52.0, de 11-04-2006. (www.camara.gov.br, acessado em 20-08-2006).

Novamente serão utilizadas técnicas auxiliares e introdutórias de análises de discurso⁵¹, conforme se procedeu no capítulo III. A essa análise por meio de técnicas auxiliares se seguirá a análise mais diretamente voltada para a sociologia.

Primeiro, será realizada a chamada leitura inspeccional, visando o conhecimento geral do tema que, no caso do texto específico, faz referências a uma denominação evangélica a qual, a partir de Goiânia, conquistou rápido crescimento no Brasil e fora dele, se tornando uma importante denominação religiosa.

A essa leitura se seguirá a leitura analítica e reflexiva, que como propósito descobrir os pontos centrais do texto e, posteriormente, voltar-se-á para aquele que proferiu o discurso a fim de, a partir dos pontos principais destes, compreender as vivências, perspectivas e interesses que, com maior probabilidade, o influenciaram.

No caso do texto específico pode ser destacado o momento em que o texto é proferido por meio da oralidade, a partir das seguintes frases: *´a abertura de uma nova denominação como um marco da sociedade, (essa abertura como um) exemplo maior de nossa história`*. Estas frases, no momento em que o discurso se efetivava, foram proferidas com gestos de mãos e elevação do tom de voz, além do utilizado na maioria das outras frases proferidas nesse parágrafo.

No segundo parágrafo, houve elevação de voz e incisividade dos gestos nos momentos das frases: (a denominação surgiu e) *´projetou-se como uma das grandes instituições religiosas de nossa Nação apresentando uma proposta inovadora e unvida`*. Ocorreu a mesma coisa na seguinte frase: *´fonte da Vida apresenta se hoje no Brasil com mais ou menos 400 mil membros sendo sua sede internacional na nossa querida Goiânia`* Diferentemente do primeiro parágrafo, no entanto, houve uma pausa de mais ou menos cinco segundos após o proferimento da segunda frase, tempo que pareceu ter sido reservado para que a audiência pudesse refletir e perceber quão impressionantes eram os números ali citados.

No terceiro parágrafo foram enfatizados os termos: *´apresentou sedes regionais em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Recife, Palmas e*

⁵¹ Como as técnicas que aqui são utilizadas a partir do texto de Souza e Marques na obra *Compreensão e produção de textos* (1999).

Curitiba. Como a parábola da boa semente que produziu a 30 a 60 e a 100 por um`. Novamente, a entonação da voz foi mais forte, além da incisividade nos gestos com as mãos e o sorriso, como maneira de demonstrar o que pareceu ser o valor que essa igreja pentecostal dá aos seus projetos de crescimento. A elevação de voz, os gestos corporais demonstrando força e incisividade transformam esses momentos do discurso em seus pontos fortes e naquilo que se quer evidenciar.

Nesse caso, o Deputado Campos parece utilizar o que Lasswell (1982) define como símbolos e sinais. Os símbolos são palavras que têm determinados significados e os sinais são dispositivos físicos utilizados para o destaque de um determinado símbolo. No caso específico, entre os sinais estão os gestos e as pausas em meio ao discurso que, como sinais, têm entre suas funções colocar em evidência determinados trechos do discurso.

Um segundo passo é a compreensão do lugar daquele que profere o discurso e quais instituições o autorizam a assim proceder a partir de sua legitimação. Deve-se também procurar compreender a partir de quais perspectivas isso é efetuado. Partindo do que Weber define como ações sociais, o que se quer saber é qual o sentido da ação do indivíduo que está por trás do discurso. No sentido da ação social, Weber (1994 e 1995) descreve essa mesma ação como um comportamento humano que tem relação com um sentido subjetivo dado a uma determinada postura, sendo que essa mesma ação tem relação com o comportamento de outros⁵².

No caso, o sentido da ação e sua orientação com vistas a influenciar o comportamento de outros, transparece em passagens que destacam elementos como as grandes conquistas da denominação. Um ministério que se tornou um dos grandes triunfos do cristianismo na nação, e que em um período de apenas dez anos, pode ser olhado com orgulho. A partir disso, seus freqüentadores podem se orgulhar da denominação à qual pertencem. Conforme palavras de Campos:

⁵² Um pouco mais de detalhes poderá ser obtido no capítulo III quando se discorre sobre o pensamento de Weber.

Estamos falando, portanto, de um marco da nossa sociedade, como exemplo maior da nossa história, cujo resultado podemos contemplar com nossos olhos e, mais ainda, sentir com nossos corações.... O pequeno grupo que se reunia em um simples salão alugado começou a crescer debaixo da palavra de Deus, embasado num sonho grande e nobre. Em apenas 10 anos, esse Ministério projetou-se como uma das grandes instituições religiosas de nossa Nação, apresentando proposta inovadora e ungida, aprovada por Deus... (Seção 052.2.52.0, de 11-04-06. Fonte www.camara.gov.br, acessado em 20-08-2006).

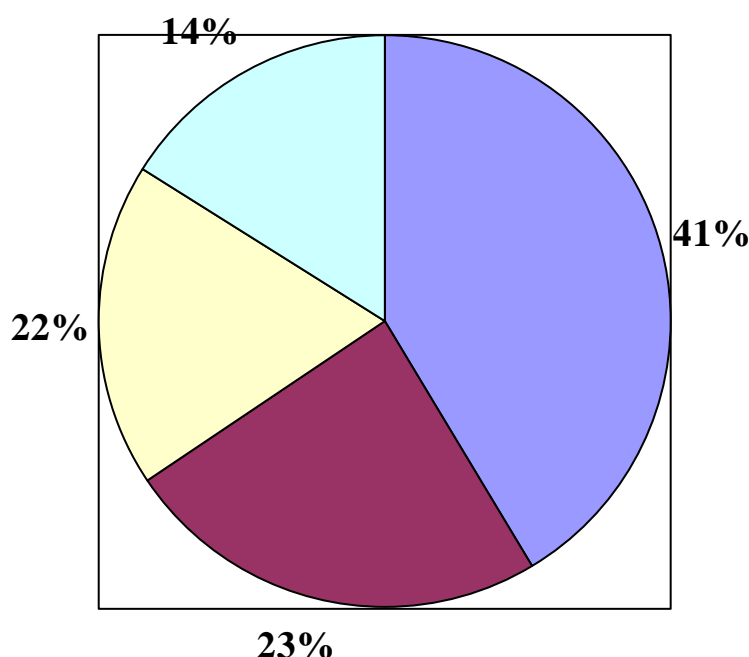
Conforme palavras do Deputado Campos, a *Fonte da Vida* é um marco da nossa sociedade e, por isso, motivo de orgulho. Em relação a esse proferimento, o que o torna ainda mais interessante nesse trabalho é que esse é um típico discurso da passagem do Deputado João Campos pela Câmara dos Deputados. E assim como grande parcela dos demais discursos, este também se volta para o protestantismo.

Ainda sobre a ação do Deputado João Campos, e sua aproximação com o conceito de ação social de Weber, essa aproximação também se dá ao se constatar que a homenagem foi à Igreja *Fonte da Vida*, que tem sua sede internacional em Goiânia que é a cidade de origem do Deputado Campos. A igreja em questão também pertence ao protestantismo pentecostal que, provavelmente, foi um dos segmentos que mais deu votos a esse parlamentar na eleição para a Câmara dos Deputados. Goiânia, segundo palavras do próprio Deputado João Campos (em entrevista em 10-02-2007), tanto em números absolutos quanto em números percentuais, foi a cidade em que o Deputado obteve o maior número de votos nas vezes em que concorreu à Câmara dos Deputados. Um dos prováveis sentidos da homenagem é estreitar relações com a cidade e com um segmento dessa cidade que tem lhe rendido votos.

Esse discurso não parece um caso isolado quando comparado como os demais discursos do Deputado. Dos 93 discursos registrados nos arquivos da Câmara dos Deputados e atribuídos a Campos entre 2002 e 2006, trinta e dois deles

destacam o protestantismo ⁵³. Essa característica parece estar além do mandato em questão do Deputado João Campos, já que 64,0% dos 168 discursos encontrados, entre 1998 e 2002, nos arquivos da Câmara dos Deputados e atribuídos a deputados evangélicos de Goiás tinham ligação direta com os segmentos⁵⁴ que diretamente auxiliaram na eleição do parlamentar, com destaque para interesses das igrejas evangélicas. Conforme o Gráfico a seguir:

Figura 18 - A Ação Política dos Evangélicos



Azul: Discursos que os títulos e resumos se voltam para interesses evangélicos

Vermelho: Discursos que os títulos e resumos se voltam para interesses de um outro segmento que além do evangélico apoiou o candidato - Amarelo: Discursos em que os títulos e resumos se voltam para questões internas e a partir delas para os interesses gerais que essas questões podem suscitar - Verde: Discursos que os títulos e resumos se voltam para temas variados

⁵³ Aparentemente esse número só não é ainda maior porque o Deputado Campos também tem relação direta com policiais civis e militares. Sendo esse um outro segmento que apoiou sua candidatura. Esse outro segmento é destacado em 29 dos 93 discursos do Deputado Campos Conforme dados dos arquivos da Câmara de Deputados disponível para consultas, e segundo o site oficial da Câmara: www.camara.gov.br acessado 05-02-2007.

⁵⁴ A utilização da frase “segmentos que o apoiaram” em lugar de igrejas evangélicas se justifica porque parte dos deputados evangélicos, principalmente os que não são pastores, muitas vezes, além das igrejas evangélicas contam com o apoio de um outro segmento da população, normalmente aquele ligado a sua profissão.

Pelo gráfico, é possível perceber que também nesse caso a primeira marca dos discursos são os segmentos que aparentemente mais apoio lhes deram em sua eleição. Essas características estão presentes em vários momentos, incluindo aqueles em que se discursa assumindo posição contrária ou a favor de uma determinada lei, conforme se verá a seguir.

4.4.1 - As Leis de Liberação de Cultos

A análise agora se volta para a forma de ação do Bispo Rodrigues, ligado à *Igreja Universal*, assim como para as características assumidas por sua ação como representante político. Isso pode ser percebido, por exemplo, por meio de uma passagem da obra *A Igreja e a Política* (Rodrigues, 1998) em que esse Bispo diz que:

Joel de Holanda (PFL-PE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Marina Silva modificaram e votaram um projeto do governo federal contra os evangélicos (Projeto de Lei 1387-98) ... Quem são esses desconhecidos que interferem no cotidiano de tanta gente? Eles querem punir os que fazem cultos alegres e expansivos, como se religião fosse algo gelado e frio, tal qual as liturgias católicas. A nova Lei (contra cultos que, do lado de fora do culto, alcancem decibéis acima dos permitidos pela lei) pune com multas de cinquenta milhões de reais os infratores, um ano de cadeia, apreensão dos instrumentos, interdição e suspensão das atividades, cassação de alvarás, licenças e suspensão das imunidades fiscais. Haverá pena agravante se o crime for praticado aos domingos, feriados ou à noite, endereço certo contra os evangélicos. (Rodrigues, 1998, p 57)

Punição de cultos alegres e expansivos, apreensão de instrumentos musicais,⁵⁵ suspensão de licenças de funcionamento são pontos que demonstram a ênfase do discurso como um erro ou como uma ação deliberada contra os evangélicos. Esse aspecto recebe destaque no princípio da citação, com a frase *'votaram um projeto do governo federal contra os evangélicos'*. Essa afirmação é novamente evidenciada na frase final da citação encerrada com *'endereço certo contra os evangélicos'*.

Em princípio, o discurso quer evidenciar que se volta para a defesa do que é correto, no caso, a liberdade de culto, mas isso não anula a possibilidade de um outro sentido que esse mesmo discurso pode assumir. Habermas (2002), a partir do que definiu como Ação Instrumental, enfatiza que uma das características básicas dessas ações é desconsiderar a possível reação e o grau de aceitação do oponente. Nesse caso específico, o objetivo direto, a liberação de cultos com maior volume de vozes e instrumentos parece ser o que interessa, sendo mostrado como um objetivo justo. Conforme o discurso de Rodrigues:

Quem são esses desconhecidos que interferem no cotidiano de tanta gente? Eles querem punir os que fazem cultos alegres e expansivos, como se religião fosse algo gelado e frio, tal qual as liturgias católicas (Rodrigues, 1998, p.57).

A preocupação com o direito dos evangélicos não parece ser acompanhada, em proporção similar, da preocupação com os argumentos daqueles que poderiam se sentir prejudicados com o alto volume dos microfones durante os sermões e cânticos. Isso porque essa liberação pode nem sempre ser desejada por uma parcela

⁵⁵ Pelo valor de aparelhos de som e instrumentos musicais, muitas vezes importados, pelo tempo que se leva para que a maioria das pequenas e médias igrejas consiga adquirir aparelhagem com um mínimo de qualidade.

dos que tem moradia ou estão próximos ao culto. E esses em termos numéricos, muitas vezes estão acima dos que freqüentam o culto⁵⁶.

Conforme Lasswell (1982), os termos, em alguns casos, são ambíguos para a audiência e significados diferentes podem ser atribuídos às palavras por parte de quem tem acesso ao discurso. Nesse caso, parecem ambíguos quando mostram as possibilidades de dificuldades futuras de certos tipos de celebrações, e assim como se procede na ação instrumental, sem demonstrar preocupação se essas celebrações interessam ou são indiferentes a outros segmentos da população de alguma forma envolvidos na contenda. Esses elementos que também podem ser buscados em outras instâncias políticas. No caso de Goiânia, na Câmara Municipal e Assembléia Legislativa do Estado de Goiás.

Dos elementos elencados no início desse capítulo, já se discorreu sobre os motivos que, ao menos oficialmente, são utilizados como justificativa para a maior presença de protestante na política. Também se discorreu sobre as divergências que, muitas, vezes surgem entre evangélicos e outros segmentos da sociedade.

Também foram efetuadas análises sobre os tipos de projetos de leis e discursos dos parlamentares evangélicos. O próximo ponto a ser explorado é a força dos interesses pessoais e sua distância dos princípios éticos defendidos em muitos dos discursos de parlamentares protestantes ligados ao pentecostalismo.

4.5 - Política e Interesses Pessoais

Conforme entrevista do Apóstolo Sinomar Fernandes da Silveira, fundador e líder da Igreja Luz Para os Povos:

⁵⁶ Esse fato, que gera descontentamento, pode ser percebido pelos abaixo-assinados analisados e cujo teor é bastante similar ao da maioria das 120 famílias do Edifício Millenium em Goiânia, que pedem providências contra os cultos da sede regional da *Sara Nossa Terra*. O principal questionamento é contra o barulho excessivo.

O silêncio do povo de Deus estava permitindo que o meio político se tornasse um antro de mentira e corrupção. Por isso, podemos e devemos nos envolver pra que possamos mudar os rumos dessa nação (Apóstolo Sinomar Fernandes da Silveira líder e fundador da Igreja Luz Para os Povos citado por Vieira, 2007).

O Apóstolo Sinomar é mais um dos líderes pentecostais que publicamente declaram que a maior presença na política de evangélicos da atualidade tem como seu principal intuito, ou um de seus principais intuítos, fazer da lida com a política, considerada pelo Apóstolo como *'um antro de mentiras e corrupção'*, um canal para a concretização de ações com maior presença de preocupação com a ética, e além disso um canal pelo qual as ações voltadas para interesses coletivos possam ganhar projeção.

Apesar das declarações que colocam esse objetivo como um dos mais importantes⁵⁷, interesses pessoais também têm ligação com a política evangélica. Sobre isso, um fato que pode ser mencionado é a eleição para presidente da Câmara Municipal de Goiânia, em Dezembro de 2006. Na referida eleição, o então Prefeito da cidade o evangélico Íris Rezende, ligado ao PMDB e os líderes dos partidos e vereadores que o apoiavam na Câmara Municipal decidiram que uma chapa seria lançada com o Vereador Bruno Peixoto como candidato de consenso da base de apoio do Prefeito.

Apesar dessa decisão, alguns integrantes dessa mesma base (os vereadores Rusemberg Faria, pastor da *Igreja Universal*, Abdiel Rocha membro da *Assembléia de Deus* e o também membro da *Assembléia de Deus* o Vereador Deivison Costa) nas duas noites anteriores à eleição, foram procurados por membros dos partidos de oposição ao Prefeito. Para que esses vereadores mudassem o seu voto na eleição

⁵⁷ Além dessa entrevista do Apóstolo Sinomar, conforme citado no capítulo III, entre outros, também o Pastor Caio Fábio, Pastor Adelor Vieira e (por meio de sua entrevista anotada no dia 20-09-2006) e Robson Cavalcante defendem essa postura.

para Presidente da Câmara Municipal foi oferecida ao Vereador Deivison a condição de candidato único da oposição à presidência da Câmara Municipal⁵⁸.

Em contrapartida, demandaram ao Vereador Deivison que conseguisse de outro vereador da base aliada a mudança do voto, de modo que ficasse garantida a vitória da oposição. No outro dia, minutos antes da eleição o nome do Vereador Deivison Costa, que obteve a vitória, foi apresentado como candidato da oposição. Imediatamente após esse acontecimento, em meio à luta por espaço entre repórteres, partidários políticos e vereadores que buscavam se aproximar do Vereador Deivison, foi possível, como parte das pesquisas desse trabalho, fazer-lhe a seguinte (e única) pergunta:

Pergunta: Vereador (Deivison) o que levou a essa mudança? Há poucos dias o senhor criticava a oposição aqui da Câmara e hoje se candidatou por ela..

Resposta: eu queria ser presidente da Câmara, todo mundo quer ser presidente da Câmara.

A pergunta foi efetuada em meio a outras. A maioria delas com sentido similar a essa. Aparentemente a resposta obtida era uma justificativa para a grande maioria ou para todas as perguntas que estavam sendo efetuadas quase simultaneamente.

Após a eleição, foi questionada por partidários políticos e membros da *Assembléia de Deus* a postura do Vereador Deivison Costa que mudou de partido, aparentemente com o intuito de se candidatar-se à presidência da Câmara Municipal de Goiânia. Uma dessas críticas veio do líder das assembleias de Deus Campo “de Campinas”, em Goiânia, que publicou nota em jornais da capital, sendo essa mesma nota lida no culto do dia 20 de dezembro na sede do Campo em Goiânia. A nota entre outros dizeres trazia o comentário a seguir.

⁵⁸ Conforme nota do jornal O Popular, do dia 19-12-06, e declaração do próprio Vereador Deivison, que será trazida a seguir.

Na condição de Pastor Presidente das Assembléias de Deus – Campo de Campinas - quero comunicar à sociedade em geral que a decisão tomada pelo Vereador Deivison Rodrigues da Costa em disputar a presidência da Câmara Municipal de Goiânia foi fruto da liberdade individual e legal do mesmo, sem consulta prévia à minha pessoa, bem como absolutamente à revelia do Conselho Político de nossa Igreja como equivocadamente tem sido divulgado pelos excelentes jornais de nossa cidade.

Enfatizo que nunca fui consultado e muito menos participei de algo acerca da questão eleitoral na Câmara Municipal de Goiânia. Sendo assim, manifesto a insatisfação não somente de minha parte como também de todo o Conselho Político de nossa Igreja. ... **Sou um defensor da liberdade política, porém, sempre acompanhada da fidelidade partidária, do respeito à base eleitoral da ética e da moral na vida pública**, seja ela tocada por evangélicos ou não. Ao contrário do que escreveu Maquiavel, “os fins não justificam os meios” (Pastor Oídes J. Carmo - Presidente das Assembléias de Deus 20-12-2006).

Em sua campanha, nos pronunciamentos na televisão e em reuniões com correligionários, o então candidato ao cargo de Vereador Deivison fez críticas, tanto na propaganda eleitoral obrigatória quanto no rádio, na televisão e em folhetos de divulgação de sua campanha⁵⁹, às ações na Câmara quando estas se voltavam primeiramente para interesses de grupos e pessoais e não para a coletividade,

Críticas que vão de encontro ao que parece ter sido sua postura ao responder à pergunta: *‘o que o levou a essa mudança? Há poucos dias o senhor criticava a oposição aqui da Câmara’*. Conforme já citado, a resposta foi: *‘eu queria ser presidente da Câmara. Todo mundo quer ser presidente da Câmara.’*

Estas palavras apontam para a possibilidade de interesses pessoais do próprio vereador, como a presidência da Câmara Municipal de Goiânia. E os meios utilizados para atingir tal objetivo em muitos momentos parecem distantes daqueles que o Vereador Deivison enumerou em campanha como as principais características que marcariam seu mandato, como a defesa da ética na política.

⁵⁹ Um dos momentos em que isso se dá é na propaganda político partidária veiculada na televisão no dia 22-09-06 às 20 h. e 30 min., em Goiânia.

4.6 - Protestantismo Pentecostal: ação política, ética e discurso

A relação entre ação política ética e discurso será abordada a partir de três exemplos. O primeiro da Câmara dos Deputados, o segundo da Câmara Municipal de Goiânia e o terceiro da *Igreja Fonte da Vida*, também em Goiânia, envolvendo o líder *Igreja Fonte da Vida* e alguns membros. Após narrativa voltada para os principais acontecimentos relativos aos três casos, esses serão analisados.

Quanto ao primeiro exemplo, da Câmara dos Deputados, 27 dos 61 deputados, inclusive o ex-presidente da bancada, o Deputado Adelor Vieira (Machado 2006,; www.camara.gov.br. Acesso em 20-06-06), são acusados de participação em ações ilícitas, tais como a fraude de compra de ambulâncias (popularmente chamado de “máfia das ambulâncias”) e de participação no chamado mensalão. Nada ainda foi comprovado, mas o relatório preliminar da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados apontou indícios da participação de um número próximo de 50% da Frente Parlamentar em um desses dois esquemas de corrupção (Machado, 2006).

Essa possibilidade de envolvimento que parece ter influenciado diretamente nos destinos da Frente Parlamentar, pois, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, (TSE) e do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP), em relação ao processo eleitoral de 2006, houve redução próxima de 50% da bancada em 2007 que, a partir de então, passou a ser composta de um número próximo de 30 parlamentares.

No caso do envolvimento em ações ilícitas, já há como dado dessa participação o resultado da CPI encarregada de análise prévia dos fatos, que votou pela abertura de processo contra os 50% envolvidos nessas ações.

Segundo caso

Esses exemplos não são os únicos tipos desse tipo de ação. Há também ações que, para muitos, são contrárias às leis efetuadas e que parecem se mostrar de

maneira menos evidente, sendo assim, em muitas situações, condenadas com menor veemência. Em relação a isso, a resolução do TSE 22.261/2006 que atualiza a lei 9504-07 (lei eleitoral) diz que:

“é proibida a realização de qualquer tipo de propaganda eleitoral, direta ou indireta, expressa ou sublimiar, inclusive pedidos de votos, em igrejas, estando o responsável sujeito a multa, no valor de 2 mil a 8 mil, por cada ato irregular. Escalreço que considera-se propaganda eleitoral qualquer ato que leve ao conhecimento geral, ainda que de forma dissimulada, a candidatura, a ação política que se pretende desenvolver (propostas) ou as razões pelas quais se acha o mais apto ao exercício do cargo público (Lei eleitoral 9504/1997 resolução 22.261/2006, artigo nono, Tribunal Superior Eleitoral).”

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE) informa ter repassado a Lei a todos as sedes dos templos religiosos cadastrados em Goiânia. Porém na noite do dia 20 Agosto de 2006, o Apóstolo César Augusto, líder e fundador da denominação fez o comentário a seguir:

peço a todos que consagrem seu voto ao Pastor Fábio e coloquem adesivos em seus carros com o nome e o número do Fábio. Ao fazer isso estará colaborando com a igreja. Vamos orar pelo pastor Fábio e pelo projeto político da igreja (Apóstolo Cesar Augusto proferindo sermão na sede internacional da denominação em Goiânia em 20-08-06).

Posteriormente, três jovens subiram e declararam que eram universitárias e que não haviam conseguido uma bolsa de estudo em uma universidade particular da cidade. Contaram também que ao pedirem conselho ao Apóstolo César Augusto, na qualidade de membros da igreja, este lhes dissera: *‘vistam a camisa do projeto político da igreja que essas coisas todas seriam resolvidas`.*

Em seguida uma delas (não identificada) disse: ... *nós fizemos isso, estamos trabalhando pelo projeto político da igreja e depois disso até consegui a bolsa de estudo*. Então, o Apóstolo César Augusto pediu não só o voto dos presentes, mas que, além disso, cada um conseguisse mais 20 votos para seu filho.

Como parte da pesquisa de empírica, em 21-08-06, o setor de relações públicas da denominação, ao ser procurado e questionado sobre a frequência da prática relatada, afirmou que isso não acontecia nos cultos realizados em nenhuma de suas sedes e que um equívoco deveria ter acontecido por parte de todos os que dissessem ter ouvido o pastor ou apóstolo César Augusto se expressar dessa forma.

Terceiro Caso

Em 2005, em Goiânia, ocorreram, na Câmara Municipal, fatos que envolveram o então Vereador Amarildo Pereira, ligado à *Assembléia de Deus*. O referido Vereador foi acusado de ligação com o esquema de desvio de sete milhões de reais por meio de fraude, nos depósitos de FGTS dos funcionários da Câmara Municipal.

Segundo dados dos arquivos da Câmara Municipal de Goiânia, ao final de seus trabalhos, a Comissão Especial de Inquerito (CEI), formada para analisar os fatos, recomendou, por voto secreto, sua cassação. Em 15 de março de 2006, com seção realizada para esse fim. O Vereador Amarildo Pereira foi inocentado. Segundo o jornal *O Popular*, que circulou no dia 16-03-06, e segundo entrevista (dia 20-06-2006 em Goiânia) do então Vereador Humberto Aidar, o número dos vereadores que disseram ter votado pela cassação é maior do que o número dos que de fato assim procederam⁶⁰. A notícia do jornal *O Popular* retrata a impressão que a solução encontrada pela Câmara causou

⁶⁰ Foi possível constatar nessa sessão a divisão do plenário entre a maioria que apoiava a cassação e a minoria que mostrava faixas que defendiam a inocência de Samuel.

Sabor de pizza na Câmara

Indiciado em dezembro de 2004 por participação no desvio de R\$ 7 milhões destinados ao INSS, o caso de Amarildo Pereira (sem partido) arrastou-se por todo o ano. Em 15 de março, a Câmara de Goiânia aprovou, por unanimidade, a criação de Comissão Especial de Inquérito para investigar o desvio das contribuições previdenciárias. Em 19 de agosto, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra dez indiciados pela Polícia Federal. Em 13 de setembro, a Câmara aprovou a abertura de Comissão Processante para julgar o pedido de cassação do Vereador. Amarildo, entretanto, entrou na Justiça e conseguiu a suspensão dos trabalhos. Isso motivou a ação de alguns vereadores, que cancelaram a comissão e decidiram apresentar uma nova denúncia ao Conselho de Ética, cujo relatório recomendando a cassação foi aprovado por unanimidade em 8 de dezembro. O processo, contudo, terminou em pizza: no dia 15, em votação pelo plenário, Amarildo se viu livre da cassação por falta de votos para aprovar o relatório (foram 16 e eram necessários 17).

(Jornal O Popular, Goiânia, 2006).

Após ação protocolada pelo Ministério Público, o Vereador Pereira foi levado a julgamento e, em Primeira Instância, no dia 06 de julho de 2006, na 5ª Vara Criminal, condenado por unanimidade a 14 anos de prisão por desvio de numerários relativos ao FGTS dos funcionários da Câmara Municipal. Recorreu da sentença e, em liberdade, espera julgamento em segunda instância ⁶¹.

Sobre esses três exemplos, no caso do primeiro, o de possível envolvimento da FPE com a chamada “máfia das ambulâncias”, se as indicações preliminares da CPI, que indicaram indícios de envolvimento de uma parte dos parlamentares da

⁶¹ Esses casos não são exceção, pois há ainda o processo contra Samuel Almeida, Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás, acusado de se apropriar de salários de servidores fantasmas e tendo sido, por isso, expulso do PL (conforme dados dos arquivos da Assembléia Legislativa disponíveis para consultas públicas e segundo reportagens dos jornais Diário da Manhã e o Popular veiculada em várias edições do ano de 2005). Também pode ser citado a compra da Rede Record pela *Igreja Universal* que, segundo Mariano (2003) e Mafra (2001), teria sido facilitada pela postura bastante favorável dos líderes da *Igreja Universal* com o candidato a da situação Antonio Fleury ao Governo do Estado de São Paulo nos meses imediatamente anteriores à eleição em 1990.

Frente Parlamentar Evangélica se mostrar verdadeiros, não haverá necessidade de muitas reflexões sobre o tipo de situação que essa ação se enquadra.⁶².

No caso citado da “troca” da bolsa de estudo pelo voto, essa ação tem componentes que se distanciam daquela parcela dos discursos políticos dos pentecostais que valorizam a ética. Segundo Coelho (2000) o próprio eleitor reconhece que na maioria das situações essa não é a ação mais indicada.

Porém, condutas similares a essa, não são exclusividade dos evangélicos. Na atualidade a constância desse tipo de ação, poderá ser percebida pela tabela a seguir construída partir de dados do ESEB:

Figura 19 - A Função do Representante na Câmara

Pergunta: É Função do Deputado	É Obrigação do Deputado	Não é Função ou Obrigação do Deputado
Conseguir emprego para quem colaborou em sua eleição.	30% acham que sim	38% acham que não
Conseguir bolsa de estudo para a comunidade.	49% acham que sim	12% acham que não
Conseguir internação para pessoas necessitadas	58% acham que sim	5% acham que não
Doar dinheiro para pessoas necessitadas.	27% acham que sim	28% acham que não
Fazer doações para instituições de caridade.	48% acham que sim	8% acham que não

Fonte: ESEB, 2002

⁶² Nesse caso o que se procura fazer nesse momento não são acusações infundadas. E sim um trabalho a partir dos dados até então disponíveis sobre o caso. Dados que segundo a CPI que fez a análise preliminar do ocorrido indicam a possibilidade de envolvimento de parlamentares da FPE com a compra superfaturada de equipamentos da área de saúde. A partir disso nada ainda foi efetivamente provado nesse caso que envolve uma parte da FPE.

Em relação ao item que se refere à obtenção de emprego para quem colaborou na eleição, os dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) não são muito diferentes dos trazidos pelo ESEB. Já que, em uma pesquisa com pontos de similaridade, 31,0% dos entrevistados pelo IBOPE concordam que não é errado o candidato empregar em cargos de confiança parentes ou amigos que o auxiliaram em sua eleição (www.ibope.com.br/opiniaao_publica. Acessado em 11-02-2007).

Assim como a pesquisa do ESEB, a do IBOPE não faz referências a comentários relativos à importância da competência para a função, mas apenas à relação de amizade ou parentesco.

Porém, no caso dessa prática quando efetuada por evangélicos um dos fatores que para ela chama a atenção é que ao contrário das justificativas que muitas vezes esses mesmos evangélicos dão para a maior presença na esfera política, situações como essa demonstram que ao invés do abandono desse tipo de ação, essa aparentemente continua a ser uma das práticas presentes entre políticos ligados ao segmento evangélico.

A análise agora se voltará para o terceiro exemplo, o que envolveu o então Presidente da Câmara Municipal de Goiânia, o Vereador Amarildo Pereira. Segundo Coelho (2000), em uma passagem que discorre sobre o pensamento de Habermas, uma das características de ações estratégicas, é que, em muitas situações, há dificuldades de percepção dos momentos em que essas procuram similaridades com as ações comunicativas.

Essa característica das ações estratégicas de se mostrar a partir de uma outra perspectiva pode ser percebida de várias formas na contemporaneidade. Freitag (2005) cita como exemplo a Segunda Guerra Mundial e o apoio da maioria absoluta da população da Alemanha à política de Hitler, incluindo a perseguição aos judeus.

Há situações que não se tornam ações comunicativas, mesmo quando se percebe que, por trás delas, como meio de sua legitimação, há o apoio das urnas e a

continuidade desse apoio por meio de ações, como as delações de pessoas contrárias ao governo nazista, manifestações públicas de apoio, artigos favoráveis ao governo escritos por simpatizantes em jornais.

Mesmo que haja a instituição de uma arena ou esfera pública para discussões de interesses da sociedade, isso não basta para fazer das arenas em que as discussões políticas, militares e legais se efetivam locais em que a ação comunicativa e as argumentações por elas demandadas possam se efetivar.

Essa é uma situação que parece ter acontecido no exemplo que envolve o atual Deputado Estadual Amarildo Pereira, ligado à Igreja *Assembléia de Deus* e acusado de desvio de FGTS dos funcionários da Câmara Municipal de Goiânia, no período em que foi Presidente desta Instituição. Frente a condenação em processo do Conselho de Ética da Câmara e em primeira instância, em processo da Justiça Comum, com provas que tanto o Conselho de Ética da Câmara quanto os júris da Primeira Instância da Justiça Comum acharam irrefutáveis, o acusado se pronunciou o seguinte discurso: *‘isso é perseguição política de desafetos descontentes com minha atuação limpa que perseguiu corruptos e efetuada segundo os designios de Deus. Essa perseguição só se justifica por eu ter cortado mordomias. Por trás dessa perseguição e dos descontentes está satanás lançando setas (dificuldades) no caminho da igreja e dos homens de Deus’*⁶³. Justificativas que segundo os promotores não foi acompanhada de provas.

Na ausência de ações que comprovem suas afirmações, nada garante que o Vereador Pereira tenha dados que garantam que o discurso de defesa de sua postura política é efetivamente sustentado por suas ações políticas. O discurso destaca perseguição política e reafirma a justeza de seu ato. O que colocaria a ação do Vereador na condição de ação comunicativa e, a partir disso efetuada sob a sintonia entre ato e discurso que acompanham essas ações.

O que a postura de uma parte dos vereadores de Goiânia, que o condenaram no Conselho de Ética na Câmara parece refutar. E também parecem discordar da

⁶³ Discurso de Amarildo, proferido em seu site na internet após condenação em primeira instância pela justiça comum, em 25 de junho de 2006.

sintonia entre discurso e ação do Vereador Pereira os promotores e também o júri de seu julgamento na Justiça Comum. Já que o Vereador foi condenado por unanimidade em julgamento em Primeira Instância⁶⁴. O que aponta para a proximidade entre a forma de conduta do Vereador e a ação estratégica.

O discurso do Vereador, contudo, parece ser o que com mais constância chega até os eleitores ligados à *Igreja Assembléia de Deus*. Sobre isso, mesmo que conforme Freston (2000), nem sempre há por parte dos fiéis a intenção de levar em conta as orientações da liderança em relação a sua conduta política, essa força vinda da liderança e a força da maior proximidade com um determinado candidato não podem ser desconsideradas, pois, apesar de não marcar todos os eleitores, esse poder de coerção das lideranças sobre os fiéis é real em relação a boa parcela dos mesmos⁶⁵.

Sobre esse tema, ao contrário dos detalhes do processo que nem sempre são facilmente acessíveis aos fiéis, a facilidade de acesso à palavra do Vereador Pereira e ao seu discurso (que após duas condenações uma no Conselho de Ética da Câmara e outra em primeira instância na justiça comum parece assumir características da ação estratégica) pode ser notada pelo fato de o político ter os meios de comunicação da denominação a seu dispor.

Além disso, ao menos até sentença em última instância, segundo declarações da liderança da *Assembléia de Deus*, ele contará com apoio da liderança da Igreja e, enquanto isso, terá acesso, no mínimo, semanalmente, à maioria dos fiéis. A quantidade de discursos efetivados fora da denominação, o tempo que a maioria dos fiéis tem para ler esses discursos e os meios pelos quais têm acesso a eles são normalmente inferiores ou menos eficazes quando comparados com a

⁶⁴ Conforme leitura da decisão do júri no processo que o condenou.

⁶⁵ Não há uma forma exata para se medir o percentual de fiéis que se deixa guiar pelos interesses das lideranças, mas a partir do Grau de Exposição, às autoridades religiosas trazido pelo ESEB (2002), que essa possibilidade de influência existe. Sendo esse Grau de Exposição à autoridade religiosas, acima de 85% por cento nos casos dos pentecostais (que são o maior segmento entre os evangélicos e também o seu segmento que mais decisivamente se voltou para a política), é possível perceber as possibilidades dessa influência sobre uma parcela considerável dos fiéis. E essa influência, de alguma forma, pode se manifestar na hora do voto ou na hora em que se analisa como corretas ou não as ações do parlamentar.

abundância e facilidade de acesso aos discursos das lideranças da denominação e aos discursos do próprio Amarildo.

Esse fenômeno pode ser percebido a partir da análise dos dados da legenda a seguir, que discorre sobre o grau de influência da autoridade religiosa sobre os fiéis.

Figura 20 - Grau de Exposição às Autoridades Religiosas

Denominação	Baixo Grau	Médio Grau	Alto Grau
Assembléia de Deus	7,4	12,3	80,3
Congregação Cristã no Brasil	5,3	7,9	86,8
IURD	3,8	3,8	92,3
Igrejas Sara Nossa Terra e Fonte da Vida	5,1	5,1	89,7
Igreja Batista	15,7	3,9	80,4
Demais Igrejas Evangélicas	17,9	10,3	71,8

Fonte ESEB, 2002

É considerado alto o grau de exposição em que o fiel frequenta os cultos mais de uma vez na semana, pois isso eleva a probabilidade de ser influenciado pelo discurso da liderança. Importante ainda destacar que esse grau de Exposição à Autoridade Religiosa eleva-se à medida que o grau de escolaridade é menor, a exemplo das igrejas pentecostais (próximo ítem a ser abordado).

Aqui, mais do que a culpa ou inocência do Vereador Pereira, interessam as formas de acesso do Vereador e das lideranças a uma parcela dos fiéis que é, na maioria dos casos, superior às demais partes envolvidas na contenda.

Além disso, o Vereador tem a seu favor o que Weber (1993 e 1994) definiu como dominação tradicional, pois, enquanto contar com o apoio da liderança da denominação, seu discurso se mostrará referendado por uma instituição tradicional,

no caso, a *Assembléia de Deus* que, além da tradição de quase um século de fundação no país, ao ser considerada Igreja ligada ao pensamento de Lutero, demonstra ainda ligação com a tradição de quase cinco séculos da Reforma Protestante.

Essa ligação com a tradição é um dos fatores que parece aumentar a autoridade do Vereador Amarildo, já que, por trás dele, ao menos oficialmente, há toda a autoridade e o carisma de membros da liderança da denominação e da tradição à qual essa Igreja está ligada.

Um outro meio de se compreender a força desse discurso sobre grandes parcelas do protestantismo pode ser percebido a partir da percepção de dados relativos ao número de anos de estudo da população brasileira, e a partir da relação desses dados com a declaração religiosa do último recenseamento no Brasil.

Figura 21 - Média de Anos de Estudo por Religião no Brasil entre 1991 e 2000

Religião	1991	2000
Média Geral	4,72	5,86
Católicos	4,63	5,78
Total de Evangélicos	4,68	5,83
Evangélicos Históricos	5,79	6,94
Evangélicos Pentecostais	4,00	5,34
Outras Evangélicas	5,28	6,41
Testemunha de Jeová	5,36	6,49
Espírita	8,34	9,58
Umbanda e Candomblé	6,25	7,19
Outras Religiosidades	6,41	7,01
Sem Religião	5,06	5,65

Fonte IBGE Censos Demográficos de 1991 e 2000

Segundo a legenda acima, nas igrejas pentecostais, a média de anos por estudo é 0,52% abaixo da média nacional. Essa dependência das fontes mais

acessíveis, no caso as da congregação, que é um dos locais a que se vai com maior frequência e onde se tem maior acesso às lideranças e aos meios impressos e orais de comunicação, tem ligação com o pensamento de Habermas. Segundo esse autor:

..... as estruturas da esfera pública, refletem assimetrias inevitáveis no tocante às informações, isto é, quanto às chaces desiguais de intervir na produção, validação, regulação e apresentação de mensagens. E é preciso acrescentar a essas limitações sistêmicas a distribuição casual e desigual das capacidades individuais. As fontes da participação em comunicações políticas são geralmente escassas, ou seja: o tempo do qual cada indivíduo dispõe é exíguo; a atenção prestada aos temas, que têm a sua própria história, é episódica; a disposição e a capacidade de dar contribuições próprias para esses temas é pouca, finalmente, existem enfoques oportunistas, afetos, preconceitos etc., que prejudicam uma formação racional da vontade (Habermas, 1997).

Uma soma de fatores, no caso do protestantismo, incluem o maior acesso às informações de questões públicas a partir das lideranças religiosas em detrimento daquelas consideradas menos ligadas às denominações. Trata-se da confiança no líder religioso e também da possibilidade das ações estratégica e instrumental, além das informações trazidas em linguagem com sentidos nem sempre fáceis de se compreender.

Muitos elementos da política continuaram se mostrar como antes. Alguns pela aparente dificuldade de modificação. Conforme Habermas (1993) e Arendt (2003) o poder daqueles que exercem cargos públicos não lhes pertence, porque esses não são geradores de poder. Esse mesmo poder preexiste àqueles que dele se utilizam. Os discursos desses líderes políticos parecem apontar para esse fato. Há sempre a necessidade de justificativa de uma determinada ação perante aqueles que lhes outorgam o poder. No caso do Brasil um dos que tem essa função de outorga do poder é o eleitor. Por isso a abundância de ações estratégicas em detrimento de

ações comunicativas e ações instrumentais. Há sempre ou quase sempre a necessidade de alguma forma levar em consideração o que pensa o eleitor.

Além desses, há ainda um outro fator que demonstra a força desses discursos sobre pentecostais. Trata-se do fato de que os pentecostais, segundo dados do ESEB (2002), são um dos grupos em que tem maior distanciamento do dia-a-dia quando se trata de questões políticas e das formas como os discursos políticos se estruturam. Não que isso seja presente apenas nos pentecostais. Conforme Coelho (2000):

Da política como ação do Governo e do Parlamento, o brasileiro não gosta e tem até boas razões para isso porque ele mesmo 'não-se-acostumou' e 'não-foi-acostumado' a ter uma relação de compromisso com os seus representantes. Por um traço da formação histórica da sociedade, ele não se sente representado na política. Não se identifica com o Estado, daí sua atitude ambígua de cobrança e de pouco compromisso com as instituições públicas e com os serviços mantidos pelo Estado (Coelho, 2000, p. 67).

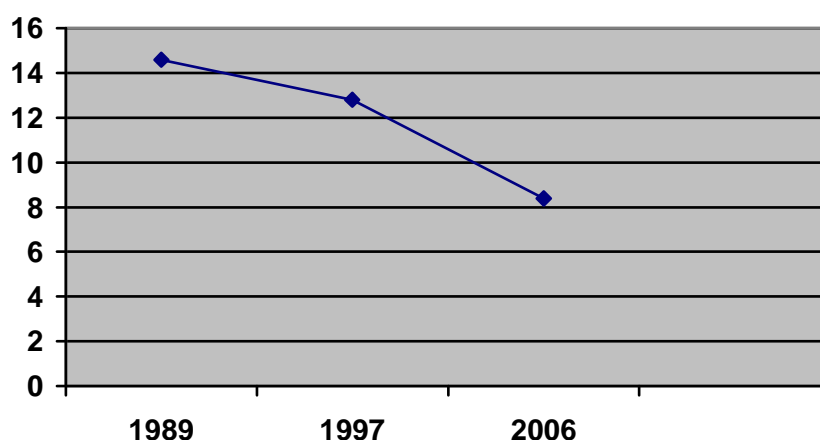
Porém nos pentecostais essa característica parece ser mais marcante do que em outros segmentos da sociedade. Segundo o ESEB, no Brasil, os pentecostais são o segmento que tem maior percentual dos que reduzem sua obrigação quase que somente ao momento do voto e que, com menos de dois anos, esquecem em quem votaram na última eleição.

Situações como essas apontam para o fato de que, em muitos momentos, a presença dos evangélicos na política, entre outros motivos foi positiva porque um segmento até então relativamente distante dessas questões para elas se voltou com mais incisividade. Porém, essa maior preocupação com a política não chega a produzir grandes modificações estruturais na forma como as ações políticas são efetuadas

Essa ausência de grandes modificações estruturais pode ainda ser demonstrada a partir dos dados de duas pesquisas do IBOPE, já citadas no capítulo

III. Uma de 1989 e outra de 2006. Segundo essas pesquisas, em 1989, o percentual da população que colocava como um dos pontos altos da política no Brasil a confiança nos políticos era de 14,6%, enquanto no ano de 2006 esse número era 8,4% . Apesar de variações e de momentos em que os números se elevam e sofrem reduções, em todo o período, há clara tendência de queda, conforme o gráfico a seguir.

Figura 22 - Grau de Confiança da População em Relação às Ações dos Políticos



Fonte: Banco de Dados do IBOPE/CESOP 2006, www.cesop.gov.br acessado em 20-01-2007

O gráfico traz dados coletados a partir do ano de 1989, embora a coleta desses dados tenha se iniciado em um período pouco posterior à Constituinte de 1988, que foi um dos marcos da maior presença de protestantes na política. De fato, a pesquisa não relaciona a tendência de queda de confiança nos políticos à maior presença de parlamentares evangélicos. Parece apenas que o período pesquisado é bastante próximo do período de presença mais efetiva de políticos ligados ao protestantismo. Porém, mesmo que não seja esta a intenção, e mesmo sem que seja imputada a culpa dessa redução de confiança à presença de políticos evangélicos, a pesquisa acaba por apontar para a tendência de queda da confiança nos políticos no mesmo período de ascensão numérica de políticos evangélicos. Ou seja: segundo seus dados, na maior parte do período em que os protestantes atuaram mais

ativamente na política, a confiança da população nos políticos, ao invés de se elevar, sofreu redução.

A junção desses fatores acaba por contribuir para que a política praticada por políticos evangélicos (com destaque para os pentecostais), em muitos momentos não seja estruturalmente diferente das ações políticas anteriores à sua maior presença. Em muitas situações, em primeiro plano, antes de se voltar para a preocupação com a coletividade em detrimento do grupo, ou de se voltar para a transparência e a busca de ações éticas, se volta para os interesses de várias denominações evangélicas, de uma denominação em especial, de um pequeno grupo, ou mesmo interesses de um indivíduo.

Isso, ao menos em parte, pode ser compreendido por meio do pensamento de Habermas (2003), para quem, na contemporaneidade, quem quiser atuar nas questões políticas terá que seguir o jogo da “esfera política”. Ainda de acordo com Habermas, nas organizações modernas, ainda não há outra forma de atuação política acessível aos segmentos sociais. Os exemplos aqui expostos confirmam que essa é uma assertiva também para os protestantes pentecostais.

Se na atualidade as regras de atuação política implicam na maior presença da ação estratégica, então, a possibilidade de ação que se mostra também para os pentecostais na contemporaneidade é a aplicação dessa mesma ação estratégica, já que ela impera e comanda as relações políticas.

Porém, ainda segundo o próprio Habermas (2003), a partir da participação no jogo político, é possível projetos de modificação dessa conduta, embora nem sempre, a exemplo das situações analisadas ao longo deste capítulo, esta seja a intenção mais marcante dos políticos evangélicos.

5 – CONCLUSÃO

Vários fatores podem ser relacionados com o fenômeno da ascensão dos protestantes pentecostais. Um deles é o sistema público brasileiro de amparo sócio-econômico, que possui sérias deficiências e que, em parte, permitiu ao segmento pentecostal alcançar essa projeção. A maioria dos templos se localiza nas proximidades de regiões carentes, atendendo aos fiéis com alimentos, remédios e agasalhos. Outro fator, conforme o pensamento de Novaes ; Mafra (2002) é a idéia de ligação efetiva com um grupo que possibilita a construção de uma identidade.

Com uma maneira de evangelizar que além dos canais de rádio e televisão, utiliza o corpo-a-corpo, em busca do evangelho de resultados, as igrejas ficam abertas, às vezes, 24 horas por dia. Também são realizadas visitas a enfermos e necessitados com constância e um pastor, evangelista ou obreiro, em grande parte do dia, fica à disposição dos fiéis. São estes alguns dos ingredientes que estruturam um pouco mais as bases da religiosidade protestante pós 1970, tanto em Goiânia como em outras partes do país.

Imputar todas as causas da ascensão das Igrejas *Fonte da Vida*, *Sara Nossa Terra*, *Igreja Universal*, *Assembléia de Deus* e demais igrejas pentecostais à falta de ação do poder público, mudanças políticas pós-era de governos militares, ou às mudanças ligadas à “sociedade industrial” que surgiu no Brasil no decorrer do século XX não parece ser uma resposta que dirima todas as dúvidas.

Houve também diferenciação nítida entre a maneira de agir de muitas das denominações protestantes surgidas no século XX e a das surgidas anteriormente, pois os pentecostais inovaram em relação a outras linhas do protestantismo. Muitas das igrejas que dali surgiram parecem ter percebido com maior nitidez que nas demais igrejas protestantes, outras possibilidades de se conseguir espaço para projeção numérica, política e social.

Esse novo modelo, mesmo sem romper com parte das práticas estruturais do protestantismo histórico ou tradicional, inovou na forma de cultuar e na maneira

mais incisiva de buscar aproximação com Deus, além de também buscar benesses aqui na Terra. Além disso, ganharam força a preocupação com a evangelização constante, a valorização da ocupação do espaço público, a valorização da mídia e também a conquista de objetivos pessoais.

O modelo de crescimento das igrejas tradicionais que dera certo nos primeiros séculos após a Reforma, começou a perder espaço, ensejando, na virada para o Século XX, uma nova forma de protestantismo que acabou ganhando projeção. Com ele, vieram igrejas como a *Assembléia de Deus* que, no segundo e terceiro quartos do século XX, tornaram-se o “carro chefe” das igrejas protestantes do Brasil, mostrando a capacidade dessas de se adaptarem a novas situações.

Utilizando esta capacidade de renovação, a partir da década de 70 do século XX, outras denominações surgiram, em parte também se auto-intitulando devedoras da Reforma Protestante e adeptas de várias das doutrinas básicas das demais igrejas evangélicas. Goiânia foi a sede de várias igrejas que conseguiram destaque nacional e internacional: as igrejas Videira, Ministério Luz Para os Povos, *Sara Nossa terra e Fonte da Vida*.

Não há garantias de que as fórmulas das igrejas pentecostais que até agora mostraram eficiência sejam tão duradouras como as utilizada pelas igrejas do princípio da Reforma protestante. Mas, independente desta certeza, atualmente, sua lida com as práticas cristãs é considerada válida pelos fiéis e têm também servido como meio de reorientar as concepções de trato com o sagrado das demais denominações cristãs, incluindo aquelas que não são protestantes.

Enfatizou-se aqui uma trajetória que se inicia com o protestantismo, em muitos momentos, separando evangelização e atuação política. O que foi uma das marcas dos séculos anteriores ao século XX, e também uma marca dos primeiros três quartos do próprio século XX. Porém, no final desse século a preocupação com a evangelização distanciada das questões políticas e a partir disso distanciada de grande parcela dos problemas do país, que era uma das marcas do protestantismo, perdeu espaço para o maior envolvimento com essas questões.

Os motivos desse envolvimento passam pela crescente industrialização do país e as necessidades da organização da vida nas grandes cidades. Além disso, passam também pelo distanciamento entre religião e Estado, que se iniciou timidamente no século XIX, com a vinda da família real para o Brasil, com a independência do Brasil em 1822 e com a posterior promulgação constituição. Esse distanciamento a que se refere ganhou um novo impulso a partir de 1888 e 1889 com a proclamação da República e a outorga da nova Constituição.

A mescla desses componentes com o surgimento de igrejas evangélicas mais preocupadas com questões sociais, aliada à mudança de postura de uma parcela das igrejas já existentes, se mostrou como um dos incentivos a essa nova postura.

A partir de então, a busca de justificativa para a ação política mais incisiva ganhou força em meio a uma parcela das igrejas protestantes, embora essa aproximação com a política quase sempre tenha sido justificada pela necessidade de ética e transparência nas ações políticas, e também pela necessidade de ações que em primeiro plano se voltassem para a maioria da população, isso nem sempre foi o que de fato aconteceu.

Os exemplos trazidos no trabalho demonstram que, em grande parte, essa modificação estrutural na forma em que as ações políticas se dão, ao menos até o momento presente, estão além da capacidade dos protestantes pentecostais, o que, em parte, talvez possa ser explicado por sua limitação numérica, já que seu percentual demonstra um crescimento considerável, porém sem lhe tirar a condição de religião minoritária.

Isso pode fazer com que seus interesses, em muitas situações, mesmo sendo vistos por eles como os interesses da população brasileira em geral, são na verdade os de um determinado grupo dentro dessa população. Grupo que, assim como no passado, nem sempre tem como objetivo ou mesmo nem sempre tem condições de se manifestar em nome da totalidade ou quase totalidade dessa população.

Conforme os exemplos trazidos, em muitas situações, apenas teoricamente existem diferenças entre a ação de protestantes pentecostais e aquilo que estes em

seu discurso criticam. O discurso diz que agora é também de sua responsabilidade atuar como guias políticos do país. Porém, na transposição dos discursos para a atuação política de fato, há um hiato que está além da condição de poucos casos isolados.

Não que esse tipo de ação política seja novidade ou tenha surgido a partir dos pentecostais. Estas não são exceções na política goianiense e brasileira, porém chamam a atenção por estarem presentes em um segmento que se aproximou da política com discursos que apontavam para objetivos que, para serem alcançados, exigiam mudanças nas formas de ação políticas, incluindo a prática de ações que fossem exemplares e que, a partir disto, pudessem funcionar como modelo para os demais.

A novidade é a incoporação da política, já que, principalmente a partir dos pentecostais, um segmento que por muito tempo esteve relativamente distante dessas questões, acaba por se voltar com maior interesse para ela. O que nem sempre é novo são as maneiras de sua atuação. Então, apesar da maior presença dos evangélicos na política, o projeto de modificação estrutural do trato com a política no Brasil por eles anunciados não atingiu muitos dos objetivos que foram anunciados.

Não há, porém, como desconsiderar os protestantes pentecostais quando se fala de ação efetiva voltada para política no Brasil. De fato, qualquer projeto que queira compreender e debater questões econômicas, culturais, políticas e sociais, incluindo nessas questões os assuntos ligados à religião, tem de levar em conta o fato de que vivemos no maior País católico do Mundo. Não se deve, no entanto, perder de vista que uma das denominações que mais cresce no País e na América Latina é o protestantismo pentecostal.

Mesmo sem chegar ao objetivo na política que, em muitos momentos, ao menos teoricamente, foi anunciado como meta, os números percentuais do pentecostalismo deixam claro que o lugar do catolicismo e do protestantismo tradicional, sem dúvida, é aqui, desde que o lugar dos pentecostais também o seja.

Ou seja: mesmo que algum outro grupo anuncie ser necessário mudanças na forma de condução política no Brasil, esse projeto de mudança precisa, efetivamente, levar em conta os milhões de pentecostais brasileiros.

6 - REFERÊNCIAS

1 - BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, I. **Do Signo ao Discurso**, Introdução à Filosofia da Linguagem; São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**, Tradução, Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Perspectiva, 1972.

ARENDT, H **O Que é Política?**. Tradução Ursula Ludz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003

ALSTHON W. **Divine Nature and Human Language**. Ithaca and London, Cornell University Press, 1989.

BABHA, H. **O Local da Cultura** Tradução Miriam Ávila, Belo Horizonte, UFMG, 2001.

BENVENISTE, E. **Estruturalismo em Lingüística**. In: Benveniste; *Problemas de Lingüística Geral II*, SP, Campinas, Pontes, 1989.

BLOCH, M. **Os Reis Taumaturgos**, São Paulo, Companhia das Letras, 1978.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**, Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001, 4ª ed.

BRIGNOLI. H & CARDOSO. C. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1990, 5a

CABRAL, D. **Assembléia de Deus a Outra Face da História**. Rio de Janeiro, RJ. Betel, 1998, 2ª ed.

CARDOSO, S. **A Questão da Referência**. Das Teorias Clássicas à Dispersão de Discursos, SP, Campinas, Autores Associados, 2003.

CHAUL, N. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Goiânia, UFG, 1999.

COELHO, M.F.P. **O Gosto Pela Política**. In: *Política e Valores*. Organizadores: Araújo, Coelho, Santos e Souza. Brasília, UNB, 2000, p. 61-86.

Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil: Casa Editora Presbiteriana, São Paulo, 2006.

Constituição das Assembléias de Deus no Brasil, São Paulo, SP, Casa Publicadora das Assembléias de Deus do Brasil, 1981.

DELUMEAU, J. *A Reforma Porque*: In: **Nascimento e afirmação da Reforma**; Portugal, Cidade do Porto, Ed. Tavares Martins, 1962, p. 528-599.

DONGHY, T. **História da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, 3ª ed.

DILTHEY, W. **A Compreensão dos Outros e das Suas Manifestações de Vida** In: *Teorias da História*. Vitor Matos de Sá. Lisboa; Calouste Gulbekian, 1995, p. 259-273. 4ª ed.

_____. **Origem da Hermenêutica**. In *Textos de Hermenêutica*: Agostinho, Espinoza, Hegel, Dilthey, Nietzsche. Organizador R. MAGALHÃES. Tradução. Alberto Reis, e José Andrade. Rés Editora, Porto, 1984.

DOMINGUES, I. **Epistemologia das Ciências Humanas, Tomo 1 Positivismo e Hermenêutica**. São Paulo; Edições Loyola, 2004.

DURKHEIM, E . **Da Divisão do Trabalho social**. Tradução, Eduardo Brandão, São Paulo; Martins Fontes, 1999.

DUCROT, O. **Estruturalismo e Linguística**, Tradução José Paulo Paes; São Paulo, Cultrix, 1968 (data da edição francesa).

FREITAG, B. **Dialogando com Jürgen Habermas**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2005.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Tradução, Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

_____. **As palavras e as Coisas**. Tradução, Antônio Ramos Rosa. São Paulo; Martins Fontes. 1966.

HABERMAS, **Habermas Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, Tradução Bárbara Freitag e Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Ática, 1993, 3ª edição.

HABERMAS, J. **Agir Comunicativo e Razão Destrancendentalizada**, Tradução Lúcia Aragão. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia Entre a Facticidade e a Validade**, Tradução Flávio Breno Siebeneichler. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997 V.2.

HABERMAS, J. **Pensamento Pós Metafísico**. Estudos Filosóficos, Tradução Flávio Beno Siebeneichler, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**, Tradução Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo, Nova Cultural, 2000.

LASSWELL, H. **A Linguagem da Política**, Tradução Lúcia Dauster Vivacqua e Silvia, e Sônia de Castro Neves. Brasília, UNB, 1982, 2ª ed.

LÉONARD, É. **O Protestantismo Brasileiro**. São Paulo, Aste, 1981.

MACHADO, M. **Carismáticos e Pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar**. SP, Campinas, Autores Associados, ANPOCS, 1996.

MAFRA, C. **Os Evangélicos**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, (2000).

MARIANO, R. **Evangélicos Pentecostais a Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil**, São Paulo, Edições Loyola, 2005, 2ª edição.

Memórias Goianas. Goiânia, GO. Editora UCG, 1996, Volume nº.5 (Relatório que Assembléia Legislativa de Goyaz de 1851. Sobre a relação de proximidade entre catolicismo e Estado em meados do século XIX).

MORAIS, L. PALACIN, L. **O Século do Ouro em Goiás**. Goiânia, UCG, 1994, 4ª ed.

OLIVEIRA, M. **Reviravolta Lingüístico Pragmática na Filosofia Contemporânea**, Petrópolis, Vozes, 2001, 2ª ed.

PALACIN, Luís, **Fundação de Goiânia e Desenvolvimento da Goiás**. Goiânia, Ed. Oriente, 1973.

PIAZZA, O. **Introdução à Fenomenologia Religiosa**, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

PLATÃO, **Crátilo**, Tradução Carlos Alberto Nunes, Belém, UFPA, 1973.

ROBIN, R. **História e Lingüística**, Tradução: Adélia Bolle. São Paulo, Cultrix, 1973.

RODRIGUES, C. **A Igreja e a Política**. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Universal, 1998.

RUEDEL, A. **Da Representação ao Sentido Através de Scheleiemarcher à Hermenêutica Atual**, Porto Alegre; Edipucrs, 2000.

CURSINO E. **Política e Magia (Na Cultura Brasileira e) no Distrito Federal**. In: *Política e Valores*. Organizadores: Araújo, Coelho, Santos e Souza. Brasília, UNB, 2000 p. 87-115.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução Antônio Chelini, Izidoro Blinkstein e José Paulo Paes, São Paulo, Cultrix, 1970.

SCHLEIERMACHER, F. **Hermenêutica: arte e técnica da interpretação**, RJ, Petrópolis, Vozes, 1990.

SOUZA, B. **Pentecostais em São Paulo; a Experiência da Salvação**, São Paulo, Livraria duas cidades LTDA, 1969.

SOUZA&MARQUES; **Compreensão e Produção de Textos**, Rio de Janeiro, Vozes, 1999, 3ª ed.

SIQUEIRA, D. **As Novas Religiosidades no Ocidente. Brasília, Cidade Mística**, Brasília, Ed. UNB, 2003.

SIQUEIRA, D. **Novas Religiosidades, Estilo de Vida e Sincretismo Brasileiro**. In:

SIQUEIRA, D; **Sociologia das Adesões. Novas Religiosidades e a Busca Místico-Esotérica na Capital do Brasil**. SIQUEIRA, D; LIMA, R. (Org) Rio de Janeiro; Garamond, 2003a, p. 107-170.

TEIXEIRA, F. **História Concisa do Brasil**, São Paulo, Global, 1993.

WALLER, B. **BISMARCK**, Argentina, Buenos Aires, Editora Ariel, 1974 (Biografia sobre a vida de Bismarck).

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**, Tradução Valtensir Dutra, Rio de Janeiro, LTC, 1982, 5ª ed.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**, Tradução. Régis Barbosa e Karen Barbosa; Brasília, UNB, 1994, 3ª ed.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, Tradução Valtensir Dutra, São Paulo, Pioneira, 1996.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**, Tradução Augustin Wernet, São Paulo, Cortez, 1993. 2ª ed.

WEBER, M. **Ciência e Política Duas Vocações**, Tradução Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, 1967-1968.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**, Tradução José Carlos Bruni. São Paulo; Nova Cultural, 1996.

WITTGENSTEIN, L. **Tratado Lógico Filosófico**, Tradução José Carlos Bruni. São Paulo; Nova Cultural, 1996a.

2 – REVISTAS E JORNAIS

CAVALCANTE, R. **Os Evangélicos e a Política: Frustrações e Esperanças.** *Revista Ultimato*, Viçosa, Minas Gerais, Ed. Ultimato, novembro de 1986. p. 5-6. Arquivo da Igreja Assembléia de Deus, Itapuranga-GO.

Domingues, R. **Jonatas Gurgel Campeão de Jiu Jitsu.** *Jornal o Popular*, Goiânia, 22-10-2002, p. 17 (reportagem sobre atletas goianos membros da Igreja Fonte da Vida que ganharam medalhas em competições nacionais).

DUARTE, M A **Expansão Evangélica,** *Revista Época*, Rio de Janeiro, Ed. Globo, 02-10-2000, p.57 (sobre a elevação dos percentuais de evangélicos no Brasil).

DUARTE, T. **A Criação da Arquidiocese de Goiânia e a Construção de Brasília,** In: *Fragments de Cultura*, Goiânia, Go, Sociedade Goiana de Cultura, V.8, nº.1, Janeiro e Fevereiro de 1998, p.115 – 129.

DUARTE, T. **Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968-1985)** In: *História Revista*, Ed. UFG, Goiânia, 1997, p.77-102.

EDWARD, J. **A Força do Senhor.** *Revista Veja*, São Paulo. Ed. Abril, 03-07-2002, p.94, nº 1758 (sobre o crescimento dos evangélicos a partir da década de 1970).

FILHO, C. **Marcas de um Verdadeiro Candidato Evangélico.** *Revista Ultimato*, Viçosa, Minas Gerais, Ed. Ultimato, novembro de 1986. p. 7-9. Arquivo da Igreja Assembléia de Deus, Itapuranga-GO.

GOMES, D, **Pastor uma Profissão em Plena Ascensão,** *Jornal o Popular*, Goiânia, 17-02-2003, p. 3 e 4 (sobre a elevação do número de pastores em Goiânia).

MACEDO, E. **O Começo de Tudo.** *Jornal Folha Universal*, Rio de Janeiro, Ed. Universal, 20-06-2002 (editorial em que o Bispo Edir Macedo comenta sobre a fundação da Igreja Universal).

MARCHI, E. **Religião e Igreja, a Consolidação do Poder Institucional.** In: *História Questões e Debates*. Curitiba, Paraná, Associação Paranaense de História, 1997, p. 172-195.

MARIANO, R. **Efeitos da Secularização do Estado, do Pluralismo e do Mercado Religioso Sobre as Igrejas Pentecostais.** *Civitas: Revista de Ciências Sociais*. Vol. 3, nº 1, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003.

ORO, A. **Religião e Política nas Eleições 2000 em Porto Alegre.** *Debates do NER*, ano 2 - nº 3. Porto Alegre, UFRGS, 2001.

RECHE, C. **A Eleição na Câmara** *Jornal O Popular*, Goiânia, 19-12-2006, p3. (sobre a eleição na Câmara Municipal de Goiânia no final de 2006).

RECHE, C. **Thiago Peixoto Condena a Atitude de Deivison.** *Jornal O Popular*, Goiânia, 21-12-2006, p. 12 (o Vereador Thiago Peixoto condena a mudança de partido do Vereador Deivison Costa, que na perspectiva de Peixoto foi motivada pelo desejo de assumir a presidência da Câmara).

SILVA, P. **Carta Pastoral Sobre o Protestantismo.** *Revista da Arquidiocese*, Fevereiro de 1960, Goiás, (carta sobre o protestantismo e seus “males”).

WANDER, E. **Em Nome de Cristo.** *Jornal O Popular*, Goiânia, 10-11-2002, p.4 (Reportagem sobre a ascensão dos cantores e conjuntos evangélicos na cidade de Goiânia).

SOUZA, E., e MAGALHÃES, M. **Os Pentecostais Entre a fé e a Política,** In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Volume 22, nº43, Julho de 2002, p. 85-105.

ZUHAIR, M. **Marconi Perillo e Íris Rezende Oram Juntos em Culto,** *Jornal O Popular*, Goiânia, GO, 18-02-2002, p. 1 (o candidato a Governador por Goiás e o candidato ao Senado também por Goiás recebem a bênção ministrada pelo Apóstolo César Augusto).

Às Urnas, *Jornal Gazeta Goyana*, Goiás-GO 13-09-1890, p.2 (sobre a força do catolicismo no país, e os motivos da população votar em candidatos assumidamente católicos. Editorial em microfilme e sem citação de autores).

Editorial, Edir Macedo e a Igreja Universal. *Jornal Folha de São Paulo*, 20-06-1991 (Edir Macedo comenta a ascensão da Igreja Universal).

Evangélicos em Goiânia. *Revista no Cenáculo. Goiânia, Ed. Cenáculo*, outubro de 1984, p. 27 (Sobre o número de evangélicos nas capitais).

Famílias Melhoram sua Relação Após Conversão. *Jornal Folha Universal*, Rio de Janeiro, Ed. Universal, 11 de Junho 2001, p. 12b. (sobre melhoras na relação entre membros integrantes de famílias que se converteram).

Goiânia a Campeã de Crescimento no País. *Jornal Diário da Manhã*, Goiânia, 24-10-1983, p. 11 (Reportagem sobre a cidade de Goiânia, considerada a cidade que mais cresceu no país entre os anos 50 e 80).

Invasão no Areião tem Agora Solução à Vista: toda a área ocupada poderá ser loteada. *Jornal Folha de Goyaz*, Goiânia, 26-07-1980, p. 8 (sobre a igreja católica intermediando o embate entre estudantes e policia em Goiânia na época da ditadura militar).

Invasores Ouvem o Prefeito Índio, Depois vão a Padre Ivo. *Jornal Folha de Goyaz*, Goiânia, 04-11-1980, p.10 (sobre a igreja católica intermediando o embate entre estudantes e policia em Goiânia na época da ditadura militar).

Isenção de Impostos Para Templos Religiosos em Goiânia. *Jornal folha Universal*, Rio de Janeiro, Ed. Universal, 27-05-2001, p. 7a, sem citação de autores (Sobre projeto de isenção de impostos para templos religiosos).

Militares Tomam de Assalto a Praça da Catedral. *Jornal Folha de Goyaz*, Goiânia, 03-04-1968, p.8 (sobre a igreja católica intermediando o embate entre estudantes e policia em Goiânia na época da ditadura militar).

Os Números que não Batem. *Jornal O Popular*, 16-03-2006, p. 7 (O Vereador Humberto Aidar diz que o número dos vereadores que disseram ter votado pela cassação do Presidente da Câmara Municipal de Goiânia é maior do que o número dos que de fato assim procederam)

Partido Catholico, *Jornal Gazeta Goyana*, Goiás-GO, 18-09-1891, p.1 (sobre as causas da fundação do partido catholico em Goiás. Editorial sem citação de autores).

Perguntas Respeitosas Dirigidas ao Sr. Ministro da Igreja Evangélica (Protestante) por um Neophyto da Mesma fé. *Jornal Gazeta Goyana*, Goiás, 10-01-1891 (sobre supostos erros doutrinários dos protestantes. Editorial sem citação de autores, em microfilme).

Prefeitura tem Outra Invasão Pela Frente: Agora é a que existe no prolongamento da Goiás. *Jornal Folha de Goyaz*, Goiânia, 26-07-1980 p.8. (sobre a igreja católica intermediando o embate entre estudantes e policia em Goiânia na época da ditadura militar).

Sabor de Pizza na Câmara. *Jornal o Popular*, Goiânia, 16-03-2006, P. 7 (reportagem sobre a absolvição do Vereador Amarildo Pereira, acusado de apropriação indevida de repasses do FGTS de funcionários da Câmara).

Tratores e Caminhões Destroem Casas na Fazenda Caveirinha. *Jornal Folha de Goyaz*, Goiânia, 06-10-1979, p.8 (sobre a igreja católica intermediando o embate entre estudantes e policia em Goiânia na época da ditadura militar).

3 - TESES DE DOUTORADO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

DUARTE, T. **Se as Paredes da Catedral Falassem: a Arquidiocese e o Regime Militar, 1968-1985** Dissertação de Mestrado. Goiânia, UFG, História, 1996.

MAIA, E. **Religião e Política: o Fenômeno Religioso**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

MARTINS, P. **Línguas de Fogo Sobre o Congresso: Os Pentecostais na Constituinte**. Dissertação de Mestrado, 1994, Brasília, UNB, Ciência Política e Relações Internacionais. Acervo da UNB.

MESSEMBERG, D. **A Elite Parlamentar do Pós – Constituinte: atores e práticas**. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, Sociologia, 2000.

MORAIS, I. **O Protestantismo em Goiânia. Conflitos Transformações e Permanências**. Dissertação de Mestrado. Goiânia, UFG, História, 2003. Acervo da Universidade Federal de Goiás.

SANTANA, N. **O Mover do Espírito Santo na Virada do Milênio - Pentecostais e Carismáticos em Goiânia**. Goiânia, 2002, Dissertação de Mestrado. Acervo da Universidade Católica de Goiás.

VIEIRA, J. **Luz Para os Povos: Evangélicos na Política**. Artigo de Conclusão de Curso de Graduação. Cidade de Goiás, UEG, História, 2007. Acervo da Universidade Estadual de Goiás – Cidade de Goiás.

4 - FONTES ELETRÔNICAS:

AUGUSTO, C. <http://www.fontedavida.com.br/expansão> *A Grande Colheita* (o Apóstolo César Augusto conclama os fiéis a participarem da grande colheita – projetos de evangelização), acessado em 02-11-2002.

FRESTON; P <http://www.ig.com.br/ultimahora>, *Os eleitores de Deus* (o pesquisador de religiões Paul Freston, em entrevista a Marcos Sá Correia sobre o crescimento dos evangélicos e seu envolvimento com questões políticas), acessado em 18-09-2000.

PIERUCCI, A. 2000 <http://www.ig.com.br/ultimahora> *Evangélicos Superestimam seu número* (jornal última hora citando entrevista de Antônio Flávio Pierucci ao Jornal o Povo, comentando sobre o crescimento das linhas protestantes existentes no Brasil), acessado em 26-05-2000.

RODOVALHO, R <http://www.saranossaterra.com.br>, *porque a ação política?* (o Bispo Rodovalho defende a ação política) acessado dia 15-08-2002.

RODOVALHO, R. <http://www.fenasp.com> (Sobre a Cerimônia de Posse do Bispo Rodovalho no cargo de Deputado Federal), acessado em 12-02-2007.

NOVAES, R. ; MAFRA, C. <http://www.folhadesaopaulo.com.br>, *Pulverização Pentecostal Cria Micro Igrejas* (D. Konenberg entrevista as pesquisadoras de religiões Clara Mafra e Regina Novaes sobre os números do Recenseamento de 2000 e o crescimento dos evangélicos) acessado em 13-05-2002.

<http://www.adelorvieira.com.br/estatuto> *Estatuto de Fundação da Frente Parlamentar, Brasília, 2003*, acessado em 20-10-2004.

<http://www.adelorvieira.com.br> sobre a função da Frente parlamentar Evangélica, acessado em 20-12-2005.

<http://www.aevb.com.br> (sobre as igrejas que tem ligação com a Associação Evangélica Brasileira), acessado em 20-08-2006.

<http://www.arcauniversal.com.br/folha>, *Bancada Evangélica Cresce na câmara e no Senado* (acessado em 02-11-2002).

<http://www.assembleia.go.gov.br/legislacao> (Sobre os projetos de leis que buscam proibir concursos aos sábados)

<http://www.camara.gov.br> (sobre as leis ligadas a parlamentares evangélicos) acessado em 20-07-2006.

<http://www.camara.gov.br> (sobre o número de deputados federais por Goiás com alguma ligação com a FPE), acessado em 18-2-2007.

<http://www.camara.gov.br> (*Discursos Sobre a AEBV e sobre projetos políticos de João Campos e demais membros da AEBV*, acessado em 20-08-2006 e em vários outros momentos entre 2002 e 2006).

<http://www.camaragyn.go.gov.br>, *vereadores evangélicos* (sobre os vereadores e deputados estaduais evangélicos em 2007), acessado em 20-12-2006.

<http://www.camaragyn.go.gov.br>, sobre a quantidade de projetos de doação de áreas para igrejas em Goiânia. Acessado em 25-01-2007.

<http://www.cgadb.com.br> (Conselho Geral das Assembléias de Deus Sobre doutrinas usos e costumes nas igrejas pentecostais), acessado em 10-01-05.

<http://www.cesop.gov.br> (sobre a média de estudos por ano entre as religiões. O CESOP citando dados do IBGE), acessado em 20-01-2007.

<http://www.cesop.com.br> (o CESOP citando dados do IBOPE sobre a confiança da população no político), acessado em 20-01-2007.

<http://www.fenasp.com> (enquête sobre o direito do parlamentar indicar parentes), acessado em 20-12-2006.

<http://www.fontedavida.com.br>, (sobre o crescimento da denominação no Brasil e fora dele), acessado em 20-10-2001.

<http://www.fontedavida.com.br>. Acessado em 25-10-2002.

<http://www.fontedavida.com.br> *O início da Igreja* (sobre a acolhida que os pentecostais tiveram em Goiânia no início de seus trabalhos), acessado em de 20-12-05.

<http://www.fontedavida.com.br> (sobre os atletas evangélicos que recebem patrocínios das suas igrejas e que levam o nome dessas em seu uniforme), acessado em 07-01-2003.

<http://www.fontedavida.com.br> *assumindo responsabilidades* (Sobre a necessidade de maioria de ações políticas voltadas para a coletividade e não apenas para um segmento), acessado em 27-08-2002.

<http://www.fontedavida.com.br> (sobre a necessidade de se divulgar a fé), acessado em 20-08-2002.

<http://www.ibge.gov.br/religião> (sobre o número de pentecostais em Goiás e em Goiânia), acessado em 20-08-2005.

<http://www.ibge.gov.br/2000/religião> (sobre os percentuais de fiéis nas religiões brasileiras), acessado em 14-05-2000.

http://www.ibope.com.br/propiniao_publica. (sobre o que é permitido e o que deve ser proibido a parlamentares), acessado em 11-02-2007.

<http://www.saranossaterra.com.br>, que discorre sobre os meios de comunicação utilizados por essa denominação, acessado em 27-08-2002,.

<http://www.saranossaterra.com.br>. *A Necessidade da Política* (Editorial sem título sobre a importância da ação política), acessado, 20-08-2002.

5 - PROGRAMAS DE TELEVISÃO

Programas 1) O Despertar da Fé, 2) Ponto de Luz, 3) Fala Que eu te Escuto, 4) Em Que Posso Lhe Ajudar, 5) A Noite Nossa, 6) Retrato da Fé, da Rede Record e Canal Fonte da Vida/SESC que tiveram seu conteúdo analisado entre Maio de 2005 e Outubro de 2006.

Programa da Assembléia de Deus. Canal gênese Goiânia, 17-09-06 (O Pastor Silas Malafaia questiona a postura daqueles que votam em um candidato devido a suas promessas de benesses para os evangélicos).

SBT/TV Serra Dourada. Propaganda político partidária obrigatória veiculada dia 22-09-06 às 20 h. e 30 min., em Goiânia (O candidato a Vereador Deivison Costa questiona a falta de ética nas ações ligadas à política na Câmara Municipal de Goiânia).

Programa Roda Viva TV Cultura junho de 2000 (sobre o valor que uma parcela das igrejas pentecostais dão aos meios de comunicação)

6 - ENTREVISTAS:

Nome	Profissão	Data	Cidade	Igreja
Adelor Vieira	Deputado Federal e Presidente da AEVB	20-09-2006	Brasília	Assembléia de Deus
Antonio de Jesus	Ex Deputado Federal e Pastor	12-09-2006	Goiânia	Assembléia de Deus
Fabício Bonfim	Membro As. Moradores Conjunto Romildo	13-09-2006	Goiânia	Sem declaração
Daniel Rezende	Aposentado	12-09-2001	Goiânia	Membro e Ex seminarista da Assembléia de Deus
Daiane Batista da Silva	Dona de casa	27-06-2002	Aparecida de Goiânia	Igreja Universal
Deivison Costa	Vereador pelo PMDB	18-12-2006	Goiânia	Assembléia de Deus
Euler Ivo	Vereador pelo PDT.	22-06-2002	Goiânia	Sem declaração de Religião
Pastor Gonçalves	Pastor	13-06-2002	Aparecida de Goiânia	Igreja Universal
Humberto Aidar	Deputado Estadual pelo PT	20-06-2006	Goiânia	Sem declaração de religião
Luiz Goulart	Pastor	20-01-2003	Goiânia	Igreja Presbiteriana da Vila Morais
João Campos	Deputado Federal	10-02-2007	Goiânia	Assembléia de Deus
Marcelo B. Nunes	Auxiliar de Escritório	20-06-2002	Aparecida de Goiânia	Igreja Universal
Marisa Silva	Pastora	21-09-2002	Brasília	Sara Nossa Terra
Benedito Alves	Pastor	04-01-2003	Goiânia	Fonte da Vida

Tarzan de Castro	Ex Deputado Estadual	20-10-2006	Goiânia	Sem declaração de religião
T.M*		13-09-2007	Goiânia*	

*o entrevistado permitiu somente a data, o local e as iniciais de seu nome divulgados.

7 - LEIS DECRETOS, SESSÕES E DISCURSOS POLÍTICOS NOS ÂMBITOS FEDERAL, MUNICIPAL E ESTADUAL

Projeto de Lei nº 39-1986, da Câmara Municipal de Goiânia, sobre a doação de áreas para igrejas no bairro Finsocial.

Projeto de Lei nº 05-1999, da Câmara dos Deputados, sobre o Horário em que as provas de concurso deverão acontecer, para não prejudicar religiosos que guardam o sábado.

Projeto de Lei Complementar nº 159-2001 da Câmara Municipal de Goiânia, isentando as igrejas goianienses de pagamento de tributos municipais.

Projeto de Lei nº 10.527-2001 da Câmara dos Deputados, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição. Propõe modificações ou exclusão da exigência de estudo de impacto de vizinhança para templos religiosos.

Projeto de Lei nº 7.265-2002 da Câmara dos Deputados propõe modificações ou exclusão da exigência de estudo de impacto de vizinhança para templos religiosos.

Projeto de Lei nº 199-2002 da Câmara dos Deputados, sobre regras de Concursos e proibição de realização de concursos aos sábados, visando princípios religiosos similares aos dos adventistas.

Projeto de Lei nº 5.901-2005 Câmara dos Deputados, propõe modificações ou exclusão da exigência de estudo de impacto de vizinhança para templos religiosos.

Projeto de Lei nº 224-2006 da Câmara Municipal de Goiânia. Que desfaz a doação de área pública doada à Igreja Assembléia de Deus

Lei eleitoral Nº 9504-1997, resolução 22.261-2006, Tribunal Superior Eleitoral, sobre as principais normas a serem cumpridas pelos candidatos em eleições.

Lei Federal Nº 634-2003, que regulamenta as uniões civis.

Lei Nº 8913-2006 da Câmara Municipal de Goiânia, sobre doação de área pública para instituição religiosa.

Lei Municipal Nº 7545-1996, da Câmara Municipal de Goiânia, que altera a Lei Municipal Nº 7397-1994, e permite a doação de área para a Igreja Presbiteriana do Brasil.

Lei Nº 7615-1996 da Câmara Municipal de Goiânia, que permite a doação de área para a Igreja de Cristo.

Seção 052.2.52.0, de 11-04-2006, da Câmara dos Deputados, com ênfase no discurso do Deputado Federal João Campos sobre a importância e ascensão da igreja Fonte da Vida.

8 - IBGE

IBGE, Sinopse preliminar do censo demográfico do IBGE 2000. v.7.

IBGE, Recenseamentos no Brasil, Volume 1, Rio de Janeiro, introdução, 1980.

IBGE, Caderno de fatores sociais do recenseamento populacional do IBGE do ano de 1991, Rio de Janeiro, IBGE, 1992.

IBGE, Caderno de fatores sociais do recenseamento populacional do IBGE do ano de 2000, Rio de Janeiro, IBGE, 2001.